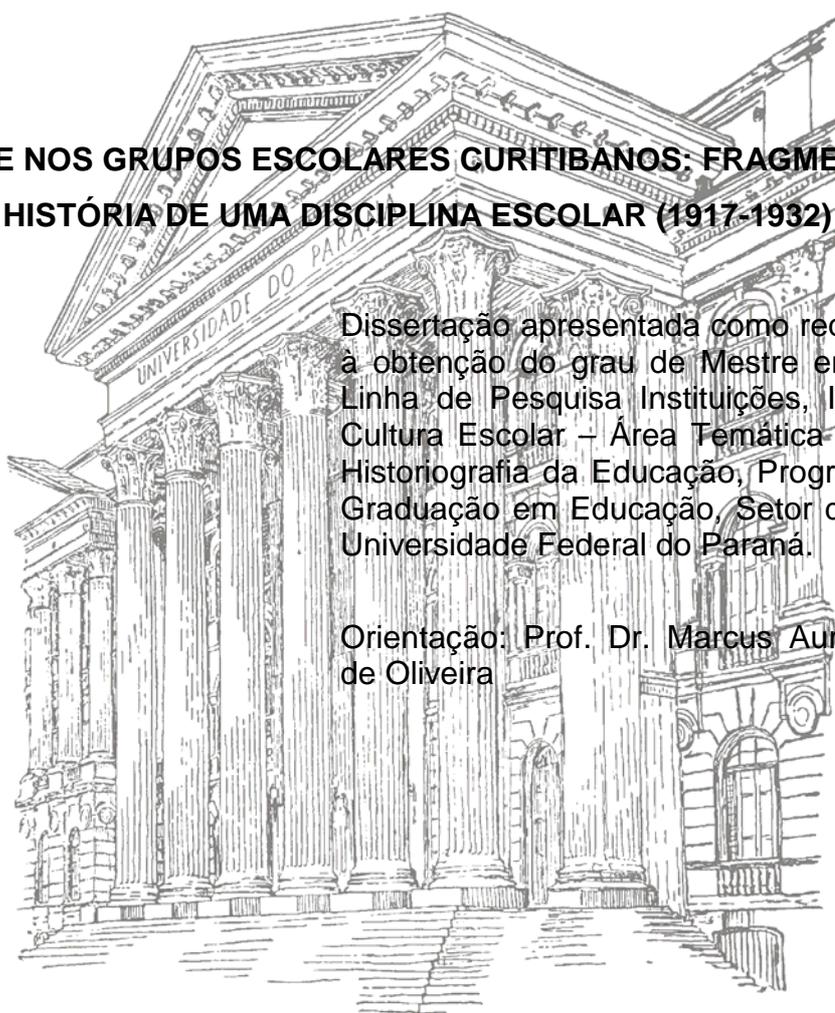


**LAUSANE CORRÊA PYKOSZ**

**A HIGIENE NOS GRUPOS ESCOLARES CURITIBANOS: FRAGMENTOS DA  
HISTÓRIA DE UMA DISCIPLINA ESCOLAR (1917-1932)**

Dissertação apresentada como requisito parcial a obtenção do grau de Mestre em Educação, Linha de Pesquisa Instituições, Intelectuais e Cultura Escolar – Área Temática de História e Historiografia da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná.

Orientação: Prof. Dr. Marcus Aurelio Taborda de Oliveira



**CURITIBA**

**2007**

**LAUSANE CORRÊA PYKOSZ**

**A HIGIENE NOS GRUPOS ESCOLARES CURITIBANOS: FRAGMENTOS DA  
HISTÓRIA DE UMA DISCIPLINA ESCOLAR (1917-1932)**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Educação, Linha de Pesquisa Instituições, Intelectuais e Cultura Escolar – Área Temática de História e Historiografia da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná.

Orientação: Prof. Dr. Marcus Aurelio Taborda de Oliveira

**CURITIBA**

**2007**



## PARECER

Defesa de Dissertação de **LAUSANE CORRÊA PYKOSZ** para obtenção do Título de MESTRE EM EDUCAÇÃO. Os abaixo-assinados: DR. MARCUS AURÉLIO TABORDA DE OLIVEIRA, DR. JOSÉ GONÇALVES GONDRA, DRª SERLEI MARIA FISCHER RANZI e DRª LIANE MARIA BERTUCCI argüiram, nesta data, a candidata acima citada, a qual apresentou a seguinte Dissertação: **“A HIGIENE NOS GRUPOS ESCOLARES CURITIBANOS: FRAGMENTOS DA HISTÓRIA DE UMA DISCIPLINA ESCOLAR (1917-1932)”**.

Procedida a argüição, segundo o Protocolo aprovado pelo Colegiado, a Banca é de Parecer que a candidata está apta ao Título de MESTRE EM EDUCAÇÃO, tendo merecido as apreciações abaixo:

BANCA	ASSINATURA	APRECIÇÃO
DR. MARCUS AURÉLIO TABORDA DE OLIVEIRA		aprovada
DR. JOSÉ GONÇALVES GONDRA		aprovada
DRª SERLEI MARIA FISCHER RANZI		aprovada
DRª LIANE MARIA BERTUCCI		APROVADA

Curitiba, 29 de março de 2007



**Profª Drª Tânia Maria Baibich-Faria**  
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação

Dedico este trabalho aos meus pais  
Geraldo e Goretti, essências da minha  
vida, pelo incentivo e por terem acreditado  
e caminhado junto comigo em busca deste  
meu sonho!

## AGRADECIMENTOS

Durante todo o percurso do mestrado, muitas foram as pessoas que fizeram parte – de diferentes formas – da construção deste trabalho. Momentos e pesquisas compartilhados, enfim, contribuições inestimáveis que tornaram a empreitada mais prazerosa. Conteí com o apoio de inúmeras pessoas e, como é impossível nomeá-las todas, deixo o registro de minha profunda gratidão. Destaco aqui algumas pessoas especiais nesta caminhada. Agradeço:

Em primeiro lugar ao professor Marcus Aurelio Taborda de Oliveira, muito mais que um orientador... Um amigo, antes de tudo, meu agradecimento e sincero respeito e admiração. Agradeço pela constante presença neste processo, com muita disposição, dedicação e paciência, sempre contribuindo com meu trabalho, e principalmente, com minha formação.

Aos professores Dr. José Gonçalves Gondra e Dra. Serlei Maria Fischer Ranzi, pelas valiosas considerações por ocasião do exame de qualificação. Meus sinceros agradecimentos pelos ensinamentos.

A todos os professores da linha de pesquisa “História e Historiografia da Educação” do PPGE: Carlos Eduardo Vieira, Nadia Gaiofatto Gonçalves, Serlei Maria Fischer Ranzi. Em especial às professoras, também da linha, Liane Maria Bertucci-Martins e Vera Regina Beltrão Marques, pelas trocas de materiais e idéias. À professora Gizele Souza, pelas leituras e contribuições nos seminários de dissertação e também nos “bastidores”. E ao professor Marcus Levy Albino Bencostta, pelos ensinamentos e exemplo da prática docente. Todos muito importantes nesse meu caminhar, muito obrigada!

Às funcionárias da Secretaria do programa de pós-graduação em educação, Francisca, Darci e Irene.

Ao CNPq, pela concessão da bolsa.

Aos funcionários dos acervos por mim freqüentados – Biblioteca Pública do Paraná, Círculo de Estudos Bandeirantes, Biblioteca de Saúde Pública – USP, Arquivo Público do Paraná e Memorial Lysimaco Ferreira da Costa, todos sempre dispostos a ajudar. Em especial ao Fernando, que, além de oferecer materiais importantes ao trabalho, ofereceu também sua amizade...

Aos meus colegas, ou melhor, amigos da turma de mestrado. Uma turma “da pesada”, que tem muita história a contar e viver... Lílian, sempre atenciosa e paciente; Diogo, sempre responsável e dedicado; Telma, sempre divertida e companheira; Roberlayne, sempre disposta a ajudar e me ouvir; Caroline, sempre prestativa e competente, Flávia, sempre amiga... Adorei ter compartilhado essa fase da minha vida com vocês, dividindo dúvidas e incertezas, angústias e alegrias e, principalmente, realizações... Vocês sempre serão muito especiais para mim, muito obrigada a cada um...

Aos “padrinhos” Ronie e Ricardo e “madrinhas” Maria Helena, Leziany, Liliane e Márcia, doutorandos que tive o prazer de partilhar disciplinas e idéias. À Dulce e Érica pelos “papos” e dicas sobre trabalhos, pesquisas e formação. Em especial à Regina, pela atenta leitura e disposição em diferentes momentos. Meu muito obrigada!

Aos amigos que fiz nos intercâmbios dos grupos de pesquisa, compartilhando angústias, experiências e aprendizados. Em especial à Carolina da Costa e Silva, de São Paulo, que me ajudou, e muito, na busca de documentos em sua cidade... Muito obrigada pela ajuda na localização de fontes fundamentais para meu trabalho...

Aos colegas, mas essencialmente, amigos, do projeto de pesquisa “Educação do corpo e história do currículo”, pelas contribuições ao meu trabalho e às discussões que suscitaram questionamentos, muitos deles, incorporados a esse trabalho: Sidmar, Lúcia, Henrique, Sergio, Valdirene, Diogo, Rubens, Leandro e, novamente, Marcus... À esse grupo (aplicando o melhor sentido da palavra), agradeço não só as contribuições acadêmicas, mas principalmente, a amizade e o respeito.

Aos amigos, que me ajudaram a levar adiante esse meu sonho, sempre trazendo muito humor e alegria, fontes importantes para o trabalho, sem dúvida: Jú, Luiz Gustavo, Luciano, Iza, Eduardo, Pedro, Lú, Carmela, Bruna, Rafael, Mario, França, Wagner, Henry, Mari, Rafa, Marlos, Bruno, Rogério, Adriana Margareth, Antonia, Katy, Leôncio, Fabiano. Em especial à amiga Marina, que me apoiou em todo o percurso, me dando muita força, sempre com palavras de incentivo e ao meu primo Eduardo, que me recebeu em sua casa em São Paulo e, mesmo de longe, continuou ajudando sempre que precisei.

Por último, reservei o agradecimento mais importante: à minha família, uns mais afastados, outros acompanhando quase que diariamente a construção deste trabalho. Mesmo muitas vezes sem entender todo o esforço dispensado para “apenas escrever um texto”, todos foram muito importantes nessa jornada, onde, por muitas vezes, busquei forças.

Em especial, à minha madrinha/mãe Silvana, pessoa que sempre torceu pelo meu sucesso. Aos primos (quase irmãos, ou, quem sabe, filhos – inviável pelas idades, mas possível pelo sentimento), Marlus e William, parte de minha garra busquei na energia de vocês, meus amores.

À minha amiga, mestre, mãe, filha, por tudo: pelo incentivo, apoio, confiança, e todas as palavras que traduzem o sentimento mais puro de respeito e amor!

Ao meu pai, o responsável pela minha paixão pelos estudos, sempre me dando condições e principalmente apoio para minhas escolhas. Meu sincero muito obrigada, com muito amor, carinho, respeito. Uma pessoa que aprendo a cada dia a batalhar pelos ideais, a lutar pela vida! Nunca desista, querido pai!

Minha mão está suja.  
Preciso cortá-la.  
Não adianta lavar.  
A água está podre.  
Nem ensaboar.  
O sabão é ruim.  
A mão está suja,  
suja há muitos anos.  
A princípio oculta  
no bolso da calça,  
quem o saberia?  
Gente me chamava  
na ponta do gesto.  
Eu seguia, duro.  
A mão escondida  
no corpo espalhava  
seu escuro rastro.  
E vi que era igual  
usá-la ou guardá-la.  
O nojo era um só.  
Ai, quantas noites  
no fundo da casa  
lavei essa mão,  
poli-a, escovei-a.  
Cristal ou diamante,  
por maior contraste,  
quisera torná-la,  
ou mesmo, por fim,  
uma simples mão branca,  
mão limpa de homem  
que se pode pegar  
e levar à boca  
ou prender à nossa  
num desses momentos  
em que dois se confessam  
sem dizer palavra...

A mão incurável  
abre dedos sujos.  
E era um sujo vil,  
não sujo de terra,  
sujo de carvão,  
casca de ferida,  
suor na camisa  
de quem trabalhou.  
Era um triste sujo  
feito de doença  
e de mortal desgosto  
na pele enfarada.  
Não era sujo preto  
– o preto tão puro  
numa coisa branca.  
Era sujo pardo,  
pardo, tardo, cardo.  
Inútil, reter  
a ignóbil mão suja  
posta sobre a mesa.  
Depressa, cortá-la,  
fazê-la em pedaços  
e jogá-la ao mar!  
Com o tempo, a esperança  
e seus maquinismos,  
outra mão virá  
pura – transparente –  
colar-se a meu braço.

Mão suja (Carlos Drummond)

## SUMÁRIO

<b>LISTA DE QUADROS</b> .....	ix
<b>LISTA DE ILUSTRAÇÕES</b> .....	x
<b>LISTA DE SIGLAS</b> .....	xi
<b>RESUMO</b> .....	xii
<b>ABSTRACT</b> .....	xiii
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	1
<b>1 HIGIENE E ESCOLARIZAÇÃO NO DISCURSO MÉDICO</b> .....	16
1.1 A CIRCULAÇÃO DAS IDÉIAS MÉDICAS SOBRE A EDUCAÇÃO NO BRASIL	19
1.2 ESCOLARIZAÇÃO E HIGIENE: TRAÇOS DAS IDÉIAS NO CONTEXTO PARANAENSE.....	44
<b>2 AS PRESCRIÇÕES SOBRE HIGIENE DO ESCOLAR</b> .....	59
2.1 PRECEITOS HIGIÊNICOS NOS ESPAÇOS E TEMPOS ESCOLARES.....	61
2.2 A HIGIENE COMO LUGAR DA EDUCAÇÃO DO CORPO.....	78
<b>3 ESCOLA, CURRÍCULO, HIGIENE</b> .....	99
3.1 A HIGIENE COMO DISCIPLINA ESCOLAR?.....	102
3.2 O SURGIMENTO DA HIGIENE COMO DISCIPLINA ESCOLAR EM CURITIBA.....	109
3.2.1 Os conteúdos da Higiene nos currículos dos grupos escolares curitibanos...	112
3.2.2 Distribuição temporal da Higiene no currículo.....	126
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	132
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	134

## LISTA DE QUADROS

<b>QUADRO 1</b> - CONGRESSOS DE EDUCAÇÃO E HIGIENE NA DÉCADA DE 1920 NO BRASIL.....	18
<b>QUADRO 2</b> - PRESENÇA DAS TEMÁTICAS EDUCAÇÃO E HIGIENE NOS CONGRESSOS DE HIGIENE E EDUCAÇÃO.....	21
<b>QUADRO 3</b> - AS DIFERENTES DENOMINAÇÕES QUE A HIGIENE ESCOLAR APRESENTA ENTRE 1909 E 1932.....	105
<b>QUADRO 4</b> - HORÁRIOS DESTINADOS ÀS DISCIPLINAS: LEITURA, ARITMÉTICA, ESCRITA E HIGIENE – 1.º ANO.....	128
<b>QUADRO 5</b> - HORÁRIOS DESTINADOS ÀS DISCIPLINAS: LEITURA, ARITMÉTICA, ESCRITA E HIGIENE – 2.º ANO.....	128
<b>QUADRO 6</b> - HORÁRIOS DESTINADOS ÀS DISCIPLINAS: LEITURA, ARITMÉTICA, ESCRITA E HIGIENE – 3.º ANO.....	129
<b>QUADRO 7</b> - HORÁRIOS DESTINADOS ÀS DISCIPLINAS: LEITURA, ARITMÉTICA, ESCRITA E HIGIENE – 4.º ANO.....	129

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>FIGURA 1</b> – BOLETIM DE INSPEÇÃO.....	93
<b>FIGURA 2</b> – FICHA ANTROPO-PEDAGÓGICA (FRENTE).....	94
<b>FIGURA 3</b> – FICHA ANTROPO-PEDAGÓGICA (VERSO).....	95
<b>FIGURA 4</b> – BOLETIM SANITÁRIO.....	97
<b>FIGURA 5</b> – AUTORIZAÇÃO PARA ASSISTÊNCIA DENTÁRIA.....	97

## LISTA DE SIGLAS

- ABE – Associação Brasileira de Educação
- BPP – Biblioteca Pública do Paraná
- CEB – Círculo de Estudos Bandeirantes
- CEPN – Congresso de Ensino Primário e Normal
- DEAP – Departamento Estadual do Arquivo Público do Paraná
- DNSP – Departamento Nacional de Saúde Pública
- IGE – Inspeção Geral de Ensino
- IME – Inspeção Médico-escolar
- SBH – Sociedade Brasileira de Higiene
- I CNE – Primeira Conferência Nacional de Educação
- I CBH – Primeiro Congresso Brasileiro de Higiene
- II CBH – Segundo Congresso Brasileiro de Higiene
- III CBH – Terceiro Congresso Brasileiro de Higiene
- V CBH – Quinto Congresso Brasileiro de Higiene

## RESUMO

O presente trabalho investigou historicamente a disciplina escolar Higiene nos grupos escolares de Curitiba, no período entre 1917 e 1932, evidenciando as relações entre escolarização e higiene, a concepção da disciplina, seus conteúdos e as motivações de seus propositores para sua criação. Além disso, buscou-se investigar o tempo destinado a essa disciplina entre as práticas escolares, bem como a estrutura interna da Higiene e seus conteúdos específicos, partindo das noções de cultura escolar e história das disciplinas escolares. O recorte temporal foi definido pelo primeiro programa intitulado “Programma do Grupo Escolar Modelo e similares”, no qual encontra-se a disciplina com a denominação “Hygiene”, no Decreto 420 de 19 de Junho de 1917. A data delimitadora desse recorte é a aprovação do Regimento Interno dos grupos escolares do Estado do Paraná, pelo Decreto 1874 de 29 de Julho de 1932. Foram encontrados, nesse período, eventos importantes nos quais a inserção dos preceitos higiênicos nas escolas aparece com grande ênfase. São eles: *Congresso de Ensino Primário e Normal* (1926); *I Conferência Nacional de Educação* (1927); *I-V Congressos Brasileiros de Hygiene* (1923-1929). Para a investigação, foram utilizados os relatórios de Instrução Pública e de Saúde Pública, os programas de ensino, os regulamentos de Instrução Pública, as teses dos eventos citados anteriormente e parte das publicações da revista *O Ensino*. Essas fontes foram reunidas por meio dos acervos do Círculo de Estudos Bandeirantes (CEB), Departamento Estadual do Arquivo Público do Paraná (DEAP), Divisão de Documentação Paranaense da Biblioteca Pública do Paraná (DDP-BPP), Memorial Lysimaco Ferreira da Costa e a Biblioteca de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (BSP-USP). Para cumprir os objetivos propostos, estruturou-se o texto em três capítulos. O primeiro deles identifica os discursos sobre a inserção dos saberes relacionados à Medicina no ambiente escolar, localizando a circulação das idéias médicas sobre a educação no Brasil e o lugar delas no Estado do Paraná. No segundo procurou-se discorrer sobre as preocupações referentes às construções dos prédios escolares; a discussão dos tempos e espaços escolares que assumiram papel relevante com o advento dos grupos escolares; e a higiene como lugar da educação do corpo dos escolares. Por último, o terceiro capítulo delimitou as relações entre escola, currículo e Higiene como uma disciplina específica, buscando apresentar sua configuração e suas principais características. No decorrer da pesquisa, foi possível observar as diferentes terminologias que a higiene escolar apresentou tanto no período anterior a 1917, quanto como disciplina escolar. Isso porque foram atribuídos múltiplos sentidos à higiene, principalmente para a educação, encontrando uma variedade de confluências com outras idéias e saberes e, por isso mesmo, apresentando diferentes formas e lugares. No período estudado, ações como as reformas de ensino, as freqüentes discussões sobre a salubridade dos espaços escolares e a higiene pessoal dos alunos, a ascensão do movimento sanitaria e a profusão das idéias médicas a partir de outros meios, como periódicos e eventos, proporcionaram alguns desdobramentos em relação à higiene. A criação da disciplina escolar Higiene e do serviço de Inspeção Médico-escolar foram, sem dúvida, parte importante desse movimento.

Palavras-chave: História da Educação; História da Escolarização; História das Disciplinas Escolares; Grupos Escolares; Higiene.

## ABSTRACT

This work investigated, on a historical view, Hygiene as school discipline in Curitiba's school groups between 1917 and 1932, showing up relations between schooling and hygiene, this subject conception, its branches of knowledge, and its creation promoters motivations. Furthermore, this work investigated time gave to this subject among other school practices, as well as internal structure of Hygiene and its specific branches of knowledge, beginning with notions of school culture and history of school subjects. As beginning historical landmark it considered the first program in which there is a subject denominated Hygiene, called "Model School Group and similar ones Program", ruled by 420 decree of June 19<sup>th</sup>, 1917. The ending landmark is the approval of Internal Regiment of School Groups of Paraná State, ruled by 1874 decree from July 29<sup>th</sup>, 1932. During this period it identified major events that revealed wide emphasis on school hygienic matter insertion. These events are: Grammar and High School Congress (1926); First National Education Conference (1927); I-V<sup>th</sup> Hygiene Brazilian Congresses (1923-1929). This research focused Public Instruction and Public Health reportes, Teaching Programs, Public Instruction regulations, thesis of the mentioned events, and some issues from *O ensino* review. These sources were collected from Círculo de Estudos Bandeirantes (CEB), Departamento Estadual do Arquivo Público do Paraná (DEAP), Divisão de Documentação Paranaense da Biblioteca Pública do Paraná (DDP-BPP), Lysimaco Ferreira da Costa Memorial and Biblioteca de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (BSP-USP). In order to follow the proposal, the text is structured on three chapters. The first of them identifies discourses about insertion of Medical knowledge in school environment, focusing circulation of medical ideas about education in Brazil and their space in Paraná's state. The second chapter analyses worries related to school building construction, and discussions about school timing and space, which played relevant role in School groups advent, and also hygiene as a space of student bodies education. At last, the third chapter focuses relations among school, curriculum and Hygiene as an specific subject, intending to present its configuration and its main characteristics. During research, it was possible to realize the different terminologies that the school hygiene show in such a way before 1917 and, also, as it a certain school subject. This because they had been attributed multiple senses to the hygiene, mainly for the education matter, finding a variety of confluences, with new ideas and knowledge, and, therefore, presenting different forms and places. In the period that has been study, actions as the education reforms, frequent quarrels about the salubrity of school spaces, and the personal hygiene of the students, the ascension of the sanitary movement and the profusion of medical ideas from other ways – like periodics and events-, had provide unfoldings in to the hygiene matter. The creation of the school subject Hygiene and the medical inspection services, was, without a doubt, a important part of this movement.

Key words: Education History; Schooling History; History of School Subjects; School Groups; Hygiene.

## INTRODUÇÃO

A temática da higiene<sup>1</sup> é objeto de pesquisas desde 2003, quando houve a necessidade de se definir um tema de estudo por conta da participação no projeto “Levantamento e catalogação de fontes primárias e secundárias para o estudo histórico da Educação Física Escolar e da instrução pública do Estado do Paraná (1846-1939)”<sup>2</sup>, bem como na produção do pré-projeto para a monografia. Tendo em vista as práticas profissionais realizadas no decorrer da graduação em Educação Física e experiências em projetos e atividades acadêmicas, em particular àquelas relacionadas à educação especial, surgiu o interesse em compreender como se dava a educação daqueles que, no início do século XX, fugiam dos padrões de normalidade, frequentemente denominados “incapazes” ou “anormais”. Em contato com algumas fontes, foi possível perceber a existência de avaliações, principalmente das condições físicas dos alunos, para a precisa confirmação de suas condições para o aprendizado.

Esse objeto foi se transformando, por motivos vários, como fontes, historiografia e conversas com o orientador, que mostrou algumas possibilidades de se trabalhar com o tema. Caminhou-se, então, pela via da higiene como um saber escolar, inserida nos grupos escolares curitibanos nas duas primeiras décadas do século XX. Esse se caracterizou como o trabalho monográfico de conclusão do curso de Licenciatura em Educação Física.

A higiene relacionada à educação aparecia de diferentes formas nos discursos de médicos, educadores e demais profissionais que se relacionavam com

---

<sup>1</sup> Esta palavra foi empregada de duas formas e com significados diferentes no presente trabalho: com letra minúscula (*higiene*), tem sentido conotativo, significando um saber que envolvia os preceitos defendidos por médicos, engenheiros e higienistas no que dizia respeito ao corpo, ao espaço da cidade e ao tempo, compreendendo, portanto, ações direcionadas à aquisição de hábitos e comportamentos condizentes com essas idéias; iniciando com letra maiúscula, o termo *Higiene* refere-se à disciplina escolar.

<sup>2</sup> Projeto encerrado em 2005, desenvolvido na UFPR, sob orientação do Professor Doutor Marcus Aurelio Taborda de Oliveira. Em meados do mesmo ano, deu-se início ao projeto “Currículo e Educação do Corpo: história do currículo da instrução pública primária no Paraná (1882-1926)”, sob orientação do mesmo professor e contando também com a participação dos seguintes membros: Rubens Meggetto Junior, licenciando em Educação Física pela UFPR; Lucia Chueire Lopes (PIBIC/CNPq), graduanda do curso de Licenciatura em História – UFPR; Leandro de Oliveira Belgrowicz e Valdirene Furtado (PIBIC/CNPq), graduados em Educação Física pela UFPR; Henrique Witoslawski, mestrando em História pela UFPR; Sidmar dos Santos Meurer (CAPES) e Diogo Rodrigues Puchta, mestrandos em Educação pela UFPR; Sérgio Roberto Chaves Júnior, mestre em educação pela UFPR e professor da Faculdade Guairacá. Cabe destacar, porém, que as idéias e interpretações aqui expressas são exclusivamente de minha responsabilidade.

as questões médico-educacionais. As preocupações e intervenções se ocupavam da construção e instalações físicas dos estabelecimentos de ensino, da mobília escolar, da organização e seleção dos métodos de ensino e material didático, da distribuição do tempo escolar, da inspeção médico-escolar, das instruções de preservação da saúde dos alunos e dos cuidados com o corpo. Mesmo apresentando essas diferentes manifestações da higiene mediante revisão historiográfica, pode-se perceber o “movimento” da higiene no campo educacional.

Com essa visão mais ampla das diferentes formas de inserção da higiene no campo educacional e, mais precisamente, nos grupos escolares da capital do Estado do Paraná, questionou-se qual seria a motivação para se criar uma disciplina escolar específica para a transmissão dos preceitos higiênicos, uma vez que estes já se faziam presentes na escola antes de sua formalização como disciplina escolar, questionamento esse que caracterizou a questão principal desse trabalho.

Por essa razão, focalizou-se a investigação de alguns aspectos da disciplina escolar Higiene, tentando perceber suas finalidades, conteúdos e objetivos (CHERVEL, 1990). Esse foi o foco de investigação do presente trabalho: a disciplina escolar Higiene nos grupos escolares curitibanos, no período entre 1917 e 1932.

Dessa forma, os objetivos traçados foram os seguintes:

- Evidenciar as relações entre escolarização e higiene pelas quais passava o ensino primário na capital do Estado do Paraná;
- Compreender como a Higiene era concebida nos grupos escolares curitibanos no período proposto;
- Pesquisar as motivações possíveis para a criação da Higiene como uma disciplina específica, uma vez que os preceitos de higiene já se faziam presentes na escola antes da sua formalização como disciplina escolar;
- Investigar os conteúdos que compreendiam a disciplina Higiene.

Com os objetivos traçados, faz-se necessário justificar o recorte temporal proposto. O marco inicial se justifica por conter o primeiro programa em que se encontra a disciplina com a denominação Hygiene, por meio do Decreto 420 de 19 de Junho de 1917, intitulado “Programma do Grupo Escolar Modelo e similares”. Nele, há a descrição dos conteúdos que deviam ser lecionados nos quatro anos do

curso primário. Por outro lado, a data delimitadora desse recorte foi a aprovação do Regimento Interno dos grupos escolares do Estado do Paraná, pelo Decreto 1874 de 29 de Julho de 1932, que voltou a apresentar a disciplina Higiene com essa denominação. Nesse período, ainda, esteve vigente o programa de ensino para os grupos escolares de 1921, que apresentava a Higiene associada às Ciências Físicas e Naturais. No entanto, no decorrer dessa dissertação, essa temporalidade sugerida foi deixada de lado em alguns momentos para compreender melhor quais foram as idéias inspiradoras e quais as ações antecedentes para a integração da Higiene no currículo.

Entre as datas-limite da pesquisa, mais precisamente na década de 1920, destacavam-se ainda eventos importantes nos quais a inserção dos preceitos higiênicos nas escolas apareciam com grande ênfase. São eles: *Primeiro Congresso de Ensino Primário e Normal* (1926); *I Conferência Nacional de Educação* (1927); *I-V Congressos Brasileiros de Hygiene* (1923-1929). Os dois primeiros eventos foram realizados em Curitiba, sendo o primeiro restrito ao Estado do Paraná, contando com a presença dos detentores dos mais altos cargos do Estado, além dos diretores dos grupos escolares e jardins de infância, professores da capital, de escolas públicas e privadas, lentes das escolas normais e do *Gymnasio Paranaense* e o Inspetor Geral do Ensino, Dr. Lysimaco Ferreira da Costa.

A I Conferência Nacional de Educação foi sediada em Curitiba, em dezembro do ano de 1927, sob a responsabilidade da Associação Brasileira de Educação e com o apoio do governo do Estado do Paraná. Tiveram participação na conferência mais de 400 congressistas, 300 alunos da Escola Normal Secundária de Curitiba e cerca de duas mil pessoas, como mencionado na Ata da Sessão de instalação da Conferência, todos reunidos para debater a Instrução Pública em âmbito nacional (COSTA, 1997, p. 15).

Ainda na década de 1920, foram realizados congressos brasileiros de higiene em diversas capitais do país, contando com a participação de delegados enviados pelos estados, os quais, por algumas vezes, enviavam teses para discussão nos congressos. Os delegados se reuniram para debates e proposições sobre higiene, considerada um problema nacional. Na ocasião do V Congresso Brasileiro de Higiene, em 1929, na cidade de Recife, a higiene foi assim denominada: “a Hygiene, na mais generalizada das definições, porque é a mais

exacta, ensina a conservar a vida e a preservar, resguardar a saúde” (FIALHO, 1930, p. 56). Era nesse sentido que os diferentes intelectuais ali reunidos propunham suas idéias, discutiam soluções para os problemas do país, considerando-os primordiais para seu desenvolvimento. Foi dessa mesma forma que Barbosa (1930) determinou aquele momento como a “era da Higiene”. Nas palavras do autor da tese: “e a tal ponto as organizações sanitárias são um elemento de progresso e de civilização da humanidade, que é por ellas também e em grande parte que a esta phase da duração do mundo que ora vivemos podemos chamar a *era da Higiene*, como já foi a *era da fundação de Roma* e outra a *era christã*”. (BARBOSA, 1930, p. 55).

Entende-se, por conseguinte, que a higiene passou por um processo de reconhecimento, com a instituição de congressos para tratar dela especificamente, bem como a sua inserção na escola curitibana, enquanto disciplina escolar. Esse é um dos frutos de um longo processo de discursos e debates em torno da importância da higiene para a educação brasileira. Entretanto, é importante lembrar que esses discursos são anteriores ao período abordado nesta dissertação.

O debate sobre a higiene para a educação teve inserção na sociedade pelo campo médico já no século XIX, quando os médicos almejavam sua disseminação para outras áreas de atuação, conforme Gondra (2000), ao se referir ao Município da Corte:

A medicina deveria penetrar na sociedade, incorporando o meio urbano como alvo de sua reflexão e de sua prática, e o de que deveria constituir como apoio indispensável ao exercício de poder por parte do Estado (...) na expansão da medicina, a escola não é esquecida nem a educação de um modo mais geral, pois, para formar as novas gerações seria necessário uma intervenção não apenas no espaço público da escola, mas, também no espaço privado da casa (GONDRA, 2000, p. 525).

A Medicina encontrou na escola um novo espaço para se ocupar dos corpos. Para isso, utilizava-se dos argumentos científicos que recobriam:

um amplo espectro de questões vinculadas à escola, tais como o problema da localização dos edifícios escolares, da necessidade de uma edificação própria e apropriada para funcionar como escola, do ingresso dos alunos, do tempo e dos saberes escolares, da alimentação, do sono, do banho, das roupas, dos recreios, da ginástica, das percepções, da inteligência, da moral e, inclusive, das excreções corporais. (GONDRA, 2000, p. 527).

Essas questões – como se pode perceber em algumas fontes e na historiografia que se destina a estudar a escola no final do século XIX e início do século XX – por muitas vezes, permaneceram e ganharam ênfase com a Proclamação da República. Elas se afirmariam como medicina social, associando-se com um projeto mais amplo de modernidade e progresso<sup>3</sup>.

Adentrando no século XX, a saúde passou então a ser vista como indissociável da educação e essa união era vista como uma forma de se alcançar o tão almejado progresso do país:

juntamente com ela [a educação] e, principalmente, por meio dela, surge a idéia de saúde e de como ser saudável. Para alcançar este “ser” saudável seria necessário recorrer à Higiene e, sobretudo, acentuar a sua importância na escola. Higiene e educação juntas poderiam mudar a face do país, promover o seu desenvolvimento, viabilizar o progresso. Higiene e educação passam a ser remédios adequados para “curar” as doenças do povo e do país. Dessa união bem conduzida nasceria um outro Brasil (SOARES, 2001, p. 89).

A intenção era de formar os alunos para uma vida civilizada<sup>4</sup>, procurando condicionar toda a sociedade, a partir dos hábitos, asseio e ordem. A escola, então, deveria ser um lugar higienizado, funcionando como exemplo a ser seguido. Por isso a relevância dada às instalações físicas dos estabelecimentos escolares, ao mobiliário, às condições de iluminação, ventilação, entre outras coisas. Tornava-se também imprescindível a presença de um médico na escola para verificar se os preceitos higiênicos estavam sendo aplicados corretamente.

---

<sup>3</sup> É importante enfatizar que o sentido de “progresso” e “moderno” expresso neste trabalho vai ao encontro do sentido empregado por Berman (1986, p. 32), que entende modernidade como um conjunto de experiências (de tempo e de espaço, de si mesmo e dos outros, das possibilidades e perigos da vida) compartilhadas por homens e mulheres em todo o mundo, implicando “amplas conexões humanas”. Estas destacadas por Berman em outro momento: “O turbilhão da vida moderna tem sido alimentado por muitas fontes: grandes descobertas nas ciências físicas, com a mudança da nossa imagem do universo e do lugar que ocupamos nele; a industrialização da produção, que transforma conhecimento científico em tecnologia, cria novos ambientes humanos e destrói os antigos, acelera o próprio ritmo da vida, gera novas formas de poder corporativo e de luta de classes; (...) No século XX, os processos sociais que dão vida a esse turbilhão, mantendo-o num perpétuo estado de vir-a-ser, vêm a chamar-se ‘modernização’ ” (1986, p.16).

<sup>4</sup> O comportamento dito civilizado teve origem nas grandes cortes européias, a partir do século XIX, chegando em meados do mesmo século ao Brasil. Uma das formas de propagação no país foi por meio de manuais de civilização também em meados do oitocentos, como aponta Schwarcz (1997). No presente trabalho ganham destaque as práticas de conformação de gestos e costumes intensificados com a Proclamação da República, através da qual se almejava mudanças nos hábitos cotidianos da população, principalmente no que tange a higiene e a moral, como por exemplo, o uso de lenços, a maior frequência de banhos semanais, a troca freqüente de roupas, como se portar em lugares públicos e comportamentos à mesa, com o uso adequado dos talheres e o uso de guardanapos e palitos. A maior parte das vezes, essas determinações aparecem na forma de regras de higiene enquanto “marcas da civilidade” (SCHWARCZ, 1997, p. 14).

Assim, o corpo ganhava acentuada importância por parte dos médicos e educadores, instituindo de várias formas um “novo corpo”, concernente com a educação que se propagava. Essas formas foram citadas por Faria Filho (2000): festas, comemorações, aulas de urbanidade, espetáculos, celebrações, cerimônias escolares, além da inspeção de higiene diária para afirmação de uma memória e a utilização delas para a imposição de novos valores, normas ou hábitos às crianças.

No Paraná, a expansão urbana nos anos iniciais do século XX era visível, contemplando desde a arquitetura, as edificações, as pavimentações, a arborização, a iluminação pública, como também as fábricas, a guarda civil e os espaços públicos, realizando, então, uma higienização do espaço urbano, principalmente, curitibano (TRINDADE, 1996). Houve também a reorganização administrativa do Estado, o que resultou na ampliação dos serviços públicos, o que incluía a higiene, a saúde, a polícia urbana e a instrução.

Houve um esforço acentuado em relação à higiene durante as primeiras décadas do noventa, tanto no âmbito urbano, quanto no educacional. Engenheiros, médicos e educadores se uniram em prol da efetiva reestruturação da cidade e da escola, na tentativa de adequá-las às leis da ciência.

Muitos esforços foram despendidos nesse sentido, como a fiscalização do ensino, ou seja, o acompanhamento das atividades escolares – das condições de funcionamento dos estabelecimentos de ensino e o cumprimento dos regulamentos e códigos de ensino – que se pautava na ação dos inspetores escolares, sendo que apenas em 1921 foi criado no Estado do Paraná o serviço de “Inspeção Médico-escolar”, pela Lei 2065, de 21 de março do mesmo ano. Esse acontecimento trouxe grandes ganhos para a Instrução Pública, com o acompanhamento e a melhora das condições higiênicas dos alunos, tratando os que necessitavam e instruindo quanto às noções de higiene a todos, como indicam as evidências empíricas, tais como periódicos e relatórios de Instrução Pública. A inspeção ganhou respaldo e consistência com a lei. Essa organização fez com que todos os grupos escolares fossem inspecionados, abrangendo um número maior de crianças, independente de sua condição social.

Ao analisar o caminho trilhado pela higiene no âmbito educacional, no que dizia respeito às preocupações materiais da escola e aos cuidados das crianças, percebe-se que os inúmeros discursos e reclames quanto às condições precárias

dos prédios escolares e à falta de asseio dos alunos, causava, cada vez mais, desconforto dos inspetores escolares, professores e médicos inspetores. Com isso, a necessidade da higiene na escola era cada vez mais acentuada e entendida como primordial para o funcionamento das escolas. Isso acabou por efetivar sua inclusão no quadro das disciplinas escolares lecionadas nos grupos escolares paranaenses. Isso se deu no ano de 1917, quando aconteceu a regulamentação do programa para o Grupo Escolar Modelo e similares.

Antes disso, a higiene aparecia, geralmente, associada a um grupo de saberes ou inserida na *Educação Physica*. Apareceu na Escola Normal já no início do século XX, associada à História Natural e elementos de agronomia. Já no ensino primário, no regulamento de 1909, que foi suspenso no ano seguinte, foi encontrada da seguinte forma: “noções elementares de physica, chimica e história natural, sufficiente para suas applicações aos principaes rudimentos da hygiene e da agronomia”. No Código de Ensino de 1915, a higiene apareceu associada a duas matérias: “noções fundamentaes e praticas das Constituições da Republica e do Estado, de Economia Privada e Política, de Agronomia, de Hygiene e de Musica” e ligada ao conteúdo da educação moral (“propaganda contra o álcool, o jogo e o fumo, e contra actos de crueldade para com as arvores e os animaes”) (SANTOS, 1915, p. 17). Em outros momentos a disciplina Educação Física foi apresentada como *Educação Physica sob o ponto de vista hygienico*<sup>5</sup>.

Alguns pesquisadores da História da Educação já investiram seus esforços na Higiene como disciplina escolar, mesmo que de forma parcial, pois não compreendiam sua temática principal. Além disso, a investigação se deu no plano das escolas de medicina, como é o caso de José Gonçalves Gondra (2004), Fernanda Paiva (2003) e Clarice Nunes (1996). Ainda como referência de estudos sobre a Higiene, teve-se o trabalho de Pedro Manuel Alonso Marañón (1987), o qual estudou a higiene como matéria de ensino oficial da Espanha, ao longo do século XIX.

---

<sup>5</sup> Percebendo todo esse emaranhado que a temática envolve, acredita-se que aqui se abrem outras possibilidades de pesquisas, já que o período anterior ao recorte histórico do presente trabalho pode ser considerado de fundamental importância para o entendimento do processo de instituição da higiene como disciplina escolar. Essas futuras pesquisas podem, inclusive, lançar outros olhares e interpretações sobre este estudo.

Por isso, é possível afirmar que o presente estudo pode trazer contribuições para a historiografia da educação, principalmente do Estado do Paraná. Estudar fragmentos de uma disciplina escolar não antes estudada no âmbito do ensino primário, com forma, tempo e conteúdos específicos, justifica a pertinência deste, além de contribuir com o incremento da pesquisa histórica e o preenchimento de uma lacuna sobre a história da educação paranaense, principalmente no que tange à história do currículo.

Para atingir os objetivos propostos no presente trabalho, passou-se a freqüentar os acervos do Círculo de Estudos Bandeirantes (CEB), do Departamento Estadual do Arquivo Público do Paraná (DEAP), da Biblioteca Pública do Paraná (BPP), principalmente a Divisão de Documentação Paranaense e do Memorial Lysimaco Ferreira da Costa. Foi feita, ainda, uma visita à Biblioteca de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, que mantém o acervo do antigo Instituto de Higiene, que se localizava no mesmo prédio. Inicialmente, procuraram-se indícios sobre a higiene – em suas diferentes formas de manifestação – na Instrução Pública primária do Estado do Paraná desde o início dos grupos escolares em 1903. Com os documentos à mão, foi possível ir refinando melhor o período e o objeto da pesquisa.

Assim foi sendo montando um “arsenal” de fontes, contendo leis, decretos, regulamentos, regimentos, programas de ensino, relatórios de Instrução Pública e Saúde Pública da Secretaria dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública do Paraná, anais de congressos e recortes de revistas, sempre atentando-se às considerações de Tabora de Oliveira (2003, p. 30):

Identificado o universo documental, é preciso lembrar sempre que o documento não fala por si; ele precisa da voz do historiador – e múltiplas vozes são possíveis! O documento não representa a [grifo do autor] imagem de uma sociedade em determinada época; mais que isso, representa o esforço de uma determinada configuração social de impor sua imagem ao futuro. Esse esforço não é despendido sem conflitos, uma vez que diferentes grupos lutam para preservar diferentes imagens. O documento tem vida; sua edificação pode e deve ser desmontada pelo historiador no sentido de apreender suas múltiplas linguagens, determinações e possibilidades; sobretudo, no sentido de resgatar as configurações de poder sub-reptícias no seu interior. A atitude do historiador diante de seu *corpus* documental nunca é neutra. O historiador encontra-se historicamente e ideologicamente situado. Resultado não acabado das mais diversas orientações e influências o historiador encontra-se, no processo de investigação, diante de um processo mais amplo que é a sua própria formação pessoal e intelectual.

Pelas palavras de Taborda de Oliveira, pode-se perceber a posição de destaque que o historiador exerce frente às fontes. Nesse sentido, a construção do conhecimento histórico é articulada pelo historiador, por meio de pesquisa e análise das fontes e, sobretudo, o sentido que ele dá a elas, mediante seus questionamentos. As perguntas propostas pelo historiador às fontes devem ser adequadas ao contexto do objeto estudado.

Thompson (1981) ressalta que apenas algumas das perguntas feitas às fontes podem ser respondidas por meio das evidências. É importante o conhecimento do contexto da época em que se estuda, sendo estes dois – a inquirição das fontes e o estudo do contexto em que a fonte foi produzida – de fundamental importância para o fazer histórico. Portanto, o diálogo entre as fontes e as pesquisas históricas já realizadas sobre escolarização, idéias médicas/higiene e disciplinas escolares puderam ajudar a estabelecer os caminhos percorridos pela Higiene nos grupos escolares da capital do Paraná. Thompson (1981, p. 49) ajuda a entender essa dinâmica pelo que denomina *lógica histórica*:

por “lógica histórica” entendo um método lógico de investigação adequado a materiais históricos, destinado, na medida do possível, a testar hipóteses quanto à estrutura, causação etc., e a eliminar procedimentos autoconfirmadores (“instâncias”, “ilustrações”). O discurso histórico disciplinado da prova consiste num diálogo entre conceito e evidência, um diálogo conduzido por hipóteses sucessivas, de um lado, e a pesquisa empírica do outro. O interrogador é a lógica histórica; o conteúdo da interrogação é uma hipótese (por exemplo, quanto à maneira pela qual os diferentes fenômenos agiram uns sobre os outros); o interrogado é a evidência, com suas propriedades determinadas.

Para construir o presente trabalho, foram pesquisados leis, decretos e regulamentos concernentes à Instrução Pública primária, que dissessem respeito à presença da higiene no ambiente escolar. Além desses documentos, os programas de ensino e regimentos tornaram-se documentos fundamentais para essa história, assim como os relatórios de Instrução Pública e de Saúde Pública da Secretaria dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública do Estado do Paraná.

Esses documentos – principalmente os relatórios<sup>6</sup> – faziam parte de uma estratégia da gestão do Estado como uma determinação legal, ou seja, não representavam a expressão absoluta de uma vontade única, pois, no caso dos

---

<sup>6</sup> A importância do estudo dos relatórios como objeto de estudo é reconhecida, no entanto, o presente trabalho procurou deter-se no estudo dos relatórios, bem como no estudo do periódico *O Ensino*, apresentado logo em seguida, apenas como fontes.

professores, completavam seus relatórios por uma exigência legal, mas é importante o entendimento de que esses materiais “ainda assim permitem que reconheçamos que nada é mais equivocado do que supor que aqueles homens e mulheres simplesmente corroboravam o existente, fosse no plano das proclamações oficiais, fosse no plano das preocupações com os limites e as possibilidades das suas ações cotidianas como professores” (TABORDA DE OLIVEIRA; MEURER, 2006, s.p.).

No caso dos inspetores, cumpriam a tarefa de relatar a situação das escolas, apresentando o senso da população escolar e das condições que enfrentavam as instituições de ensino. No mesmo sentido do que foi mencionado anteriormente, ainda que tenha um estatuto diferente, também não se pode entender que, por causa das suas funções, eles ocultassem os problemas vistos nas escolas, embora seja diferente, pois eles tinham uma ligação mais próxima do Estado, ou pelo menos se entendia assim, como um representante deste. E ainda, entre estes – professores e inspetores – pode-se problematizar as tensões, conflitos e discordâncias nas informações, tendo em vista a particularidade de cada relatório. Portanto, é importante

ressaltar ainda a potencialidade informativa dessas fontes no que diz respeito à percepção dos conflitos, problemas e apropriações que ocorrem nas instituições educativas. Nas entrelinhas das representações registradas pelos inspetores, professores e diretores é possível perceber a realidade conflitual do ensino, especialmente a perpetuação de práticas instituídas e o não-conformismo aos modelos impostos (SOUZA, 2000, p. 13).

Parte das teses dos eventos mencionados anteriormente, principalmente aquelas que tratam da higiene escolar, também mereceram lugar entre as fontes analisadas, percebendo-as como lugar da circulação das idéias médicas sobre educação e higiene.

Parte do que foi publicado na revista *O Ensino*, editada por um período muito curto, entre os anos 1922 e 1924, pela Inspeção Geral de Ensino do Estado do Paraná – órgão responsável pela Instrução Pública paranaense –, foi investigada para o presente trabalho. Constando de três números anuais, teve-se contato com sete dos prováveis nove números da revista, localizados na Biblioteca Pública do Paraná e no Memorial Lysimaco Ferreira da Costa, correspondendo ao período de janeiro, abril e setembro de 1922, abril e outubro de 1923 e agosto e setembro de 1924, todos em precária conservação.

Nesse período, a revista foi distribuída gratuitamente para todos os professores públicos (MORENO, 2003). Essa revista pedagógica desempenharia, segundo Souza (2004, p. 57), “junto aos docentes o papel de irradiador da política, das idéias e ações do governo do estado. Seria um ‘afluente’ estratégico das águas político-pedagógicas que o estado almejava ‘desaguar’ junto às escolas e aos mestres, posição assumida pelo Inspetor Geral”.

Circulando num período de fortes discussões em torno da higiene e coincidindo com a criação da Inspeção Médico-escolar, o periódico trouxe grandes contribuições para o trabalho, fornecendo artigos dos médicos Mario Gomes e Fontenelle, entre outros, a respeito da medicina social e da educação.

A investigação da disciplina escolar Higiene se deu em uma instituição educacional muito própria: o Grupo Escolar. A pesquisa foi restrita aos grupos escolares, pois os primeiros programas de ensino sistematizados eram destinados a eles, contendo entre as disciplinas escolares elencadas, a Higiene, ou seja, é para o estudo deles que se teve documentos suficientes para escrever fragmentos da história da disciplina escolar Higiene. O grupo escolar foi objeto de investigação de Souza, que:

correspondeu, na época, a um novo modelo de organização administrativo-pedagógica da escola primária com base na graduação escolar – classificação dos alunos por grau de adiantamento –, no estabelecimento de programas de ensino e da jornada escolar, na reunião de vários professores e várias salas de aula em um mesmo edifício-escola para atender a um grande número de crianças, na divisão do trabalho e em critérios de racionalização, uniformidade e padronização do ensino. Esse tipo de escola foi considerado o mais adequado para a escolarização em massa e tornou-se, em pouco tempo, o modelo predominante de escola primária em São Paulo e no país. (SOUZA, 2001, p. 76).

Esse modelo propunha mudanças no sistema educacional vigente no Brasil desde o final do século XIX e se multiplicou pelo país em pouco tempo. O Paraná, sempre buscando conhecimento em outros estados, enviou, por algumas vezes no início do século XX, comissões para visitaçã o e observaçã o dos grupos escolares paulistas no intuito de captarem as principais características da organizaçã o daquele sistema educacional. Foram enviadas missões de professores nos anos 1902, 1912, 1916 e 1918 (BENCOSTTA, 2001; MORENO, 2003; SCHENA, 2002).

Esse tipo de açã o representou um dos motivos para a devida instalaçã o do modelo de grupo escolar neste Estado. O Diretor Geral de Instruçã o Pública do

Estado, Victor Ferreira do Amaral, ao retornar de sua viagem ao Estado de São Paulo no ano de 1902, comandou o início da construção e da conseqüente inauguração do primeiro grupo escolar paranaense, o que aconteceu no dia 19 de dezembro de 1903, denominado Grupo Escolar Dr. Xavier da Silva. Logo em seguida foram providenciadas as construções de outros grupos escolares em Curitiba e redondezas. Entretanto, destaca-se a permanência das escolas isoladas, bem como a existência das escolas agrupadas e semigrupos na capital paranaense<sup>7</sup>.

O grupo escolar representou um novo modelo escolar, caracterizado pela seriação<sup>8</sup>, com divisão de alunos por classes devido à idade e conhecimentos que se pretendiam homogêneos (VIÑAO, 1990). Segundo Faria Filho (2000), o grupo constituiu uma completa organização do ensino, que pretendia abarcar desde suas metodologias e conteúdos, como também a formação docente, os espaços e tempos do ensino e a relação com as crianças, famílias e a cidade. Para o autor, os grupos escolares significaram “uma estratégia de atuação no campo do educativo escolar, moldando práticas, legitimando competências, propondo metodologias, enfim, impondo outra prática pedagógica e social dos profissionais do ensino através da produção e divulgação de novas representações escolares” (FARIA FILHO, 2000, p. 37).

Outra característica marcante do novo modelo escolar era o seu funcionamento em uma única instituição, num mesmo tempo e lugar. Essa nova organização se baseava nas teorias higienistas difundidas por médicos há algum tempo, mas que ganharam ênfase no mesmo período de implantação dos grupos escolares. Os médicos defendiam que fossem respeitados os preceitos de higiene na construção e manutenção dos edifícios escolares “desde as instalações físicas, mobiliário, organização e seleção de métodos de ensino e material pedagógico até a preservação da saúde do aluno e da comunidade escolar” (SILVA, 2001, p. 30-31).

---

<sup>7</sup> Antes do surgimento dos grupos escolares, a educação era organizada por meio de escolas isoladas, as quais continuaram por mais algum tempo funcionando paralelamente aos grupos escolares e contemplando um número expressivo de alunos. Outra forma escolar que representou uma espécie de instituição transitória entre o processo de substituição de um modelo pelo outro, foi denominada escola reunida ou agrupada (PINHEIRO, 2002). Há ainda a denominação de semigrupo para algumas casas escolares, caso aplicado apenas ao Estado do Paraná (SOUZA, 2004).

<sup>8</sup> Mesmo tendo em vista que uma das características mais marcantes da existência dos grupos escolares é a seriação do ensino, esta só foi instituída no Paraná pela legislação de 1912 e aplicada a partir de 1914.

As questões sobre o tempo destinado a cada disciplina e a necessidade de intervalos entre atividades intelectuais para o descanso da mente também eram debatidos pelos profissionais da saúde. Essa inserção do ideário médico na reformulação da educação, envolvendo a higienização das escolas e dos corpos das crianças, advém do fato de:

no campo da saúde, firma-se, nos anos 20, a convicção de que medidas de política sanitária seriam ineficazes se não abrangessem a introjeção, nos sujeitos sociais, de hábitos higiênicos, por meio da educação. No movimento educacional da mesma década, a saúde é um dos pilares da grande campanha de regeneração nacional pela educação (CARVALHO, 1997, p. 283).

Percebendo essa união entre educação e higiene como fatores indissociáveis, pretendeu-se entender como esse discurso se inseriu nos grupos escolares curitibanos, no formato de uma disciplina escolar específica: a Higiene.

Bittencourt (2003, p. 29), ao fazer um balanço do campo da história das disciplinas escolares no Brasil, aponta para a relevância de também “identificar as disciplinas que já praticamente desapareceram do currículo, mas que outrora eram extremamente significativas na configuração curricular”. A Higiene pode ser considerada dessa forma, representando uma das disciplinas que fizeram parte da grade curricular por um período, mas que se extinguíram em seguida, pelo menos formalmente<sup>9</sup>, não retornando ao programa de ensino dessas escolas.

Com isso pode-se também inserir uma questão que vem incomodando há algum tempo, que, de certa forma, justifica o interesse por esse estudo. De que campo a higiene surgiu? Esse questionamento surgiu ao se pensar que os conteúdos do seu programa se manifestavam como atividades do dia-a-dia, hábitos relacionados a vestuário, alimentação, sono, banho, exercícios, conhecimentos referentes às casas e às ruas, entre outros. Dessa primeira pergunta decorreu outra: como esses saberes sociais se conformaram como higiene e tornaram-se escolares?

Essas respostas foram buscadas, entendendo que são questões fundamentais para o estudo da história de uma disciplina escolar. Com esses questionamentos, pode-se perceber a riqueza do estudo de uma disciplina escolar. Por isso, a necessidade de se compreender o tempo destinado ao seu ensino, o

---

<sup>9</sup> De caráter formal, pois, como já foi apontado, a higiene esteve presente no currículo escolar muito antes de sua formalização como disciplina escolar.

conteúdo que integra o seu programa, suas finalidades ao ser criada e difundida e suas singularidades dentre as demais disciplinas bem como suas semelhanças com as disciplinas que a rodeiam.

Quando se fala de estudo histórico de uma disciplina escolar específica ou do currículo como um todo, deve-se atentar para o fato de que as fontes para a história do currículo compreendem, segundo Goodson, aspectos internos e externos à escola. Goodson (1995a, p. 71) complementa esse pensamento ao analisar todos os aspectos que envolvem uma disciplina escolar.

La disciplina escolar constituye un microcosmos en el que se puede examinar y analizar la historia de las fuerzas sociales que apuntalan las pautas del currículum y de la enseñanza. Como hemos visto, ese examen plantea a menudo grandes interrogantes sobre los propósitos sociales y políticos de la enseñanza. Por detrás de la retórica de la “educación de masas” y de la “escolarización común”, se detecta la actuación de propósitos sociales y políticos más específicos y diferenciados. Para captar esta complejidad y las implicaciones políticas asociadas con ella, tenemos que abrir la caja negra del currículum escolar.<sup>10</sup>

Ganha destaque, portanto, o entendimento que, além de se compreender os aspectos que envolviam a disciplina escolar, é relevante compreender os aspectos que envolviam o currículo como um todo, o que contribui para entender as demandas sociais e o processo de estruturação da escolarização. Para isso, o currículo escrito se torna um documento imprescindível para a análise do processo de escolarização, bem como do processo de sua construção social, consequência das necessidades da sociedade e das aspirações políticas dos intelectuais para a escola. Essas questões dão elementos para entender as práticas dentro da sala de aula<sup>11</sup>, a formação docente, a articulação entre essa formação e a recepção dos alunos em suas aulas, embora não tenha sido essa a intenção do presente trabalho.

O presente trabalho foi estruturado em três capítulos. No primeiro capítulo, intitulado *Higiene e escolarização no discurso médico*, procurou-se localizar a circulação das idéias médicas sobre a educação no Brasil, por meio dos congressos

---

<sup>10</sup> A disciplina escolar constitui um microcosmos em que se pode examinar e analisar a história das forças sociais que apontam as pautas do currículo e do ensino. Como vimos, esse exame propõe com frequência grandes interrogações sobre os propósitos sociais e políticos do ensino. Por trás da retórica da “educação de massas” e da “escolarização comum”, detecta-se a atuação de propósitos sociais e políticos mais específicos e diferenciados. Para captar esta complexidade e as implicações políticas associadas com ela, temos que abrir a caixa preta do currículo escolar. Tradução livre.

<sup>11</sup> Reconhece-se a importância de se estudar o método na prática da disciplina escolar Higiene, porém, escapa esse estudo devido à ausência de fontes correspondentes a essa temática nos acervos pesquisados.

de educação e higiene de âmbito nacional, todos realizados na década de 1920. Procurou-se também identificar o lugar dessas idéias no Estado do Paraná, inicialmente caracterizando o contexto histórico da capital do Estado para qual as proposições eram direcionadas e, em seguida as principais idéias, tendo destaque o Congresso de Ensino Primário e Normal, ocorrido em 1926, e o periódico *O Ensino*, ambos compreendidos como importantes meios de veiculação das idéias de educação e higiene para as escolas paranaenses.

No segundo capítulo, *As prescrições sobre higiene do escolar*, procurou-se estabelecer relações entre os preceitos higiênicos defendidos para a construção dos prédios escolares com vistas às questões espacial e temporal como integrante do currículo (VIÑAO; ESCOLANO, 2001). Ainda nesse capítulo, buscou-se compreender a higiene como lugar da educação do corpo, cabendo, portanto, um lugar de destaque para a Inspeção Médico-escolar.

Em *Escola, Currículo, Higiene*, terceiro capítulo, focalizou-se a disciplina escolar em si. Analisaram-se, inicialmente, os elementos obtidos nas pesquisas para a afirmação da higiene como uma disciplina escolar, tendo em vista as diferentes conformações que ela apresentou no currículo escolar. Posteriormente, discorreu-se sobre o seu surgimento, com programas específicos, tentando identificar seus conteúdos e qual o espaço que ela ocupava na distribuição temporal das atividades escolares.

## 1 HIGIENE E ESCOLARIZAÇÃO NO DISCURSO MÉDICO

- a) Asseio do corpo e do vestuário, são condições essenciais para conservar a saúde.
- b) Banhos diários no verão, cada dois dias no inverno, tonificam o corpo.
- c) Cabelos curtos nos meninos, aparados nas meninas, concorrem para a higiene da cabeça.
- d) Dentes limpos diariamente pela escovagem e conservados pelo tratamento, constitui dever.
- e) Escabiose ou sarna é molestia contagiosa, que produz comichão e feridas; trata-se com pomada de Helmerick e banhos diários.
- f) Fato modesto não desdoira ninguém, mas sujo ou rasgado denota relaxamento condenável.
- g) Graves molestias podem resultar de falta de asseio e da prática de medidas higienicas.
- h) Habitua-vos a deitar e levantar cedo, comer e trabalhar a horas certas.
- i) Irritações e molestias da pelle são produzidas quasi sempre por falta de asseio.
- j) Jogos e exercicios racionais, praticados com moderação, estimulam as funções organicas, beneficiando a saúde.
- l) Lede sempre com boa luz, vinda do lado esquerdo e detraz, á distancia de 20 a 30 centímetros.
- m) Moléstias não faltam no meio escolar como em todas as aglomerações: é preciso evital-as.
- n) Não andeis descalços, pois o calçado protege os pés contra os ferimentos e as infecções.
- o) Olhos e ouvidos são orgãos preciosos, que merecem especial cuidado e tratamento, quando doentes.
- p) Pediculose (molestia dos piolhos) evita-se com asseio e cabellos curtos; trata-se com pomada mercurial, ou mistura de azeite e kerozene (partes iguaes).
- q) Querer é poder! – diz o provebio: só não se cuidam os que não querem.
- r) Raspar a cabeça é o melhor remedio para acabar depressa com piolhos e lêndeas.
- s) Saúde é o bem mais precioso que existe, mas só o goza quem o merece pelo esforço que emprega para conservar os órgãos perfeitos pelo asseio e pela hygiene.
- t) Ter sempre o corpo direito, as mãos limpas, os pés asseados e calçados é elegante e saudavel.
- u) Urge tratar-vos ao menor incommodo pois é mais fácil e economico combater, o mal em começo do que quando não tem, ás vezes, mais remedio.
- v) Velai por vossa saúde como se fosse e como é de facto um inestimavel thesouro sem o qual não existe a felicidade.
- z) Zeloso é todo aquelle que se trata e se respeita, como aquelle que só faz aos outros o que deseja que lhe façam.

A. B. C. da Hygiene Escolar (O Ensino, 1922c).

Higienizar por meio da educação, essa era a palavra de ordem desde meados do século XIX para a educação no Brasil. A higiene passava a fazer parte

das falas de diferentes intelectuais, fossem médicos, educadores, sanitaristas, higienistas, engenheiros, religiosos, que centravam esforços em difundir as idéias médicas para o interior das escolas.

Na primeira metade do século XX, a inserção das idéias de higiene nas escolas ganhava destaque, ampliando as preocupações das construções dos prédios, dos pátios, da conformidade do espaço interno das salas de aula – respondendo às regras de iluminação, circulação de ar, mobiliário, disposição do mobiliário – para a educação do aluno condizente com os preceitos da higiene.

Entretanto, de onde vinham esses preceitos higiênicos? Quem os pregava? De que formas eles eram apresentados para os agentes responsáveis pela divulgação das noções de higiene no interior das escolas? Quem eram os responsáveis pela veiculação dessas noções? Quais eram os conhecimentos estabelecidos para o uso nas escolas? Quais eram os lugares para a circulação dessas idéias?

Neste capítulo procurou-se investigar tais questões, tentando perceber as diferentes estratégias acionadas para legitimar um discurso médico que tinha na escola um dos seus principais focos de análise e intervenção. Para isso, procurou-se a circulação das idéias médicas no contexto nacional. Essa intenção surtiu efeito com a criação da Sociedade Brasileira de Higiene (SBH)<sup>12</sup>, no início da década de 1920, que, entre outras ações, organizou congressos reunindo profissionais interessados na saúde pública.

No mesmo momento era criada a Associação Brasileira de Educação (ABE)<sup>13</sup>, reunindo intelectuais preocupados com o futuro da educação no país, união essa que resultou nas conferências nacionais de educação. Pelo fato de os anais dos eventos da ABE encontrarem-se espalhados por todo o Brasil, optou-se por

---

<sup>12</sup> A Sociedade Brasileira de Higiene, cujos objetivos “não se restringiam a congregar os profissionais da área em torno de discussões das questões de higiene e saúde pública”, tinha como principal intenção “possibilitar uma intervenção política, tendo em vista ampliar o controle sobre a sociedade” (ROCHA, 2003b, p. 232).

<sup>13</sup> A Associação Brasileira de Educação foi fundada em 1924, no Rio de Janeiro, resultado da aproximação de alguns intelectuais – professores, médicos, advogados e engenheiros – unidos para discutir os problemas educacionais brasileiros (BONA JUNIOR, 2005, p. 3). Sobre a ABE foi produzido o trabalho de Marta Carvalho (1998) – livro fruto de seu doutoramento. Marta Carvalho teve como objetivo em sua obra analisar o processo de organização e formação da Associação Brasileira de Educação, atentando para a proposta comum dos intelectuais participantes. Neste sentido, explicitou as ações nacionais e locais do movimento. Uma das ações principais para a veiculação das idéias do projeto da ABE foram, sem dúvida, as conferências de educação.

trabalhar apenas com a I Conferencia Nacional de Educação (I CNE)<sup>14</sup>, sediada no território paranaense, em 1927.

No ano anterior à I CNE, era promovido o Congresso de Ensino Primário e Normal – em Curitiba, mas restrito ao Estado do Paraná –, organizado pela própria Inspeção Geral de Ensino, tendo como seu representante e organizador do evento, o professor Lysimaco Ferreira da Costa<sup>15</sup>.

Portanto, no presente trabalho, fez-se opção de destacar os eventos ocorridos especificamente na década de 1920 no Brasil (quadro 1), contando com a participação de representantes paranaenses.

#### QUADRO 1 - CONGRESSOS DE EDUCAÇÃO E HIGIENE NA DÉCADA DE 1920 NO BRASIL

<b>Congresso</b>	<b>Cidade-sede</b>	<b>ano</b>
I Congresso Brasileiro de Higiene	Rio de Janeiro - RJ	1923
II Congresso Brasileiro de Higiene	Belo Horizonte - MG	1924
III Congresso Brasileiro de Higiene	São Paulo - SP	1926
I Congresso de Ensino Primário e Normal	Curitiba – PR	1926
IV Congresso Brasileiro de Higiene	Salvador – BA	1927
I Conferencia Nacional de Educação	Curitiba – PR	1927
V Congresso Brasileiro de Higiene	Recife – PE	1929

Embora esteja no horizonte deste trabalho as relações entre a higiene e a escolarização, impossível dissociar, nos eventos, a idéia mais ampliada de

<sup>14</sup> Percebeu-se que a busca pelos anais das conferências da ABE se tratava de uma tarefa, não impossível, mas que dependeria de um tempo inviável para o “fechamento” desta dissertação. No entanto, reconhece-se a importância desse material para a investigação da circulação das idéias médicas nos congressos de educação.

<sup>15</sup> Lysimaco Ferreira da Costa, nascido em 1883, em Curitiba, matriculou-se em 1896 no Ginásio Paranaense e concluiu a Escola Preparatória de Tática do Rio Pardo em 1903. Em 1906, tornou-se lente catedrático das cadeiras de Física e Química e, no mesmo ano, casou-se com Esther, com quem teve 11 filhos. Após o falecimento de sua esposa, casou-se com Maria Ângela, sua cunhada, em 1920. Desde 1907 publicava uma série de artigos sobre o ensino da Geometria e, em 1912, matriculou-se na primeira turma do curso de Engenharia na Universidade do Paraná. Enquanto ainda cursava a faculdade, tornou-se lente catedrático de Mineralogia e Geologia Agrícolas no Curso de agronomia anexo à Faculdade de Engenharia da Universidade do Paraná, a partir de 1915. No ano seguinte, foi nomeado para reger as cadeiras de Química Analítica e Química Agrícola e em 1917 substituiu o professor de Aritmética e Álgebra no Ginásio Paranaense. Em 1918, criou e dirigiu a Escola Superior Agrônômica do Paraná. Em 1920, foi diretor e lente de Pedagogia da Escola Normal. Anos depois organizou o plano de reforma da Escola Normal do Paraná. Em 1924, foi membro fundador da ABE e, no ano seguinte, deixava a Diretoria da Escola Normal para assumir a Inspeção Geral de Ensino. Em 1928, assumiu a Secretaria da Fazenda do Paraná. Faleceu em 1941 (COSTA, 1995).

educação, que poderia ser aplicada na escola ou não, pois previa outros espaços para sua difusão e aplicação.

Outro irradiador das idéias sobre a higiene para a educação no Estado do Paraná foi a revista *O Ensino*, organizada e editada pela mais alta instituição de Instrução Pública do Estado – a Inspeção Geral de Ensino (IGE). Dessa forma, aproximou-se dos diferentes espaços de ação dos agentes ligados à educação e higiene, tentando perceber suas intervenções e as influências sofridas que contribuíram com a integração da higiene no currículo escolar em finais da década de 1910 e seu desenvolvimento e modificações na sua conformação como saber curricular nos períodos posteriores.

### 1.1 A CIRCULAÇÃO DAS IDÉIAS MÉDICAS SOBRE A EDUCAÇÃO NO BRASIL

Um conjunto de encontros, conferências e congressos referentes à educação e à higiene ganhava força no cenário da intelectualidade brasileira na década de 1920 no Brasil. Eram lugares de falas, reflexões e a conseqüente construção de projetos e propostas para a educação brasileira no que se referia à higiene. Muitos dos projetos pedagógicos que acompanhavam os defensores da aplicação dos preceitos higiênicos para a construção dos prédios escolares – suas instalações, sua localização – e as lições de “como ser saudável” eram frutos dos debates realizados no âmbito dos eventos de higiene e educação no Brasil.

É preciso ter claro que a circulação das idéias veiculadas nos eventos da década de 1920 fazia parte de um círculo restrito de especialistas, como no caso dos congressos de higiene, que contavam apenas com a participação de delegados representando cada um dos estados brasileiros, ou nos congressos e conferências da área educacional, contando com a participação de um número ampliado de lentes, professores e diretores de escolas públicas e particulares, alunos das escolas normais e inspetores gerais do ensino.

No entanto, essas reuniões de especialistas tinham como intenção formular teses e postulados para a posterior divulgação, como resultados dos congressos. No caso das discussões entre a classe médica, os conteúdos seriam

difundidos e apropriados no âmbito da corporação médica, os preceitos médico-higiênicos não deveriam ficar circunscritos a esse espaço. Tratava-se, nesse lugar, de uma formatação mínima, de modo que se assegurasse procedimentos mais ou menos homogêneos por parte da corporação, com vistas a fazer valer a perspectiva uniformizadora desse saber. Esse é, portanto, um aspecto da estratégia formulada pela ordem médica (GONDRA, 2003, p. 34).

Embora a I Conferência Nacional de Educação (I CNE), sediada em Curitiba, em dezembro de 1927, tendo como organizador, Lysimaco Ferreira da Costa e iniciativa da ABE, tivesse a intenção de abranger os interessados pela educação de todo o país, pouca foi a participação de intelectuais de fora do Estado do Paraná em relação aos participantes da casa. De acordo com Bona Junior (2005), aproximadamente 95 por cento dos participantes da conferência foram paranaenses. Mesmo assim, contou com a presença de delegados dos seguintes estados: Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Distrito Federal, São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Goiás, Mato Grosso, Pernambuco e Alagoas.

Nesse evento, a organização das apresentações das teses fazia-se na forma de comissões, sendo elas: Ensino Primário – 1.<sup>a</sup> Comissão; Ensino Primário – 2.<sup>a</sup> Comissão; Ensino Secundário; Teses Gerais – 1.<sup>a</sup> Comissão; Teses Gerais – 2.<sup>a</sup> Comissão; Teses Gerais – 3.<sup>a</sup> Comissão; Educação Higiênica; e Ensino Superior.

Com o mapeamento dessas comissões na I CNE, pode-se perceber um valor dado à temática da educação associada à higiene em relação a outras temáticas<sup>16</sup> que tinham um elevado *status* no período, mas acabaram por ser contempladas nas outras comissões, principalmente naquelas intituladas *Teses Gerais*. Esse seria um sinal de valorização da educação higiênica como projeto para inserção nas escolas brasileiras? Um reconhecimento da importância de se debater esse assunto como meio de formação dos alunos?

Sem dúvida, essa comissão tinha força perante as outras, levando em consideração a análise do número de membros para cada comissão, já que – excetuando a comissão de Ensino Secundário, com 12 membros – a comissão de Educação Higiênica envolvia o maior número de membros: eram 11 ao todo. Ganhou prestígio, ainda, pela análise do conjunto de teses apresentadas no evento.

---

<sup>16</sup> Temáticas como: formação de professores, métodos de ensino, educação de imigrantes, unidade nacional, combate ao analfabetismo, entre outras, em voga no período do evento.

Em um total de 113 teses, 11 tiveram em seu título a menção ao tema da educação higiênica e 23 em seu conteúdo<sup>17</sup>, conforme o quadro 2.

**QUADRO 2 - PRESENÇA DAS TEMÁTICAS EDUCAÇÃO E HIGIENE NOS CONGRESSOS DE HIGIENE E EDUCAÇÃO**

<b>Congressos</b>	<b>Número de trabalhos que fazem menção à higiene escolar em seus títulos</b>	<b>Número de trabalhos com conteúdos referentes à higiene escolar</b>	<b>Total de trabalhos apresentados</b>
I Conferencia Nacional de Educação	11	23	113
I Congresso Brasileiro de Higiene	3	9	77
II Congresso Brasileiro de Higiene	1	5	27
III Congresso Brasileiro de Higiene	3	18	82
V Congresso Brasileiro de Higiene	2	10	59
I Congresso de Ensino Primário e Normal	2	5	28

A importância que a higiene teve no conjunto dos temas abordados na I CNE pode ser explicada pelo fato de ser atribuído à questão higiênica um dos principais meios de construção da unidade nacional, discussão muito forte naquele período, apontada como razão maior da concentração de intelectuais de diferentes pontos do país num congresso de educação. Atribuía-se ao “fato de a maioria dos brasileiros não possuírem aspirações, crenças e/ou ideais coletivos de unidade nacional, disso resultando os vícios e as doenças que castigavam este país” (BONA JUNIOR, 2005, p. 65).

Em curso direcionado para os diretores das escolas da cidade de São Paulo no Instituto de Higiene, objetivando a ampliação dos conhecimentos de higiene desses agentes escolares e seu engajamento na obra do saneamento rural, fica muito clara essa relação entre a higiene e o nacionalismo, deixando “explícitos os

<sup>17</sup> Cabe aqui identificar a forma de classificação das teses, tendo em vista seu conteúdo. Em uma primeira leitura, foram selecionadas aquelas que concentravam suas discussões na higiene, embora não contemplassem seu nome no título. Em uma segunda análise, foram relacionadas as teses que tratavam de temas transversais à higiene e educação, como eugenia, educação moral, educação estética, saúde, doenças, entre outras, todas fazendo referência à higiene escolar ou à educação higiênica.

vínculos entre os esforços no sentido de sanear o país e os objetivos de constituição da nacionalidade. (...) a responsabilidade atribuída aos diretores colocava-os, pois, diante de uma dupla possibilidade: o ‘rejuvenescimento físico e moral do povo brasileiro’ ou a ‘degenerescência física e moral dos nossos compatriotas’” (ROCHA, 2003b, p. 163).

A comissão de Educação Higiênica trazia em sua composição membros ilustres, de grande prestígio da área educacional do período, tendo como seu presidente, Belisario Penna, seu relator, Luiz Medeiros e demais integrantes, sendo eles: Lourenço Filho, Décio Lyra da Silva, Olga Balster, Myrian de França Souza, Maria Bassan Buzato, João Mauricio Muniz de Aragão, Carlos Mafra Pedroso, Itacelina Bittencourt e Milton Carneiro.

Tendo como autores professores de escolas isoladas, normais, complementares, grupos escolares, de ensino secundário, faculdades de medicina, membros da ABE, de sociedades, ligas e institutos ligados à área educacional e médica e inspetores médico-escolares, a I CNE abrangeu uma grande gama de intelectuais ligados à ABE destinados à discussão dos temas relacionados à educação, como um lugar de produção do consenso da área.

Nas teses que tinham como intenção específica tratar do tema da higiene escolar, encontrou-se sempre com muita veemência a defesa pela educação higiênica como principal, e em alguns casos até como a única, forma de se chegar ao povo, como nas palavras de Belisario Penna:

Para isso [a defesa e melhoramento incessante da vida, da sociedade e da espécie], torna-se indispensável criar a consciência sanitária pela educação higiênica na escola, no lar, nas fábricas e nas casernas, a fim de gravar no espírito de toda a gente o valor inestimável – econômico, ético, moral e social – da normalidade biológica resultante da saúde, conquistada pela obediência às leis inflexíveis da biologia, pela execução das medidas de saneamento, pela prática das virtudes higiênicas do asseio, da sobriedade, da castidade, da laboriosidade, e pelo conveniente aproveitamento e uso dos elementos naturais, agentes todo-poderosos da vida: a terra, o ar, a água e o sol (PENNA, 1997, p. 30)<sup>18</sup>.

A higiene era apontada – embora tivesse acento maior para a educação, tendo em vista o público-alvo da conferência – como necessária em toda e qualquer

---

<sup>18</sup> Em 1997, Maria José Ferreira Costa, Denilson Schena e Maria Auxiliadora Schmidt lançaram uma coletânea constando a compilação das teses da I Conferência Nacional de Educação. Essa organização está com o português atualizado. Assim, as citações que aparecerem no decorrer desta dissertação com base na I CNE, embora datem de 1997, dizem respeito às teses do evento de 1927.

parte: nas ruas, nos hospitais, nas fábricas, nas casernas, nas prisões, nas casas e cortiços, nos navios, nos seminários, conventos e internatos. Era necessário um conhecimento alargado por parte dos educadores e médicos escolares para se pensar a higiene para a escola. Principalmente nos congressos brasileiros de higiene, esses assuntos apareceram de forma constante nas falas dos congressistas, como abordado mais adiante.

O termo *educação higiênica* apareceu em grande parte das teses que apresentavam em seu conteúdo a higiene, sempre no sentido de se chegar à conscientização da população em relação à higiene mediante a educação, não sendo suficientes outros meios:

Mas o saneamento, a profilaxia, a higiene não são elementos suficientes de combate. É preciso a educação, como o maior recurso para os milagres da regeneração física. A educação higiênica se impõe, como um postulado da razão, como necessidade inadiável e imprescindível, como um dilema de sobrevivência ou iluminação. Deve ser a peleja de hoje, a luta de amanhã, o combate de sempre (ANGELIS, 1997, p. 445).

“Necessidade inadiável e imprescindível”. É dessa forma que as ações referentes à educação higiênica eram defendidas nas teses da I CNE, como algo a se fazer com urgência, de extrema necessidade e importância para o melhor andamento do país. Por isso, muitas vezes, esse tema vinha associado ao da unidade nacional, tema de grande afluência na conferência. A educação higiênica envolvia preocupações com as normas de viver higienicamente e com saúde nas cidades e zonas rurais.

A partir do começo da década de 1910, a corrente sanitarista, como chamou Campos (2002, p. XVII), também viria para contribuir com as práticas de educação higiênica no Brasil. O movimento sanitarista se desenvolveu principalmente a partir da expedição científica de Belisario Penna e Arthur Neiva que partiram do Instituto de Manguinhos em direção ao Brasil Central (BERTUCCI, 2005, s.p.)<sup>19</sup>. Outro impulso para o movimento sanitarista foi a contribuição da Fundação Rockefeller com a implementação de postos de saúde para atendimento da população com o intuito de controle das moléstias que se alastravam na sociedade cafeeira. Nesse

---

<sup>19</sup> Bertucci (2005, s.p.) ainda destaca que foi pelo movimento sanitarista que “higienistas passaram a ser conhecidos ao fazerem da política de saúde pública (que envolve atenção múltipla com homens, lugares e coisas) sua principal preocupação”.

momento, fazia investimentos nas campanhas sanitárias, “fundadas na articulação entre miséria, insalubridade e enfermidade, e na formação de quadros para atuar nessas campanhas” (ROCHA, 2003b, p. 14). Foi a Fundação Rockefeller que, por muitas vezes, financiou pesquisas e construções de instituições voltadas ao tratamento da população, responsável também pela criação das primeiras escolas voltadas ao estudo da higiene e saúde pública nos Estados Unidos e que se propagou “por quase todo o mundo em uma iniciativa filantrópica da instituição” (CAMPOS, 2002, p. 75).

Com as ações dessa entidade no Brasil, ou nas instituições que tiveram seu apoio, a higiene conseguiu uma acentuada difusão por todo o país, principalmente pelos resultados de suas pesquisas. A principal preocupação que permeava os estudos dos médicos higienistas era, sem dúvida, as doenças que afetavam o povo brasileiro, seja em regiões específicas ou em todo o país.

As doenças fizeram parte das teses da I CNE sendo tratadas em diferentes pontos, como propostas, como o caso da Sociedade de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra, que, como o nome já dizia, sugeriu à comissão responsável pelos estudos sobre a higiene infantil da ABE, a defesa pela obrigatoriedade do ensino da profilaxia da lepra:

a difusão do ensino primário, atingindo a todos os analfabetos, se correr paralela com as lições de higiene, sobretudo as que concernem às moléstias de longa duração – como a sífilis, tuberculose, impaludismo, moléstia de Chagas, úlcera de Bauru e, pairando acima, pela deformação trágica e transmissão ignorada, a lepra – , levará o Brasil ao seu pleno desenvolvimento. A educação do povo, que em tão boa hora se inicia, trará luz sobre diversos problemas que até agora ainda não foram ventilados convenientemente.

Divulgadas entre as crianças, certas noções de higiene acordarão entre elas o sentimento de natural defesa e o dever de solidariedade, prestando assistência aos infelizes que a enfermidade privou de tudo! (TIBIRIÇÁ, 1997, p. 123).

Para a profilaxia das doenças – modo defendido como o mais eficaz para o aprendizado dos hábitos de higiene e saúde da população, como um meio de garantir o não aparecimento de novos focos de certas moléstias e enfermidades no interior das cidades – a Seção de Higiene e Educação Física da ABE, tendo como presidente da Seção Belisario Penna, relatou os trabalhos da seção no decorrer de 1927. O presidente da seção percorreu todo o país, inclusive o Estado do Paraná, em trabalho de educação higiênica, realizando “28 preleções sobre assuntos de

higiene e profilaxia, acompanhadas sempre de projeções luminosas, fixas e animadas, seguidas de distribuição de folhetos ilustrados sobre o assunto da palestra” (RELATÓRIO DE SEÇÕES, 1997, p. 87), ainda com perspectivas de no ano seguinte prosseguir com “excursão pelo país, colhendo dados e executando o programa que me impus de educação higiênica escolar popular, visando sobretudo ao combate à verminose, ao alcoolismo, ao impaludismo e à lepra, as maiores calamidades endêmicas do Brasil rural” (RELATÓRIO DE SEÇÕES, 1997, p. 87).

As doenças se tornavam, então, problema nacional e de responsabilidade de todos. Da forma que aparece nas teses da I CNE, era importante o conhecimento das causas, conseqüências e cuidados com as mais diferentes doenças, inicialmente pelo professor para posteriormente chegar ao aluno. Defendia-se o envolvimento do professor sobre as questões da higiene, sendo que ele deveria ser versado nesse assunto. Lindolpho Xavier (1997, p. 72) defendia que se implementasse a educação higiênica desde o ensino primário, sendo que fosse “erigida em dogma, não podendo nenhum professor ocupar o magistério sem dela estar senhor. Haverá de combater-se sem tréguas qualquer manifestação da toxicomania: o fumo, o álcool, os demais entorpecentes”. O papel do professor como propagador das idéias higiênicas por muitas vezes aparece nas teses, como no seguinte trecho:

Sem a instrução e sem a educação não há higiene, e podemos dizer que o professor bem orientado é o braço direito do higienista. Este age no próprio foco da infecção; aquele tem o papel de preparar o terreno para que a moléstia não se alastre, **transformando, pela educação, cada indivíduo em uma barreira que impeça o desenvolvimento do mal** [sem grifo no original].

O professor não deve contentar-se com a instrução de seus alunos, mas deve procurar inculcar-lhes tão **profundamente** [sem grifo no original] essas idéias de profilaxia, que os transforme em propagandistas de seus princípios no seio da família.

Se a obra do professor for perseverante, como sempre o é, em algumas dezenas de anos aqueles que aprenderam a higiene nas escolas se transformarão em chefes de família e se tornarão, por sua vez, os baluartes da profilaxia, conseguindo assim a Higiene alcançar o seu fim (GUIMARÃES FILHO, 1997, p. 469).

Nesse trecho fica clara a relação defendida entre a higiene e a educação, bem como entre o médico e o professor. Este, na maioria das vezes, foi apresentado como o salvador da pátria, como portador dos poderes de difusão e multiplicação dos conceitos da higiene para a população por meio da escola, porque só ao

professor cabia a função de “incutir no homem do futuro os meios de defesa de que ele vai necessitar, ou torna-lo apto para auxiliar também, pelos seus conhecimentos, os que o cercam, quando disso necessitarem” (PEDROSO, 1997, p. 477), pois – continua Carlos Mafra Pedroso, inspetor médico-escolar da capital do Estado do Paraná – era principalmente pelas “crianças portadoras de formas resistentes, fontes de infecção, que devemos iniciar a campanha de profilaxia, para a qual o professor primário será o mais útil cooperador” (PEDROSO, 1997, p. 477).

Retornando às palavras de Guimarães Filho, percebe-se uma projeção do ensino da higiene nas escolas a longo prazo, pois o ensinamento que as crianças teriam na escola se manifestariam, também, tempos mais tarde, quando já exerceriam a função de chefes de família. Termos como “profundamente” e “transformando, pela educação, cada indivíduo em uma barreira que impeça o desenvolvimento do mal”, incutem um sentido muito intenso à educação e à higiene, concordando com as idéias de responsabilidade do professor pelo futuro da nação, expostas anteriormente.

É possível encontrar em várias teses a defesa para a preservação da saúde e a criança como principal receptora dos conhecimentos higiênicos. “Saúde em primeiro lugar e, depois, sabedoria” (MORAES, 1997, p. 615). Entretanto, por que endereçar à criança a função de receptora dos conteúdos da higiene? As crianças na idade escolar eram vistas como portadoras dos maiores riscos para contrair doenças, visto que eram “desprotegidos pela idade e pela resistência física nessa época de transições, quando mais estão sujeitos às influências das várias causas de moléstias” (GUIMARÃES FILHO, 1997, p. 464). Por isso a importância do trabalho nas escolas sobre a higiene e saúde, tendo em vista também que não era vantagem para o Estado ter entre seus homens pessoas enfermas, “porque o valor do Estado depende da capacidade intelectual, moral e física de cada habitante do solo” (ANGELIS, 1997, p. 442).

Para a ação nas escolas e tratamento dessas crianças, cumpriria um papel importante o inspetor médico-escolar, um agente que deveria realizar visitas às escolas, inspecionar seus alunos e dar orientação aos professores. Um dos seus lugares na escola se aproximava às aulas de Educação Física, nas quais o inspetor médico-escolar assistia o professor na orientação dos trabalhos da disciplina escolar:

No início dos trabalhos escolares, necessário se torna o exame médico de todos os alunos, a fim de remover as causas que por acaso se oponham à prática da ginástica ou dos esportes. Neste exame médico será verificado se a respiração do exercitando apresenta os quatro caracteres fundamentais – nasal, suficiente, completa e resistente –, o que virá confirmar a ausência das afecções patológicas que mais põem em risco a vida do praticante de esportes: asma, hérnia, pólipos e vegetações adenóides; serão verificados também os aparelhos circulatório e digestivo, os rins, a boca, os ouvidos; enfim, um minucioso exame deve ser feito e repetido no fim do ano letivo e sempre que o médico ou professor achar conveniente (TORRES, 1997, p. 182).

De acordo com as proposições da I CNE, deveriam, então, ser realizados exames médicos todo início e final de ano letivo, para, assim, haver um acompanhamento da criança em idade escolar. Uma das intenções desse acompanhamento do aluno no ambiente da escola era a realização da estatística escolar. Em outra tese, do inspetor médico-escolar do 1.º distrito do Rio de Janeiro, Leonel Gonzaga, foram apresentadas críticas sobre o preenchimento de ficha dos alunos para a estatística escolar e defende o atendimento direto ao aluno. Segundo o seu relato:

Deixei, portanto, de fazer as fichas sistematizadas e passei no meu distrito a executar o exame parcial de todos os alunos. Encontrada a doença a tratar, o desvio a corrigir, sobrevinham sempre as interrogações: Tratar como? Onde, se a criança não tem meios, pois os que têm recursos não constituem maioria?

Continuar a examinar os alunos para organizar porcentagens e no fim informar que, no distrito a meu cargo, há tantos por cento de amígdalas hipertrofiadas a extirpar, de rinites hipertróficas ou atróficas a curar, de vícios de refração a corrigir, de portadores de lues hereditária a depurar, de verminóticos a expurgar, de esqueletos deformados a endireitar, de dentes cariados a obturar, de tuberculosos ganglionares a preservar da invasão a órgãos mais nobres, de portadores de manifestações cutâneas, de lesões nervosas, de afecções cardíacas? Não, a estatística é dispensável aqui: basta saber que as porcentagens são suficientemente elevadas, para nos desafiar à luta sem desânimos nem pessimismos.

Examinar os alunos para satisfazer a minha curiosidade de pediatra, sem vantagem para o examinado? Não, tampouco, porque isto me repugnaria à consciência de clínico, que não me contento com o diagnóstico sem a providência da terapêutica e, além de tudo, iria perturbar o expediente escolar sem nenhum proveito (GONZAGA, 1997, p. 456).

O autor tece pesadas críticas à ação de muitos dos inspetores médico-escolares, tendo em vista que uma de suas principais funções era o exame dos alunos para a estatística escolar, que deveria ser apresentada anualmente ao diretor

geral de ensino, na maioria dos estados brasileiros, como tarefa obrigatória e que dispndia um grande tempo do médico nas escolas.

A I CNE chamou a atenção do professorado brasileiro para diversos fatores, sendo um dos principais a questão da higiene por meio da educação. Com isso, muitas foram as propostas feitas pelos autores das teses, intenções para o cumprimento nas escolas brasileiras sob o ponto de vista higiênico. Algumas dessas propostas são exploradas nas páginas seguintes.

A tese do professor da Escola Normal Primária de Ponta Grossa-PR, Nicolau Meira de Angelis, aponta para o esclarecimento dos alunos quanto às doenças e males como função primordial do professor:

Nosso dever como professores é difundir nas escolas, às classes mais adiantadas, as conseqüências da sífilis, do alcoolismo e outros fatores de degenerescência: é tratar da educação sexual, mostrar aos jovens as conseqüências de uma vida desregrada, os benefícios da virtude, de uma vida moralizada, de uma vida cristã. É difundir os conhecimentos da higiene por meio de livros repletos de ilustrações, gravuras, dizeres frisantes em todos os recantos da Pátria, numa campanha persistente, metódica, bem dirigida, com intuios de colher resultado depois de largos anos de trabalho, porque seria irrisório pretender-se regenerar os costumes *ex-abrupto*. Só a energia dessa força de vontade e a tenacidade da campanha poderão trazer frutos benéficos para o povo (ANGELIS, 1997, p. 443).

É interessante observar alguns aspectos nesse trecho. Inicialmente, a linguagem do autor da tese, falando de professor para professor. Essa forma de direcionamento da fala colocando o autor como igual, trazia uma impressão de maior proximidade às questões relativas à higiene para o domínio do professor, parecendo mais familiar.

A aquisição de hábitos “bons” em oposição aos hábitos “ruins” também fica evidente na fala do professor: a prevenção contra as doenças, a conscientização contra o alcoolismo e a educação sexual contra uma vida desregrada. Todavia, como levar esses valores às crianças e jovens? Pela higiene, pautada na moral e na religião. Na tese de Belisario Penna (1997, p. 31), o culto religioso é usado como analogia para o comportamento em relação à saúde do povo, “para que possam as novas gerações guiar o carro da Nação por uma estrada plana e suave de civilização, conquistada pelo trabalho livre e vitalizador de um povo dignificado pela saúde, apto para realizar a sua tríplice finalidade biológica e firmar solidamente a consciência nacional”.

A relação da moral – na maioria dos discursos, a religiosa – com a saúde corporal apresentava muitos laços, essencialmente ligados à alma, ou seja, “da moral depende muito a saúde do corpo, senão completamente o corpo se atirá aos mais tristes desatinos, entregue a uma alma doente; é portanto necessário conjugarem-se, para esse ideal de robustecer a nossa mocidade, as necessidades do corpo e as necessidades da alma” (MARTINS, 1997, p. 155).

Por último, Angelis (1997) aponta algumas das formas de tornar mais agradável e fácil o ensino dos preceitos de higiene nas escolas, lembrando, como se apontou anteriormente, a visualização dos resultados dos ensinamentos a longo prazo, pois a mudança de hábitos proposta a partir da higiene para as crianças, fazia parte de um processo de conscientização e posterior ação e difusão para o seu meio: o lar.

É nesse sentido que o paulista Eurico Branco Ribeiro (1997, p. 511), tendo em vista a “necessidade de incluir a instrução higiênica nos programas dos colégios”, propôs a criação de uma “cadeira especial para o desenvolvimento da matéria” (RIBEIRO, 1997, p. 511). Para a efetivação dessa proposta, o congressista defendia a obrigatoriedade da disciplina nas escolas, procurando “a estipulação de um programa oficial, organizado e adequado aos fins em vista” (RIBEIRO, 1997, p. 511).

A proposta de programa para as escolas primárias brasileiras, da seção de divertimentos infantis da ABE, representada pela professora Maria Luiza Camargo de Azevedo, complementa a proposição de Ribeiro, apresentando ainda alguns dos conteúdos que poderiam ser abordados nas escolas.

o programa, **conscientiosamente traçado sob as vistas de um professor médico higienista** [sem grifo no original], conteria a ginástica rítmica e sueca, a música, os elementos de história natural, o desenho e a liliputiana literatura, orientando assim o bom gosto da criança, inculcando-lhe ao mesmo tempo o hábito da boa leitura, que é o complemento indispensável à boa cultura (CAMARGO, 1997, p. 74).

De início, é relevante atentar para a construção do currículo tendo como um dos principais personagens o médico higienista. A presença desse “homem de ciência”<sup>20</sup> para a formulação do currículo pode ser explicada pela posição que esses

---

<sup>20</sup> Utiliza-se esse termo no sentido exposto por Rocha (2003b, p. 32), ou seja, “auto-representando-se como porta-vozes da razão, do progresso e da modernidade, esses *homens de ciência* reclamam

homens vinham conquistando desde o século XIX na intelectualidade brasileira. A produção dos programas de ensino começou, então, a fazer parte da gama de atividades que o higienista abarcava, juntamente, é claro, de pessoas ligadas às diretorias de Instrução Pública. Preocupações com o tempo em que a criança deveria ser submetida a atividades intelectuais, tempos de descanso, seleção de disciplinas escolares, distribuição dessas disciplinas, dos tempos e dos espaços faziam parte dos conhecimentos que os médicos portavam e incutiam na sua intervenção.

Da tese que apresenta o relato de todas as ações produzidas durante o ano de 1927 pelas seções da ABE, é importante salientar a seção de Higiene e Educação Física, representada naquele momento pelo seu presidente, o doutor Belisario Penna, o qual apresentou propostas para os anos seguintes no que diz respeito à higiene:

Atendendo ao que foi resolvido na última sessão por proposta do professor Mário de Brito, junto a esta exposição alguns conceitos sobre o momentoso problema da saúde. Sanear o Brasil, prová-lo e enriquecê-lo é moralizá-lo. A saúde é o fundamento da vitalidade e da energia, estimulantes do trabalho; este é o fator da produção, da qual resulta a riqueza e o progresso. A doença, seja qual for a sua causa, é sempre um fator de desordem na família e na sociedade. O primeiro dever do estadista consiste em promover o equilíbrio da mentalidade coletiva para formar a consciência nacional, o que se não consegue sem a saúde, resultante do saneamento e da educação biofísica (RELATÓRIO DE SEÇÕES, 1997, p. 88).

A saúde na perspectiva educativa formava, então, uma das bases do tripé que cumpriria o papel de solucionar os problemas da nação, juntamente com a educação e a moral. Isso explica o maior investimento que os departamentos de saúde pública dos estados receberam para suas ações, tendo em vista que esse período no Brasil foi de intensa reordenação das cidades. O problema de saúde pública era considerado de maior gravidade no meio urbano, devido ao acentuado crescimento populacional ocorrido a partir dos anos 1920 no Brasil. Segundo Bona Junior (2005, p. 65), “atribuídos pela oferta de emprego, os operários migravam para as cidades grandes sem que estas estivessem estruturalmente preparadas para o aumento populacional. O resultado foi uma desmedida aglomeração de gente que,

---

para si a responsabilidade pelos destinos da cidade e de seus habitantes, procurando impor-lhes um conjunto de preceitos que deveria guiar as suas vidas. Investindo sobre o espaço urbano, buscaram organizar cientificamente a cidade, produzindo um espaço classificado, geometrizado, onde tudo pudesse ser ordenado, controlado”.

sem local adequado para se instalar, se acomodava onde podia, em condições precárias”.

Dentro do mesmo contexto, os congressos de higiene cumpriam o papel de discutir os problemas do país no que dizia respeito à saúde pública, defendendo a aplicação imediata do controle sanitário no Brasil, pois cada vez mais, segundo os congressistas, ele se distanciava do “ideal”. A partir daí outro evento entra em cena, apresentando um movimento inverso do exposto até o momento: os congressos de higiene que absorveram as questões da educação para discussão de propostas.

Nos Congressos Brasileiros de Higiene<sup>21</sup>(CBH), vinculados e promovidos pela SBH, “instituição criada em meados da década de 1920 e que teve Carlos Chagas como um de seus fundadores” (CAMPOS, 2002, p. 25), o estatuto do evento se diferenciava da I CNE, por ser claramente destinado à participação de higienistas brasileiros. No artigo primeiro do Regimento Interno do II Congresso Brasileiro de Higiene são listados os membros que poderiam participar do evento: “(...) só poderão tomar parte os profissionais de saúde pública, medicina e engenharia, que a elle [congresso] explicitamente adherirem, e mais os representantes officiaes dos Governos, dos serviços públicos, das escolas, dos institutos e das associações que tiverem recebido convite” (SOCIEDADE BRASILEIRA DE HIGIENE, 1928, p. 17).

Não era prevista a participação de educadores e professores, apenas mediante convite, que normalmente era institucional, portanto, reduzido. Mesmo tendo esse espaço para a participação de agentes ligados à educação nesses eventos, do Estado do Paraná não houve envio de nenhum representante nesse sentido, com exceção do V Congresso, no qual o professor Luiz Medeiros esteve presente como representante do Estado e da Faculdade de Medicina.

As discussões eram organizadas por temas oficiais, trabalhos avulsos, e conferências, tendo ainda um espaço específico para a fala dos diretores de saúde pública dos estados. Participaram desses congressos médicos e engenheiros sanitaristas, diretores de institutos e instituições de saúde e convidados especiais falando sobre educação, diferente da I CNE, na qual as falas partiram de

---

<sup>21</sup> Os Congressos Brasileiros de Higiene, fruto das ações da SBH, entendidos como um dos canais para divulgação de trabalhos, pesquisas e propostas para a saúde pública brasileira, dividindo essa função com a *Revista de Higiene e Saúde Pública*, aconteceram no período de 1923 a 1929 e de 1947 até meados da década de 1970. A pausa de 18 anos se deu, como apontou Campos (2002), devido ao início da ditadura Vargas, o que fez com que os congressos fossem retomados somente no final da década de 1940.

educadores e intelectuais ligados à educação, se aproximando às questões relativas à higiene e saúde pública.

Esse fato causava certa insegurança por parte dos educadores, ocasionando muitos momentos em que justificavam em seus textos a sua “ignorância” sobre o tema da higiene, como o exemplo do professor da Escola Normal Primária de Ponta Grossa, Nicolau Meira de Angelis (1997, p. 438): “Foram, pois, os sentimentos de amor pátrio que me levaram a dissertar sobre esse assunto, embora não sendo higienista ou médico”. O autor se remete ao sentimento pátrio para justificar a “ousadia” de escrever sobre um assunto que, segundo ele, não lhe cabia. Mas pode-se afirmar que o tema da higiene escolar era de posse apenas dos médicos e higienistas? Até pela maciça presença da temática da higiene no I CNE pode-se dizer que não. A associação da higiene com a educação passava pelo domínio de diferentes intelectuais, de uma forma geral, fossem eles médicos, engenheiros, juízes, deputados, professores, entre outros.

No I Congresso Brasileiro de Higiene (I CBH), no ano de 1923 no Rio de Janeiro, e no II Congresso Brasileiro de Higiene (II CBH), sediado em Belo Horizonte em 1924, a participação paranaense contou com a representação do Deputado Dr. Plínio Marques e do Dr. Victor Ferreira do Amaral e Silva<sup>22</sup>, contando ainda, no I CBH, com o Dr. João de Barros Barreto, chefe do Serviço de Saneamento e Profilaxia Rural do Estado do Paraná. Contribuiu com um único trabalho no I CBH, do Dr. Victor Amaral, intitulado “Estatística demographo-sanitária da Capital do Estado do Paraná relativa ao anno de 1922”, no espaço destinado aos diretores de Saúde Pública dos estados, tendo como programa:

- I – Dados estatísticos sobre mortalidade infantil e geral, principalmente na Capital.
- II – Meios de melhorar o serviço de estatística sanitária.
- III – Situação actual da organização sanitária do Estado (ANNAES DO PRIMEIRO CONGRESSO BRASILEIRO DE HYGIENE, 1926, p. 7).

---

<sup>22</sup> Victor Ferreira do Amaral e Silva, nascido em 1862 na Vila do Príncipe, na Lapa. Fez o curso de Humanidades no Rio de Janeiro, no Colégio Abílio. Doutorou-se em Medicina em 1884, pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, especializando-se em Ginecologia e Obstetrícia. Foi também professor de Francês do Ginásio Paranaense. Ocupou os cargos de Diretor Geral de Instrução Pública e Diretor do Ginásio Paranaense. Foi, ainda, Diretor Geral do Serviço Sanitário do Estado do Paraná de 1920 a 1928. Foi vice-governador do Estado de 1900 a 1904 e Deputado Federal de 1906 a 1909. Fez parte também do grupo que criou a Universidade do Paraná em 1912, e foi seu primeiro reitor. Assumiu a diretoria da Faculdade de Medicina da mesma e, anos mais tarde, em 1946, voltou ao cargo de reitor por mais um mandato. Faleceu em 1953 (DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO DO PARANÁ, 1991, p. 446-447).

Não foram obtidos os dados sobre a participação paranaense no III e no IV Congresso Brasileiro de Higiene, ocorridos em 1926, em São Paulo, e em 1927, no Estado da Bahia, respectivamente, embora, em relatório do Secretário Geral do Estado do Paraná, Alcides Munhoz (1925-1926) referente aos serviços de 1925 e 1926, quando apresenta na íntegra a comunicação enviada ao III CBH do, na época, Diretor Geral de Serviço Sanitário do Paraná, Victor Ferreira do Amaral, revela que este não compareceu pessoalmente ao evento. Já no V Congresso Brasileiro de Higiene, contando com a cidade-sede Recife, em 1929, entre os representantes oficiais do evento, encontrava-se o Prof. Dr. Luiz Medeiros cumprindo o papel de representante da Faculdade de Medicina do Paraná, como também do Estado do Paraná.

O I CBH, pode-se dizer, foi o evento que apresentou mais diretamente a preocupação dos organizadores com as questões de higiene e saúde pública nas cidades brasileiras. Segundo o professor Clemente Fraga, o congresso teria a função de “concertar medidas de aplicação pratica e approximar, em um encontro presago, os hygienistas do Brasil” (FRAGA, 1926, p. 16)<sup>23</sup>. Carlos Chagas, presidente da comissão executiva do I CBH e diretor do Departamento Nacional de Saúde Pública, por sua vez, afirmou na sessão inaugural:

Opportuna e feliz resolução dos especialistas brasileiros, o Primeiro Congresso Nacional de Hygiene concretiza intuitos de aperfeiçoamento tecnico e define o empenho de integrar, na verdade e na eficiencia das modernas doutrinas, o regimen sanitário em nosso paiz.

Era bem o momento de synthetizar conceitos para generalizar applicações, e de attender na centralização do esforço e da capacidade dos hygienistas de nossa terra, no concurso de seu saber e de sua experiencia, a pratica ampliada da medicina preventiva, as suas possibilidades actuaes na defesa da vida e na conquista progressiva da longevidade (CHAGAS, 1926, p. 13).

A fala inicial do evento, de seu presidente, deixa clara a mudança que vinha aparecendo nos discursos referentes à saúde, quando esta não era mais entendida como oposição à doença, mas sim, associada à preservação da vida, o que aparece também na fala do Dr. Amaury de Medeiros (1928, p. 48) no II CBH: “o conceito de saude já não é mais o conceito negativo de ausencia de doença; a saude hoje se

---

<sup>23</sup> As teses do I CBH, realizado em 1923, só tiveram publicação no ano de 1926, pelas Oficinas Gráficas da Inspetoria de Demografia Sanitária. Da mesma forma, o material do II CBH teve publicação em 1928, pela Livraria, Papelaria e Lito-tipografia Pimenta de Mello & Cia, do III CBH em 1929 e o V CBH, em 1930, novamente pelas Oficinas Gráficas da Inspetoria de Demografia Sanitária.

mede e se pesa, ella se exprime em cifras e por formulas positivas, quasi mathematicas, é uma sensação de vigor physico e mental que dão a alegria de viver e que correspondem a um rendimento de energia a preço marcado”.

A associação que o autor fez com a matemática e a economia pode ajudar a pensar o que se esperava da higiene naquele momento. Não só qualitativamente, com a melhora dos hábitos saudáveis da vida de cada indivíduo da população, mas também uma melhora quantitativa nos marcadores da saúde pública, como a diminuição da mortalidade infantil, de pessoas contaminadas por doenças, entre outros. Por isso o esforço, em cada um dos congressos, de apresentar números cada ano melhores desses índices, conseqüência da concentração de energia dos médicos, higienistas e governantes para a causa da saúde pública.

A mudança na concepção de saúde alterou os conteúdos discutidos, o que foi apontado por alguns médicos, higienistas e engenheiros no momento de suas falas, quando buscavam no passado movimentos contrários ao tratamento que seus temas apresentavam no momento histórico do congresso, método freqüente no período, pelo que foi visto nas teses dos congressos de higiene. O retorno ao passado servia para mostrar o quão modernas eram suas propostas e o progresso que os cuidados de higiene das cidades e das pessoas vinham sofrendo ao longo dos anos.

Outra forma freqüente de se tratar os conteúdos era o estudo comparativo com a realidade de outros países, principalmente os países europeus. Com freqüência os autores remetiam à França, à Alemanha ou à Inglaterra, tentando chamar atenção do Brasil para o que de melhor estava acontecendo nesses países, com a intenção de aplicar na terra brasileira o que apresentava resultados bons em outras regiões.

No mesmo sentido da mudança no conceito de saúde, a relação da higiene com a população passava da ação de coerção para a da educação, ou seja:

nos serviços de saúde pública que hoje servem de modelo, a educação sanitária, ou seja a formação da consciência sanitária da população, é objectivo que prevalece.

A coerção vai cedendo com o progresso social, o seu lugar, á obra intelligente da educação. Esta faz do individuo, antes fiscalizado, com um proveito mais illusorio que real, um convicto do seu interesse pessoal em observar as boas normas da hygiene, um cooperador do serviço publico, na diffusão e pratica das mesmas (OLIVEIRA, 1930, p. 135).

Esse autor, pelo que se pode perceber nas suas participações nos eventos de higiene, era um ferrenho defensor da formação da “consciência sanitária” da população, sempre associando essa ação à educação. No III CBH, Oliveira (1929, p. 807) já propunha a inversão do entendimento da higiene de coerção para a conscientização:

Para isso é necessario ir formando a “consciencia sanitaria” – elemento essencial na defeza da saúde publica. Para isso é preciso: dar instrucção e assistencia sanitarias ás mães; dar assistencia sanitaria á creança, collaborar para a formação de habito sadio da mesma, no decorrer da primeira infancia e na idade pre-escolar e escolar; iniciar na creança de idade escolar a instrucção sanitaria, e mesmo infundir nas dos annos superiores noções basicas e praticas de puericultura; continuar instrucção sanitaria atravez dos cursos secundários e superiores; collaborar com aparelhamentos de assistencia sanitaria e de prophylaxia, intimamente com todas essas medidas.

Só assim é possivel operar uma evolução sanitaria racional.

O Dr. Faria Góes, no mesmo congresso, concordava com as idéias de Oliveira e apresentou, ainda, as possíveis conseqüências dessa ação como soluções dos problemas da saúde pública no Brasil:

Quando se tiver desenvolvido em grande parte da população a consciência sanitária, despertada a preocupação da saúde, da pujança physica, como base do progredimento pessoal e colectivo, e quando, por um processo pertinaz de educação, se tiverem exercitado os habitantes do paiz na pratica dos preceitos sanitários, estará virtualmente, solucionado grande numero desses problemas, de resto os mais importantes, e facilitada a solução dos demais pela compreensão desta necessidade por parte dos indivíduos (GÓES, 1929, p. 879-880).

Portanto, configurava-se nesses discursos uma outra concepção que abandonava a idéia de imposição e partia para a idéia de conscientização. Oliveira ainda destaca o indivíduo como um “cooperador do serviço público”, ao internalizar os preceitos de higiene na sua vida diária. Isso porque, além da higiene pessoal, era de extrema importância a higiene das cidades, dos meios públicos, sendo de responsabilidade de todos os habitantes a manutenção e aprimoramento da higiene para o espaço urbano. Na fala do Dr. Fontenelle em uma das conferências do II CBH, em 1924, congresso esse assinado como um marco na história da administração sanitária do Brasil (LIBANIO, 1928, p. 53), essa mudança de posição aparece explicitamente no seu discurso sobre a profissão sanitária no Brasil:

Assim, a educação passou a ser o centro do esforço sanitário, transformando completamente a acção das repartições de hygiene, que a principio pretendiam conseguir todos os resultados pela compulsão, através das leis, de regulamentos e de penalidades, levantando muita vez a opposição popular, e agora procuram automatizar as normas de vida, por meio da criação de hábitos hygienicos, desde a mais tenra idade, e esclarecer toda a população sobre a significação e importancia das medidas aconselhadas. (FONTENELLE, 1928, p. 76).

Fica clara aqui a tomada de consciência dos higienistas quanto à inversão da obrigatoriedade de seguir os preceitos higiênicos, para a conscientização e criação de hábitos higiênicos que soassem como algo natural para as pessoas. Retomando Carlos Chagas, a sua fala inicial do I CBH apresentava também a afirmação dessa noção, quando revela que “é tambem agora aperfeiçoado o methodo preventivo, e ampliados os processos technicos da hygiene moderna” (CHAGAS, 1926, p. 13). É principalmente por esse discurso que a educação era considerada o melhor meio e a escola o melhor lugar para essa prática.

Outro ponto importante na fala de Fontenelle é a relação da obrigatoriedade com a criação de regulamentos e leis e, juntamente com essas formas, as penalidades. Essas normas, como bem mostra o médico, sofriam opposição popular, podendo motivar ações inversas das que se procurava impor. O esclarecimento, portanto, ganhava espaço no lugar da proibição, imposição, obrigação. Entendia-se que se a população soubesse dos benefícios que as medidas higiênicas poderiam trazer à sua vida, não seria necessária a imposição de certas ações, pois as próprias pessoas teriam consciência do bem gerado pelo cumprimento daqueles preceitos.

Embora soe contraditório, efetivamente as leis e regulamentos permaneciam como suporte para a manutenção e melhoramento das casas, ruas e principalmente, ações de cada indivíduo do Brasil. A hygiene entrava em outra fase, segundo Fontenelle, vista por ele como uma face nova do problema de hygiene: “aquella em que a hygiene não se contenta mais da acção passiva de procurar a saude e defender o homem contra a doença, mas vae além, e visa melhorar continuamente as condições phisicas e sociaes dos indivíduos, para conseguir o resultado mais completo do aperfeiçoamento humano” (FONTENELLE, 1928, p. 76).

Essa nova face da hygiene trazia para os personagens da saúde – médicos e agora também os engenheiros sanitários – desafios constantes em suas ações. A presença dos engenheiros nos congressos brasileiros de hygiene tinha peso maior no que dizia respeito ao estudo do espaço da cidade. Ampliaram-se, assim, as

possibilidades de sua ação, como ressalta Campos (2002, p. 87), consolidando “novas práticas profissionais”:

Em primeiro lugar, a carreira do engenheiro foi desmembrada: ao engenheiro sanitarista competia a criação das redes de infra-estrutura, para saneamento do meio; a criação de vias circulatórias e outros melhoramentos urbanos ficaria a cargo de outra classe de engenheiros, responsáveis justamente pela criação dos novos traçados urbanos e locais por onde deveria se expandir a cidade.

Os temas dos congressos ajudam a pensar na articulação desses profissionais, capazes de elaborar grandes planos urbanos (CAMPOS, 2002, p. 128), com a temática da higiene e saúde pública, como a tese de Octavio Ribeiro da Cunha, que apresenta o esquema que forma a base material da higiene urbana, contemplando:

A remodelação das cidades envolve questões intrínsecas, que são:

- 1ª – Abertura de novas vias publicas e correção das antigas;
  - 2ª – Typos das construcções em suas relações com a via publica;
  - 3ª – Typos das construcções em si mesmas;
- E tambem as questões complementares:
- 4ª – Esgoto e lixo;
  - 5ª – Abastecimento de agua;
  - 6ª – Escolas;
  - 7ª – Hospitaes;
  - 8ª – Matadouro (CUNHA, 1926, p. 50).

O arruamento, a urbanização, os prédios, as águas, as instituições ganhavam ênfase com os engenheiros sanitaristas, que dividiam a responsabilidade pelo progresso das cidades, por meio da saúde pública, com os médicos e sua nova especialidade: o médico sanitarista (CAMPOS, 2002, p. XVII) ou higienista<sup>24</sup>.

Para Carlos Chagas (1926, p.13), ao proclamar seu discurso inaugural do I CBH aos participantes, portanto, direcionando sua fala aos engenheiros e médicos ali presentes, a função do higienista fica clara: “sabeis de sobra do que se indica ao zelo de vossa actividade, e na experiencia de vosso trabalho haveis conhecido, melhor do que ninguem, os erros a corrigir, as lacunas a dissipar”. Isto é, a partir dos trabalhos de médico ou engenheiro sanitaristas, poderiam se verificar as falhas, necessidades de melhorias, mudanças de concepções em obras e idéias já ultrapassadas, enfim, seriam esses os agentes que poderiam ter a percepção do

---

<sup>24</sup> Neste trabalho, tratam-se os higienistas e sanitaristas como semelhantes, embora entenda que são diferentes, que cada função tem sua especificidade.

que se necessitava modificar no Brasil e, com isso, trazer avanços e melhoras ao país.

O papel da higiene veiculado nesses congressos tinha, por isso, um cunho fortemente político, pois tinham como foco a intervenção no espaço da cidade, nos espaços públicos e privados. No caso da escola, segundo Antonio Ferreira (2003, p. 20):

Assim sendo, o corpo médico assumia uma posição política, pois a radicalidade da sua leitura da situação escolar devia impelir as autoridades públicas a modificarem o que prejudicava a saúde dos alunos. No entanto, a amplitude da radicalidade da denúncia, ao abranger tanto as condições físicas como o processo de ensino, procurava também legitimar a intervenção médica no campo pedagógico, que devia incidir tanto sobre os casos particulares e, portanto, contemplar uma dimensão "clínica", como sobre as orientações e os processos que o ensino devia seguir.

Aconteceram melhoras no plano urbano e nos hábitos da população, principalmente dos alunos. Inúmeras obras foram realizadas em todo o país: alargamento das ruas, instalação de esgotos, impermeabilização dos solos, construções novas ou adaptações dos prédios seguindo os preceitos higiênicos de ventilação, iluminação e localização. Já sobre a modificação nos hábitos da população em relação à higiene, o trabalho era mais árduo. Como na I CNE, os congressos de higiene também defendiam que o ensino da higiene deveria ser feito principalmente durante a infância. Essa idéia aparece com grande freqüência nas teses, justificada pelo fato de "a infancia, como começo da vida, é idade precaria, melindrosa, e é ahi, consequentemente, onde a hygiene tem o seu maior e melhor valor, amparando, conservando, melhorando" (FIALHO, 1930, p. 57).

Percebe-se nessa fala que a higiene era defendida para a idade infantil por representar a fase em que se apresentava a precariedade – devido, provavelmente, ao desconhecimento dos cuidados a se tomar quanto à higiene e quaisquer outros assuntos e, ainda, a falta de conhecimento da mãe sobre os conteúdos da higiene. Apresentava-se, ainda, a melindrice, ou seja, uma fase em que a criança está mais suscetível a influências ruins e boas. Seriam aproveitados, portanto, esses dois aspectos, negativo e positivo, da criança para o ensino da higiene.

Oliveira é mais enérgico em seu ponto de vista, quando revela que: "fallar em educação sanitária é lembrar que ella é irrealizável sem formação de hábitos sadios, que estes se formam na creança e se tornam tanto mais difficeis com a

evolução da idade, para se tornarem quasi irrealizaveis na idade adulta” (OLIVEIRA, 1929, p. 802). Fica claro que o papel da infância para a higiene era consenso entre os congressistas ligados à higiene e à educação.

Para tanto, a escola entra em cena como principal lugar de intervenção para os preceitos higiênicos, ou seja, “nas escolas a acção sanitária vae encontrar reunidas as crianças, o que multiplica os efeitos e facilita os resultados, sobretudo por ser esse o momento mais propicio para todas as fórmias de educação” (FONTENELLE; PARREIRAS, 1930, p. 7).

É esse pensamento que cooperava para a inserção do médico nas escolas, tendo em vista que “é necessario que o medico dedique uma grande parte do tempo á obra escolar. Pode-se dizer com segurança que em nenhuma phase do trabalho, o esforço consciencioso produz resultados mais compensadores” (JANNEY, 1926, p. 250). Seriam os médicos os principais veiculadores da higiene para as crianças, pois eles estavam familiarizados com os problemas da higiene escolar.

No entanto, o médico não se contentaria com a simples teorização e divulgação dos preceitos da higiene para as escolas, ele reclamaria por um lugar na prática escolar: como inspetores escolares, delegados de ensino e, posteriormente inspetor médico-escolar. Como na I CNE, a inspecção médico-escolar é debatida sobre sua principal função frente à escola: “esta inspecção deve incluir os dados de cada creança com relação à familia e a seus antecedentes, o desenvolvimento e os defeitos phisicos das creanças. Deve tambem ser levado em conta que o verdadeiro objectivo da inspecção medica, é corrigir os defeitos phisicos, e não meramente obter uma serie de informações que tomam muito tempo e não tem a menor influencia sobre a saude da creança no futuro” (JANNEY, 1926, p. 250).

Na I CNE ficou muito clara a crítica feita sobre os usos equivocados do cargo de inspetor médico-escolar que se repete no I CBH e no III CBH, quando Waldomiro de Oliveira apresenta as conclusões de sua tese. Na 7.<sup>a</sup> conclusão, a principal função da Inspeção médico-escolar é delineada: “os serviços de inspecção medico-escolar, têm por fim essencial auxiliar a diffusão da instrucção sanitaria, cooperar na assistencia sanitaria, portanto são elementos de grande valor na formação de hábitos sadios” (OLIVEIRA, 1929, p. 810).

A formação de hábitos sadios nas crianças foi um dos temas privilegiados no III CBH, nos seus pontos de vista psicológico, pedagógico e higiênico. Foram

quatorze exposições sobre o tema, além do parecer do Dr. Fontenelle (1929, p. 937), que apresentou como síntese o trecho a seguir:

A escola primaria tem que actuar de varias formas: pelo meio, como possibilidade da execução dos actos sadios (perfeito fornecimento de água, boas installações de latrina, lavatórios convenientemente aparelhados, etc.); pelo exemplo da professora instruída em hygiene e educada sanitariamente (como tão bem assignala o Dr. Colombo Spinola); pela organização dos trabalhos sem attentado aos dogmas da hygiene; e muito particularmente, pelo esforço ahi feito para inculcar bons hábitos de saúde, physica e psychica, entre os quaes incluídos os exercícios physicos ao ar livre.

No entanto, esse processo de tornar a escola um exemplo, lugar afastado dos vícios, doenças, sujeiras é lento e apenas parcial. Rocha (2003b) revela, quando estuda o contexto paulista, o descaso do governo em relação aos graves problemas sanitários que assolavam o Estado de São Paulo, o que é percebido também no Estado do Paraná, no qual permaneceram por muito tempo escolas em precárias condições de higiene e de funcionamento, sem nenhuma intervenção do governo.

Voltando ao parecer de Fontenelle, tem-se o espaço da escola como lugar de aplicação e, conseqüentemente, aprendizagem dos atos sadios, incorporando principalmente as noções de higiene para os espaços, a formação dos professores e a inculcação de modos mais adequados ao ambiente escolar. Para a aquisição desses hábitos e desenvolvimento da capacidade de compreensão e adaptação, Rocha (2003b, p. 187) apresenta a educação sanitária como meio que “deveria ancorar-se em vários elementos concretos, configurados num conjunto de práticas que deveriam se instituir no cotidiano da escola, conformando os corpos e as mentes dos alunos”. Nesse sentido, a educação pelo hábito foi apresentada como um método pedagógico eficaz:

Na pedagogia, de todos os modernos methodos de educação, o que na pratica tem dado resultados mais rápidos e efficazes é certamente o da educação pelo habito. Haverá, por acaso, logar mais próprio para incutir na creança o habito salutar da hygiene buccal, do que a escola? Haverá força mais activa sobre o espirito da creança, do que a palavra de seu mestre? São os hábitos adquiridos em creança que perduram pela vida inteira e, portanto, é na escola que deve ser iniciada a educação hygienica das creanças, efficientemente secundada em casa, pelos paes que, por sua vez, devem ser tambem instruidos sobre os preceitos hygienicos dentarios (HERMANNY FILHO, 1929, p. 911).

Nesse caso, o hábito em pauta é a higiene bucal e a assistência dentária escolar aplicada às crianças, mas com pretensões de se chegar à sua família. Isso

porque “por meio das crianças procurava-se, desse modo, atingir as suas famílias, ensinando-lhes um padrão de vida *civilizado*, expresso em práticas desejáveis de asseio pessoal e de vestuário, higiene do lar, alimentação e cuidados dos filhos” (ROCHA, 2003b, p. 147). O que justifica, então, os conselhos de higiene apresentados no I CBH, com a intenção de extensão da vida da criança na escola para seu lar e para o espaço da rua:

#### CONSELHOS FUNDAMENTAES

- 1º - Viver o mais longamente possível ao ar livre, ou em lugares onde o ar não fique parado e quente.
- 2º - Dormir ao ar livre, si puder, ou, pelo menos, com as janellas do quarto sempre abertas.
- 3º - Evitar o vestuário muito quente e apertado, preferindo as roupas leves, porosas e claras.
- 4º - Ao deitar e ao levantar, respirar profundamente ao ar livre ou deante da janella aberta.
- 5º - Evitar os excessos de comida e variar o mais possível a alimentação.
- 6º - Comer devagar, mastigar cuidadosamente e repousar antes e depois da comida.
- 7º - Regularizar as horas de refeições e as evacuações intestinaes.
- 8º - Asseiar a pelle diariamente com sabão e cuidar dos dentes, escovando-os de manha e á noite.
- 9º - Evitar a longa immobilidade, exercitando diariamente todos os musculos e conservando uma bôa attitude do corpo.
- 10º - Trabalhar, divertir-se, descançar e dormir com equilíbrio e moderação.
- 11º - Preservar-se de venenos e infecções, evitar o convívio com os animaes e proteger-se contra as picadas dos insectos.
- 12º - Evitar as emoções violentas e as preocupações excessivas, procurando desenvolver a vontade, sobretudo para refreiar os movimentos impulsivos (SINNS; REZENDE, 1926, p. 26).

Esse trecho se assemelha ao excerto da revista *O Ensino* no início deste capítulo, o “A. B. C. da Hygiene Escolar”, onde os conteúdos deveriam ser ministrados, letra por letra, aos alunos, tendo como principal interventor o professor escolar. Os professores eram apontados como os principais agentes da educação higiênica, sendo que deveriam

possuir, adquiridos nas Escolas Normaes e cursos especiaes, conhecimentos technicos indispensaveis para transmittil-os aos seus alumnos, alem de preencherem certas qualidades essenciaes para o bom desempenho de sua funcção: ter saude perfeita, cumprir as obrigações impostas pelos serviços sanitarios officiaes, propagar, com enthusiasmo, os preceitos higienicos para viver sadiamente. Realmente aos professores cabe uma grande responsabilidade; elles devem ser infatigaveis e, diariamente, despertar em seus discipulos, por todos os meios, o interesse pela bôa saúde, promover o interesse dos medicos de família, dos sacerdotes, dos jornalistas, etc. em prol da campanha. Além da funcção escolar

propriamente dita o trabalho extra-escolar do professor não é menos importante (SPINOLA, 1929, p. 864).

A função de exemplo que o professor exerceria frente aos alunos era, com freqüência, lembrada pelos congressistas. O papel do professor, atribuído por Spinola, de chamar a atenção dos médicos de família, dos sacerdotes e dos jornalistas em prol da campanha do ensino da higiene, extrapolava as ações do professor em sala de aula – o trabalho extra-escolar do professor – atribuído, possivelmente, pela necessidade de abarcar um número maior de participantes nessa campanha, tendo em vista alguns motivos que concorriam para a dificuldade do saneamento do país, como os motivos apresentados por Fraga (1926, p. 19): “em verdade, múltiplos são os factores que concorrem para dificultar o saneamento do Brasil. A vastidão territorial, a população deficiente, a barragem dos recursos financeiros e o analfabetismo. Principalmente este esmaga na influencia negativa”.

O termo “população deficiente” foi utilizado por Fraga por causa do grande contingente de pessoas sem instrução. Esse motivo aparecia como consenso entre os detentores do conhecimento, fazendo parte do discurso desses agentes há pelo menos meio século. A deficiência da população associada à sua “ignorância”, conseqüência do analfabetismo e da falta de instrução aparecia com extrema freqüência como as principais razões do atraso do país.

Portanto, a educação era a “pedra de toque” na campanha de saneamento nacional, apontada como o assunto de maior relevância para a organização sanitária, o da educação sanitária: “a relevância do assumpto culmina, entrelaça com todos os outros e é a base de toda a organização” (OLIVEIRA, 1930, p. 137). Isto é, a educação poderia intervir em diferentes pontos e culminaria na melhora do Brasil, embora não fossem dados tantos créditos quanto mereceria, segundo a fala de Ferreira (1928, p. 55):

A Hygiene e a Instrucção, a primeira ainda mais do que a segunda, pela própria feição immaterial, de melhorar o physico e o intellecto humanos, são as irmãs borralheiras a quem incumbe pesado trabalho e que na hora da festa deixam-se ficar afastadas, sozinhas na humanidade das vestes surradas. Não temos placas inauguraes. Os olhos de toda gente não vêm os resultados.

Essa união entre a higiene e a instrução permaneceu no decorrer de todo o trabalho, nos diferentes momentos e ações, sendo até percebidas como

indissociáveis e a escola primária vista como “o verdadeiro instrumento de difusão da educação hygienica” (ALMEIDA JUNIOR, 1929, p. 821). Sendo assim, os conteúdos nas escolas deveriam ser de cunho higiênico, seguindo as propostas dos congressistas, ou na forma de instituição de uma reforma, como propõe Fialho (1930, p. 62), integrando a higiene como peça-chave: “ha que se reorganizar o ensino, renovar o systema educativo, na organização hygienica della tudo se há de fazer para impedir a fadiga psychica”. A proposta de reorganização do sistema de ensino para a inclusão da higiene nas escolas aparece de forma acentuada pelo autor, visto que a justificativa para uma reforma do ensino se apoiaria na higiene como forma de organização; ou a obrigatoriedade do ensino de noções de higiene e profilaxia nas escolas, proposta por Guimarães (1926), ou ainda pela proposta do Dr. Afrânio Amaral:

É mister que se lhe ensine a ler, mas ler em livros que tratem também de coisas de prevenção de moléstias, que ministrem conhecimentos de cuidados e habitos hygienicos no viver, no comer, no dormir, em todos os actos individuaes, insuladamente ou em suas relações com a collectividade.

(...) cogitar-se de instrução publica e de hygiene a um só tempo, indicando-se, por exemplo, no decorrer mesmo dos exercicios escolares diários os aspectos diversos da hygiene pessoal e colectiva. Gravados que sejam na infancia, taes conhecimentos servirão de semente que germinará, de exemplo que se propagará, de incitamento que beneficiará, deste ou daquelle modo, ás gerações vindouras e contribuirá seguramente para o successo final das campanhas sanitarias em que estamos todos empenhados por igual.

(...) E, finalmente, é a ignorancia, a maior causadora da estagnação em que se encontra mais de metade do nosso immenso território. (AMARAL, 1930, p. 30-31).

Higiene pessoal e coletiva, essa era a lição diária que em todos os momentos que conviesse deveria ser dada, independente da disciplina escolar, pois, segundo Oliveira (1930), logo acima, a higiene se entrelaçava com todos os outros conteúdos. Com isso, a reafirmação, como visto anteriormente, do sucesso que a educação higiênica poderia trazer ao país, como fruto das campanhas sanitárias e a propagação desses conhecimentos para o ambiente familiar da criança e, assim, a sucessão dos preceitos para toda a população, mesmo que a longo prazo.

Nas palavras de Amaral ainda pode-se perceber a permanência de um discurso da elite quando ele ressalta a ignorância do povo brasileiro como a causadora do atraso do país, um discurso que já foi anunciado pelo menos cinqüenta anos antes e que continuava a ser foco das críticas de intelectuais

brasileiros, demonstrando como aquela “modernidade” presente constantemente nos discursos desde meados do século XIX demorava a se instaurar no país.

Como se viu, a educação apareceu com grande frequência nas teses dos congressos brasileiros de higiene, apresentando uma proporção considerável em relação aos outros temas, como visto no quadro 2. No I CBH, onde totalizaram 77 trabalhos, 3 traziam em seu título a educação e 9 em seu conteúdo. No II CBH, das 27 teses, 5 tratavam das questões da educação, sendo que no III Congresso, por constar como um dos temas a formação de hábitos sadios nas crianças, a proporção se apresentava mais elevada, totalizando, dos 82 trabalhos, 18 sobre o tema da educação. Com isso, abrangeu aproximadamente 22 por cento do total das teses do congresso, número maior do que na I CNE, a qual tratou do tema da higiene associada à educação em 20,35 por cento das teses. Já no V CBH, dos 59 trabalhos, 10 se referiram à educação e, entre esses, 2 traziam em seu título a educação como objeto de estudo. Esses dados quantitativos ajudam a aproximar da dimensão que a temática da higiene e educação tiveram naquele momento, fazendo parte da preocupação de diferentes intelectuais, de diferentes áreas de atuação e com diferentes propostas, mas todos com o fim de sanear o país e higienizar a população.

## 1.2 ESCOLARIZAÇÃO E HIGIENE: TRAÇOS DAS IDÉIAS NO CONTEXTO PARANAENSE

Embora o foco do presente trabalho seja a cidade de Curitiba, é difícil dissociar as propostas de escolarização e higiene do contexto estadual. Portanto, apresentam-se aqui as idéias e proposições direcionadas ao Estado do Paraná, mas dando ênfase ao contexto da sua capital.

O período que vai do final do século XIX à terceira década do século XX representou, para Curitiba, uma época de grandes transformações estruturais, populacionais e, pode-se dizer, comportamentais. Com a chegada de novos habitantes, principalmente imigrantes italianos, alemães e poloneses<sup>25</sup>, houve um

---

<sup>25</sup> Sobre o movimento de imigração no Estado, ver Boni (1985, p. 12), que demonstra que “a imigração no Paraná não teve por objetivo suprir a carência de mão-de-obra para a grande lavoura de exportação, mas sim, o de criar-se uma agricultura de abastecimento, uma vez que a economia da

aumento populacional significativo. Isso fez com que o número de habitantes passasse de 54.124 em 1900 para 60.800 em 1910 e em 1920 chegasse a 78.986 habitantes (BONI, 1985, p. 15).

A estrutura provinciana da cidade precisava de modificações para receber esse novo contingente populacional, envolvendo o aumento da demanda por trabalho e por habitação. No recenseamento realizado em 1920, foi acusada a existência de fábricas têxteis, couros, madeira, metalurgia, cerâmica, produtos químicos, alimentação, vestuário e toucador, mobiliário, edificação, aparelhos de transportes, produção e transmissão de forças físicas relativas às ciências, letras e artes, indústrias de luxo e outras no município de Curitiba, totalizando 8.017 empregados.

Com o crescimento demasiado da população, problemas como a precariedade das condições de alojamento, a insuficiência de infra-estrutura sanitária, insalubridade, epidemias e as próprias condições topográficas da cidade, saltavam aos olhos dos administradores paranaenses como principais problemas para imediata intervenção, visto que, com essas características, Curitiba se tornava uma cidade de higiene precária, suscetível à transmissão de doenças.

Era preciso agregar novas concepções de urbanidade para uma cidade ainda com características provincianas. Conforme Berberi (1998, p. 1), “propunha-se uma nova arquitetura e uma urbanização começava a ser praticada, pois o novo devia suceder ao velho em tudo o que fosse possível, indicando que se caminhava para o futuro”. Com isso surgiram, em Curitiba, projetos de reestruturação de ruas, praças e prédios públicos. A reurbanização da cidade, nesse momento, se confundia com sua higienização:

para isso, requeria não só a renovação estética, alargando ruas, ajardinando praças, cuidando de fachadas, requeria, principalmente, limpar a cidade e expulsar para longe do espaço, que se pretendia purificado, toda uma forma de existência miserável e fétida que se amontoava como o lixo nos velhos casarões.

Reurbanizar implicava, também, em afastar do espaço refinado, dos “olhos e narizes” das senhoras e cavalheiros que compravam suas echarps, luvas de pelica e gravatas da última moda parisiense no “Chic de Paris” ou ia ao “Cinema Smart”, a população pobre, suja e feia (BONI, 1985, p. 48).

A autora mostra os dois opostos da cidade: de um lado a elite curitibana, de alto valor aquisitivo e de outro o pobre e o miserável. Essa diferenciação deveria ser aplicada ao meio urbano, demarcando os espaços, destinando os lugares para cada um dos grupos, “marginalizando” o pobre, e “centralizando” o rico. O pobre significava sujeira, doença e insalubridade.

Vigarello (1996, p. 211), ao estudar o contexto parisiense dos séculos XVII a XIX, já dizia que, para a Paris do século XIX, “impõe-se, enfim, uma associação com uma insistência desconhecida até então: a limpeza do pobre e o aval de sua moralidade, seria ainda a garantia de uma ‘ordem’”. O que acontecia aqui no Brasil era próximo da realidade parisiense: essa associação da pobreza com a sujeira, tendo como principal alvo da reforma dos costumes, os pobres (ROCHA, 2003b, p. 102). Assim,

ambição complexa e totalizadora ao mesmo tempo, uma vez que, do asseio da rua ao das habitações, do asseio dos aposentos ao dos corpos, o objetivo não é outro senão transformar os costumes dos mais desfavorecidos. Eliminar seus “vícios” supostos, latentes ou visíveis, modificando suas práticas corporais. (VIGARELLO, 1996, p. 210).

Para o combate ao sujo, à falta de higiene, recursos para a educação higiênica da população curitibana eram pensados pelos agentes de saúde pública. Uma das formas era a visita domiciliar sistemática das autoridades sanitárias, buscando “vistoriar as habitações, incentivando o asseio, os hábitos saudáveis, o cuidado com os doentes” (BONI, 1985, p. 41-42).

Com isso, buscava-se a modificação de hábitos e comportamentos que se adequassem à “nova” cidade que surgia. Cidade que refletia e era refletida para e nas ações da população, como um movimento de circularidade, tendo em vista o entendimento de De Decca (1990, p. 7) de que “a cidade é aquilo que as pessoas vivem enquanto experiências individuais ou coletivas, aquilo que acaba sendo gravado na memória e que a linguagem é capaz de instituir através de uma intrincada relação entre sensações, sentimentos e coisas”.

A vida em uma cidade que passava pelo movimento de reurbanização, envolvendo a conformação dos espaços, trazia conhecimentos às pessoas, que acabavam introjetando estes conceitos no seu cotidiano. As modificações realizadas no espaço urbano da cidade de Curitiba acabavam por propor novas formas de

comportamento, ou seja: “viver em uma cidade deste porte é viver em meio a normas que interferem no cotidiano dos indivíduos. Se o espaço é delimitado, sua circulação também o é, às vezes por leis, outras por normas sociais. O habitante da cidade moderna vive numa malha de relações e situações que tendem a conformar seu modo de viver” (BERBERI, 1998, p. 30).

Além da experiência cotidiana do espaço urbano, o espaço da escola era visto como exemplar para o reconhecimento desses novos saberes para as crianças e, por extensão, à sua família. Para isso, era preciso que os professores e diretores tomassem consciência da importância da higiene e tantos outros assuntos relevantes para a educação, tendo em vista um universo ampliado da cidade e das transformações pelas quais passava.

Essa era uma das motivações do agrupamento de intelectuais em eventos destinados à discussão de idéias para a educação e a cidade. Essa relação – educação e cidade – nos congressos de educação e higiene, em diferentes proporções, apareceu como preocupações de uma época de sucessivos e inovadores acontecimentos.

Como bem mostra Bona Junior (2005, p. 68):

De todos os problemas apontados no Congresso de Ensino Primário e Normal e da I Conferência Nacional de Educação como impedimentos ao progresso nacional do Brasil – tal como a falta de uma unidade nacional que possibilitasse a superação do atraso científico-cultural deste país, juntamente com a falta de educação científica, moral e cívica de sua população – o problema higiênico-sanitário figurou como o principal. Tratava-se o brasileiro, por extensão, o Brasil como doentes e incapazes de se erguerem sem que fosse exercida sobre eles uma ação externa.

O binômio educação e higiene fazia-se presente e tinha grande ênfase nos congressos de educação. Como já visto na I CNE, foi freqüente o assunto da higiene nas teses. Em menor proporção, mas com uma presença marcante, a temática da higiene associada à educação apareceu no I Congresso de Ensino Primário e Normal (CEPN), promovido pela IGE do Estado do Paraná, em 1926, e sediado na cidade de Curitiba, de caráter regional.

O CEPN foi realizado de 19 dezembro – em homenagem ao 73.<sup>o</sup> aniversário da emancipação política do Paraná – a 22 de dezembro, tendo como objetivo “tratar exclusivamente, de assumptos pedagogicos que interessam á unidade e ao melhoramento do ensino publico e particular ministrado no territorio paranaense”

(INSPETORIA GERAL DE ENSINO, 1926a, p. 1). O evento contou com três comissões: de ensino normal, de ensino primário (infantil e superior) e de ensino particular.

Esse evento teve um número alto de participantes, visto que a obrigatoriedade da participação dos chamados “membros naturais” do congresso, listados a seguir, pode ser comprovada no Regulamento do CEPN: “Todos deveram comparecer às sessões do Congresso, salvo motivo de força maior devidamente justificado” (p. 4). Fizeram parte do CEPN:

- a) dos directores, lentes, professores das Escolas Normaes do Estado, comprehendidos os professores das respectivas Escolas de Applicaçãõ;
- b) dos directores e professores das escolas complementares;
- c) dos directores e professores dos collegios particulares;
- d) dos directores e professores dos grupos e casas escolares do Estado;
- e) dos professores normalistas, effectivos, provisorios e subvencionados das escolas isoladas e ruraes do Estado;
- f) dos directores e professores dos jardins de infância, publicos e particulares;
- g) dos interessados em geral pela causa do ensino (INSPETORIA GERAL DE ENSINO, 1926a, p. 1).

Portanto, como aponta Bona Junior (2005, p. 6), tanto esse congresso como a I CNE “reúnem não somente as propostas do governo do Estado do Paraná e da ABE que, enquanto proponentes dos eventos, dirigiam as discussões por meio de regulamentos, mas também a contrapartida dos professores e demais participantes que trouxeram para os debates as peculiaridades de suas regiões, bem como aquilo [que] entendiam como problemas educacionais relevantes”.

A experiência do professor aqui foi colocada em cena, como uma outra possibilidade de leitura do cotidiano escolar e, com isso, de leitura dos principais assuntos para a educação no Estado. Essa experiência dos professores, no dia-a-dia escolar foi explorado no CEPN, para procurar suas peculiaridades e tentar abraçar todos os assuntos importantes para debate naquele momento, até porque o CEPN esteve inserido num momento em que intensificaram-se esforços e investimentos na área educacional no Estado do Paraná (BONA JUNIOR, p. 2), assim como de efervescência para o assunto da higiene no Estado.

Ao mesmo tempo em que se reformavam ruas, praças e edifícios, escolas eram implantadas no território curitibano. Uma nova fase de reformas urbanas iniciou em 1913, quando da administração do prefeito Cândido de Abreu: “todo o

centro é pavimentado com paralelepípedos, a Rua XV e a Barão do Rio Branco alargadas, os bondes puxados a mulas são substituídos pelos bondes elétricos, o Passeio Público passou por uma ampla reforma (...)" (BARZ, apud BERBERI, 1998, p. 40).

Em meados da década de 1920, a Rua XV de Novembro, que já era considerada como a mais importante da cidade, recebeu asfalto entre as ruas Garibaldi e a Praça Osório. "Aliás, em 1921, as ruas de Curitiba em 20 quilômetros lineares já haviam recebido macadame, outros 20 quilômetros lineares, calçamento de paralelepípedos e 4 quilômetros de pedras irregulares, de modo que, em grande parte, estava superado o problema dos lodaçais em épocas de chuvas" (ANDRADE, 2002, p. 22).

Essas obras urbanas começaram, na verdade, no século XIX, com a chegada de D. Pedro II ao Paraná.

A Curitiba do início do século XX apresentava uma paisagem muito diferente das décadas anteriores, em função das transformações urbanísticas que tiveram início com a vinda de D. Pedro II, em 1880, para inaugurar o início das obras da estrada de ferro Curitiba-Paranaguá. A primeira intervenção urbana aconteceria sob a orientação do engenheiro Pierre Taulois, imigrante francês que viera para os primeiros núcleos de colonização, em 1860, para o interior do Paraná e depois para Curitiba. Foi dele o primeiro alinhamento das ruas da cidade, buscando manter um paralelismo entre elas. Outro francês, o arquiteto Barão do Plat, foi responsável pelo projeto da igreja matriz, construída em 1876, inspirada no estilo gótico da Catedral de Barcelona (ANDRADE, 2002, p. 18-19).

Já no setor educativo, desde o início do século XX o governo despendia esforços para a reforma do ensino. O regulamento de 1901 era frequentemente criticado, sendo que houve várias tentativas de substituí-lo, o que aconteceu apenas com a reforma Azevedo Macedo, em 1914, que deu origem ao Código de Ensino de 1915. O Regulamento de 1901 era frequentemente criticado nos relatórios do ensino, compreendido como símbolo do atraso do ensino paranaense, apresentando características como "incompleto, deficiente e anacrônico, está a reclamar sua aposentadoria, dando lugar a outro onde o problema seja explanado de acordo com a vasta ação dominante, que se accentua cada vez mais célebre nos métodos e nos processos" (SANTOS, 1912, p. 3), como argumenta o Diretor Geral de Instrução Pública ao secretário dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública, Marins Alves Camargo, em 1912.

Anteriormente a reforma da Instrução Pública já era reclamada pelo também Diretor Geral da Instrução Pública do Estado, Reinaldo Machado<sup>26</sup>, no ano de 1904: “o actual Regulamento [de 1901], a pratica o tem demonstrado, é eivado de vícios, absolutamente não está de accordo com os actuaes progressos do Estado, e com os modernos conhecimentos da pedagogia. Há necessidade de substitui-lo por outro mais de accordo com as nossas condições actuaes” (MACHADO, 1904, p. 47).

Finalmente, em 1915 foi publicado o Código de Ensino e logo em seguida foi posto em prática nas escolas paranaenses, incorporando “o assiduo cuidado no aparelhamento das escolas, com o prompto fornecimento de mobiliario e adaptação de casas escolares, do recenseamento da população escolar e da proveitosa permanencia na capital do importante Estado de S. Paulo da missão de professores paranaenses que, nos grupos escolares, se aprofundaram nos modernos methodos de educação pedagogica” (SANTOS, 1916, p. 1). No próximo capítulo é possível verificar que a fala do Secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública apresenta algumas contradições quanto à realidade apresentada nas escolas de ensino primário público.

Uma das ações previstas no Código de Ensino em vigor seria o recenseamento escolar, feito pelo serviço de estatística aplicada às escolas de forma intensa, pelo fato de se compreender que não existia administração sem estatística (GOMES, 1917, p. 183). Assim, o delegado do ensino da capital destaca os objetivos desse serviço, que propunha reunir dados sobre:

- a) população em idade escolar, attendidos o sexo, a idade, a capacidade physica e mental;
- b) matricula e frequencia dos estabelecimentos de ensino publico;
- c) numero, séde, grau e classe das escolas publicas;
- d) numero, grau, séde, denominação dos estabelecimentos e respectivo pessoal, director e docente com especificação de funcções;
- e) matricula, nome, sexo e grau de instrucção dos alumnos das escolas publicas e particulares;
- f) numero de alumnos que concluíram o curso nas escolas de ensino primario, secundario, superior e profissional (GOMES, 1917, p. 186-187).

---

<sup>26</sup> Reinaldo Machado nasceu em São Francisco (SC), em 1868. Em 1888, seguiu para o Rio de Janeiro, onde se formou na Faculdade de Medicina em 1895. Voltou ao Paraná, para as cidades de Rio Negro e da Lapa, onde clinicou. Em maio de 1902, foi nomeado, por concurso, para a cadeira de História Natural do Ginásio Paranaense e Escola Normal. Dois anos mais tarde, foi nomeado interinamente Diretor Geral de Instrução Pública, permanecendo no cargo por apenas um ano. Faleceu em 1918 (SOUZA, 2004).

Como as ações previstas para o serviço de recenseamento escolar abrangiam o agrupamento de informações sobre a Instrução Pública paranaense, os anos consecutivos ao Código de Ensino de 1915 apresentaram informações precisas sobre a situação da educação no Paraná. Em 1917 estavam funcionando, na capital, 11 grupos e casas escolares<sup>27</sup> – Modelo (Xavier da Silva), Rio Branco, 19 de Dezembro, Professor Cleto, Carvalho, Oliveira Bello, Conselheiro Zacharias, Professor Brandão, Tiradentes, Cruz Machado, Presidente Pedrosa – totalizando, juntamente com as escolas isoladas, 87 escolas em Curitiba. Estas atenderam, em 1917, 7.017 crianças, embora a população de Curitiba, que somava 69.500 habitantes, apresentasse um número bem mais elevado de habitantes em idade escolar: 13.900. Raul Gomes ainda deu destaque para a distância entre as escolas no espaço da cidade: uma escola a cada 4 km<sup>2</sup>.

No ano de 1921, esse número se elevaria para 5.605 matrículas em escolas públicas e 3.921 em particulares, o que totalizaria 9.526 crianças de 7 a 14 anos freqüentando as escolas de Curitiba, enquanto 2.496 ainda não eram atendidas pelas escolas da capital (INSPETORIA GERAL DO ENSINO, 1922b, p. 248).

Era nesse contexto que o CEPN se instalava em Curitiba, propondo discussões sobre a obrigatoriedade do ensino no Estado do Paraná, método de ensino de diferentes disciplinas escolares, o papel do professor, o ensino moral e cívico, a organização dos museus escolares, a educação musical, as escolas estrangeiras e a higiene escolar<sup>28</sup>.

Entre as teses, tratavam do tema da higiene, integral ou parcialmente, 5 das 28 apresentadas, ou seja, aproximadamente 18 por cento das teses, como apresentado no quadro 2. Entre os seus conteúdos, esteve em pauta as doenças e os devidos cuidados para o tratamento e prevenção, a inspeção médica escolar e suas funções – tanto no que diz respeito ao médico quanto ao professor –, a higiene

---

<sup>27</sup> Nos relatórios do período aparecia essa divisão entre grupos e casas escolares, embora não fosse explicada a diferença entre as denominações e nem quais eram as casas escolares e quais eram os grupos escolares entre a listagem das escolas de Curitiba. Provavelmente essa diferenciação era feita por conta dos grupos escolares já constituídos (funcionando com as características próprias desse modelo escolar) enquanto as casas escolares ainda se delineavam mais pela reunião de várias escolas em um único edifício escolar do que pelo seu funcionamento, sem seguir as orientações que o modelo de grupo escolar abarcava.

<sup>28</sup> Algumas das teses apresentadas no CEPN foram também apresentadas na I CNE no ano seguinte.

e a moral como solução para a extinção da “ignorância” do povo paranaense e o papel do professor na transmissão dos conceitos higiênicos aos alunos.

A 16.<sup>a</sup> tese apresentada, intitulada “A higiene na escola: sua utilidade no ensino”, do Dr. Heitor Borges de Macedo, e o parecer sobre ela, apresentado por Joaquim Meneleu Torres, infelizmente não foram encontrados. A única informação existente sobre essa tese é que seu parecer foi aprovado por unanimidade, segundo consta na ata do evento (INSPETORIA GERAL DE ENSINO, 1926b, p. 64).

A professora Tharcilla Chapot, em sua tese intitulada “73.º aniversário da emancipação política do Paraná”, que, como consta na ata oficial do congresso, cumpriu o papel de “um trabalho relativo a todas as teses do congresso” (1926, s.p.), atribui à educação sob o ponto de vista higiênico a solução da “ignorância” da população do Estado do Paraná, bem como para a redução da proliferação das doenças.

A ignorância nos levou a esse estado deplorável em que nos encontramos e só a instrução e a educação sob o ponto de vista higiênico, desde a escola primária, reduzirão o número de doentes.

Os conhecimentos e hábitos adquiridos na infância, jamais serão esquecidos, e as crianças de hoje serão os chefes futuros de uma família orientada e providente.

O mestre está moralmente obrigado a inculcar no espírito infantil, os instrumentos higiênicos de cuja prática depende a vida do povo brasileiro. E nenhum se furte a esse dever; o saneamento é o maior moralizador e patriótico das tarefas impostas ao professor.

Não nos faltam, saúde e bom clima, mas educação e instrução.

Se o povo se compenetra das vantagens que auferirá com o conhecimento e a prática da higiene, teremos dado o maior passo para o progresso do Brasil (s.p.).

Novamente aparecem aqui as relações entre a higiene escolar e o progresso do povo e, principalmente, o papel da infância nesse quesito. Pode-se afirmar que houve em comum em todos os congressos analisados, tanto os de educação, quanto os de higiene, a idéia de nacionalismo, a busca do progresso do país, do melhoramento da vida do povo brasileiro por meio, entre outras coisas, da higiene e da educação. Os congressos aconteceram todos na década de 1920, período de grande efervescência do sentimento nacional e, para o ensino, da unidade nacional e sua obrigatoriedade. Outro problema que justificava a criação da unidade nacional pelo Estado era a ameaça pela presença progressista de imigrantes, enfim, “a difusão da instrução primária e a criação de um sistema nacional de educação eram

exigências de muitos discursos da época, baseados no que já existia em países europeus” (SCHENA, 2002, p. 13).

Um dos fatores atribuídos nos congressos para a conquista da unidade nacional no ensino era a uniformidade dos hábitos e comportamentos dentro de sala de aula e, conseqüentemente, fora dela. Para isso, a higiene apareceu como a “pedra de toque” para a escola, como o alicerce para a conquista de uma melhora na escola e na imagem dela perante a sociedade.

Quanto à higiene, nada impede que a sala de aula seja pobre de madeira tosca; pode ela ser, entretanto asseada: o professor hábil aproveita-se de tudo para melhora-la e embeleza-la.

Na parte concernente à higiene pessoal dos alunos é mister ser criterioso, aconselhar-lhes em particular e, em caso algum, perante a classe, pois os pais facilmente se melindram neste ponto (FALLARZ, 1926, s.p).

O autor da tese fala especificamente da escola isolada em seu trabalho, embora, como se percebe em relatórios dos inspetores escolares, dos professores e do próprio inspetor geral de ensino, documentos analisados no próximo capítulo, essas noções são consenso para todos os tipos de escolas: isoladas, agrupadas, grupos escolares, particulares, profissionais e estrangeiras, de ensinos primário, secundário e superior.

É importante perceber no trecho citado anteriormente a peculiaridade da fala do autor. Ele insiste que não importa o local do ensino, suas condições estruturais e materiais, mas importa sua condição de salubridade, com adendo para a estética do espaço, mas principalmente à higiene dos alunos. Outro congressista, Prof. Meneleu Torres, ao emitir o parecer sobre essa tese, intitulada “Normas de proceder de um professor de escola isolada”, concorda com o autor da tese, quando se referiu, provavelmente ao trecho acima, dizendo que Fallarz “lembra que a higiene da escola não depende do conforto do prédio; é a higiene dos alunos, da riqueza em abastança destes” (TORRES, 1926, s.p.).

Como será visto posteriormente, diferente dessas falas, a higiene dos prédios, do ambiente da sala de aula, os mobiliários, tinham grande peso nas discussões sobre a higiene escolar. A importância do espaço escolar bem conservado, para servir de parâmetro para a criança, de modelo de higiene, limpeza e organização aparecia com freqüência nas falas dos defensores da higiene escolar,

assim como a função do professor e do médico escolar para o ensino dessas noções às crianças, como mostra a professora Tharcilla Chapot:

A assistência médico-escolar consiste em: vigiar o desenvolvimento das crianças, medir-lhes o crescimento e acuidade dos sentidos, auxiliando a natureza, quer evitando excessos, quer lhes fornecendo remédios e outros corretivos, tal é a tarefa dos médicos em relação aos alunos, tarefa acrescida de outras não menos importantes e graves, combate aos defeitos originados por uma posição viciada e longamente mantida, como a escoliose, a cifose e a miopia etc (CHAPOT, 1926, s.p.).

Aos médicos eram direcionadas as funções de cuidados quanto às doenças, ou seja, a inspeção da saúde dos olhos, boca, nariz, ouvidos – órgãos dos sentidos – e a postura corporal em relação à carteira escolar, enfim, “instrumentos” para o aprendizado da criança e, além do acompanhamento, no termo incisivo da autora da tese, “vigilância” do desenvolvimento de cada aluno durante a idade escolar. Quanto ao professor, suas funções, pode-se dizer, eram outras, embora complementares:

cumprir ao professor, em primeiro lugar passar revista corporal e fazer repetir o alfabeto da saúde, isto diariamente como faço.

Ensinar à criança as regras de: comer, beber, de andar, de banhar-se, de vestir-se, de escolher a habitação, e até de trabalhar; pois a alimentação sadia, o exercício e o trabalho moderados, o asseio e o vestuário, e a casa batida de sol são as condições exigidas para o bem estar do corpo. Compete ainda ao professor, ensinar a origem das moléstias e o meio de evitá-las (CHAPOT, 1926, s.p.).

Ao professor era direcionada uma grande responsabilidade para o ensino da higiene nas escolas, uma vez que ele era o agente que convivía diariamente com os alunos e, por isso mesmo, deveria ser o exemplo. Sua ação era bem sistemática, tendo em vista que deveria fazer a revista corporal de cada aluno todos os dias antes do início das aulas, que se limitava, na maior parte das vezes, na procura por piolhos e da vistoria do asseio das mãos, principalmente unhas. Muitos professores ainda tinham o cuidado de inspecionar as vestes de cada aluno, percebendo sua limpeza e suas condições de uso (rasgos nas roupas também eram sinais de descuido quanto à higiene).

Depois da vistoria diária, cabia ao professor o ensino das noções de higiene, feito, como menciona a professora, com a repetição do alfabeto da saúde, o qual, pelo que tudo indica, é o mesmo apresentado no início deste capítulo na forma de

epígrafe, intitulado, na ocasião, “A. B. C. da Hygiene Escolar”, publicado na revista O Ensino, periódico de uso freqüente dos professores escolares.

Esse periódico, aqui entendido como um meio importante de circulação das idéias educacionais e, nesse caso, das idéias de higiene no Estado do Paraná para os professores e diretores das escolas, uma vez que esse material, publicado entre 1922 e 1924, com três números anuais, era distribuído gratuitamente a “todos os nossos professores e repartições do ensino de todo o Brasil e a quantos se interessem pela sua publicação” (MARTINEZ, 1924, p. 107). A revista abarcava um grande número de agentes escolares e publicava “artigos do inspetor geral, dos subinspetores, professores e normalistas, a revista O Ensino constitui-se como testemunha imprescindível dos debates em torno da instrução pública e do projeto formador desejado, já que ela tinha como destinatários os professores do estado do Paraná” (MORENO , 2003, p.10).

No presente capítulo, selecionou-se apenas os textos referentes à higiene escolar constantes na revista, os quais, pode-se dizer, tinham um peso grande entre os assuntos abordados pelo periódico que tinha na IGE sua origem. Em diferentes momentos, o ensino da higiene era apresentado como de extrema necessidade para as escolas primárias principalmente, embora tivesse bastante destaque o papel dos professores para esse ensino, devendo este adquirir os conhecimentos suficientes de higiene escolar, o que acontecia, não só, mas principalmente, na sua formação na Escola Normal.

Em 1923, no artigo intitulado “Educação Hygienica - Jogos Infantis” essa necessidade do ensino da higiene e do papel do professor ficaram evidentes: “torna-se cada vez mais necessário o ensino efficaz da hygiene nas escolas primarias. É da obrigação do bom professor tomar a serio o ensino das lições de hygiene, sendo para isso indispensável que adquira conhecimentos sobre tão palpitante assumpto” (INSPETORIA GERAL DO ENSINO, 1923, p. 243).

Esse trecho da revista revela importantes questões. Primeiro, a afirmação da higiene como indispensável para a escola. Segundo, o professor – e não mais o médico – era considerado o responsável pelo ensino da higiene na escola. Sabe-se que na Escola Normal a Higiene já se fazia presente muito antes de sua inclusão na escola primária. No entanto, essa formação não bastava. Por isso, também eram

freqüentes as ofertas de cursos de higiene elementar para os professores. Por último, o papel da revista como difusora dos preceitos da higiene escolar.

Embora, como já se destacou, o professor viesse ganhando cada vez mais espaço em relação ao ensino da higiene nas escolas, o médico continuava a ter um papel relevante no ambiente escolar e dessa importância não se duvidava, tendo em vista as inúmeras referências aos médicos nos congressos e agora, na revista. O Ensino teve um papel importante na difusão da Inspeção Médico-escolar (IME). Coincidindo com o período de implantação da revista, a criação do serviço de IME apareceu com um número significativo de artigos publicados, principalmente pelo médico Mario Gomes, que assumiu o serviço no ato de sua criação.

Foram relatórios, balanços das inspeções nas escolas paranaenses, crianças atendidas e medicadas, doenças encontradas, assistência dentária escolar, enfim, a presença constante da IME nas páginas de O Ensino, que é abordado com mais precisão no próximo capítulo.

Além de autores inseridos nas escolas paranaenses, contava-se ainda com traduções de textos de outros países e a participação de autores de outros estados brasileiros, como é o caso do texto de Fontenelle, em 1924, sobre a Organização Sanitária Escolar. Nesse texto, Fontenelle procurou discorrer sobre as funções dessa instituição e descrever, com minúcia, alguns agentes responsáveis pela higiene escolar: o médico escolar e a enfermeira escolar, sendo que esta desempenharia o papel de ajudante do médico e ampliadora de seus esforços. Para isso, deveria fazer inspeções diárias nas escolas, tomar as primeiras providências em casos de acidentes e visitar as famílias dos alunos (FONTENELLE, 1924, p.145).

Sobre o ensino da higiene nas escolas, o autor revelou o seguinte:

Assim, é nas escolas que deve ser feito o maior esforço educativo, procurando-se que viva a criança n'um meio perfeitamente hygienico e cercado de pessoas cujos habitos são os que se quer inculcir como bons. E não sómente obtem-se, por esse modo, que os habitos do escolar se formem ao influxo desse meio sadio, como também exerce-se por intermedio da criança accentuada influencia no lar e na familia.

A enfermeira escolar preenche importante função na educação hygienica, collaborando estreitamente com a professora.

O ensino deve ser eminentemente pratico, feito por meio de exemplos e pela propria maneira de viver na escola. Todas as oportunidades devem ser aproveitadas como motivos e assumptos para a lição de hygiene, pois que, assim, produzem impressão muito maior e teem efeitos mais duradouros. A vida escolar é cheia de motivos para lições praticas: a má posição de pé ou sentada, o desasseio

do corpo, o máo estado dos dentes, os resfriamentos, etc. De muita importancia deve ser o systema de pôr em destaque o conceito positivo de <<saúde>>, em vez da idéa negativa de <<doença>> (FONTENELLE, 1924, p. 145-146).

Pelas contribuições de Fontenelle, pode-se perceber a proposta da presença da higiene em todos os momentos no ambiente escolar e, em todas as oportunidades postas pelos alunos, seus preceitos deveriam ser reforçados. Essas orientações coadunam com a exposição de Rocha ao referir-se às práticas exemplares nas escolas:

materializando-se em *lugar da saúde* [grifo do autor], a escola, aberta à luz do sol e ao ar, limpa, espaçosa, ordenada e clara, exerceria por si só uma *poderosa sugestão higiênica* [grifo do autor] sobre as crianças. Contrastando com a sujeira dos seus sapatos e das suas mãos, o assoalho limpíssimo e os móveis polidos e lustrosos ensinaram às crianças a necessidade de limpar a sola dos sapatos e lavar as mãos. Agindo sobre a tendência à imitação, a escola, impecavelmente limpa e iluminada, transbordaria a sua ação educativa para o ambiente doméstico (ROCHA, 2003a, p. 47-48).

Essa questão apareceu apenas na forma de proposta, pois, como poderá se perceber, a realidade escolar era muito diferente dessa. No trecho retirado da revista, a oposição saúde e doença volta à cena, integrada com a educação higiênica, por meio do próprio cotidiano escolar. Tendo sempre o foco no aluno, pretendia-se atingir, com o ensino da higiene:

Pelo habito de perquirir e de examinar, de observar intuitivamente, o aluno, nessas duas ultimas phases do ensino primário [terceiro e quarto anos], revigorado pelo desenvolvimento cultural dos sentidos, terá o poder de discernir com nitidez e clareza aquillo que se lhe ensinar, podendo por isso dispensar, sem prejuizo, a objectivação, quando esta não fôr, por deficiencia de meios, possivel. Demais, pontos há, que, pela sua complexidade, como, por exemplo, os das moléstias e seus agentes, não podem ser convenientemente desenvolvidos, bastando, apenas, noções muito geraes. (TORRES, 1924, p. 72).

Nesse excerto fica evidente também a importância do aluno para o sucesso do ensino e da veiculação dos preceitos de higiene nas escolas, pois, tendo os professores os conhecimentos necessários, como já apontado, a inspeção feita com rigor pelo médico, sobrava ao aluno a responsabilidade de absorver os conhecimentos e sistematizá-lo para sua vida afora.

Outra questão interessante que o autor apresenta é o “desenvolvimento cultural dos sentidos” que os alunos dos terceiro e quarto anos do ensino primário

apresentariam, já adquirido pela criança por meio da escola. A educação dos sentidos, pode-se entender, contribuiu de forma significativa para a inculcação de hábitos higiênicos na população escolar, sendo que a saúde se transformaria na própria cultura no ambiente escolar.

No Estado do Paraná, o CEPN teve papel importante na circulação das idéias da educação e higiene para as escolas, contando com um número relativamente grande de participantes envolvidos diretamente com o ensino, dividindo informações de suas experiências individuais nas teses dos congressos e retornando aos seus postos portando conhecimentos novos e experiências outras.

Já o periódico O Ensino serviu de meio condutor das informações sobre a temática da higiene para os diretores e professores escolares e interessados pela causa da higiene e educação para todo o Estado, exercendo, então, um papel de um canal de diálogo entre os diversos agentes escolares.

Embora fosse de grande valia para um trabalho como este a investigação de como os conhecimentos aqui apresentados chegaram e foram recepcionados na escola (ou de que forma chegaram), nos próximos capítulos esses elementos são apresentados apenas de forma parcial, apesar de se reconhecer a necessidade de serem realizadas pesquisas mais aprofundadas nesse sentido.

## 2 AS PRESCRIÇÕES SOBRE HIGIENE DO ESCOLAR

Nunca pudemos compreender a Higiene separada da escola. Um povo ignorante não pode avaliar a gravidade dos males que o affligem, nem como elles se originam, nem como se evitam, nem como se combatem.

César Prieto Martinez<sup>29</sup>

Com as freqüentes discussões sobre a Instrução Pública primária por parte das autoridades de ensino, nos mais diferentes âmbitos educacionais, os grupos escolares foram ganhando cada vez mais a atenção dos governantes no Brasil. A escola passou a ser percebida como um lugar de disseminação das pretensões quanto ao progresso da nação, visto que era na criança que se identificava o meio mais proveitoso de se inculcar novos hábitos e costumes.

Entende-se essa disseminação dos preceitos da pedagogia moderna<sup>30</sup>, bem como da higiene escolar, como integrante da categoria de análise denominada cultura escolar, pois a partir dela “se permite articular, descrever e analisar, de uma forma muito rica e complexa, os elementos-chave que compõem o fenômeno educativo tais como os *tempos*, os *espaços*, os *sujeitos*, os *conhecimentos* e as *práticas escolares* [grifo do autor]” (FARIA FILHO, 2002, p. 17).

Entre os aspectos apontados por Viñao (1995) como mais relevantes, pelo fato de conformarem a cultura escolar ou, nos termos de Vidal (2005), os princípios ordenadores da escola, tiveram lugar de destaque no presente capítulo os espaços e tempos escolares, bem como as práticas educativas que incidiam sobre o corpo dos escolares, sob o ponto de vista da higiene. Isso porque a medicina e os preceitos higiênicos defendidos pelos médicos para a escola ganhariam, no final do século XIX e início do seguinte, importância fundamental no processo de escolarização.

---

<sup>29</sup> Relatório apresentado ao Secretário Geral do Estado pelo Inspetor Geral de Ensino César Prieto Martinez (1920-1924) em 1923.

<sup>30</sup> Assunto recorrente nas fontes desde meados do século XIX, a pedagogia moderna apareceu como que para reformular o sistema educacional, propondo educar mais que instruir, ou seja, propunha um compromisso com a formação integral da criança, consonante com a racionalidade pedagógica da escola do final do século XIX e início do século XX. Esses pressupostos compreendiam aspectos da arquitetura escolar, os métodos de ensino e os conteúdos escolares, embasados, na maioria das vezes, por preceitos ligados à higiene e à moral: “a Pedagogia Moderna tem que defender a saúde e a vida, combatendo os tóxicos, ensinando a ginástica, a higiene; tem que pregar os princípios do método e da sobriedade, aparelhando o individuo para a vida ambiente. A verdadeira Pedagogia ensinará os meios práticos de vencer na vida: pela preparação técnica, pela educação da vontade, pelo saneamento do corpo e do espírito; pelo estudo do meio físico e moral” (XAVIER, 1997, p. 71).

Antonio Gomes Ferreira (2004), que estudou a higiene e o controle médico da infância nas escolas de Portugal, ressalta que as preocupações quanto à higienização da escola aconteceram em dois momentos diferentes, mas que se fundiram em busca da compreensão totalizadora sobre o indivíduo pelos médicos. De acordo com o autor, no final do século XIX e início do século XX, existiam duas linhas de abordagem em relação à higienização escolar, também aplicáveis ao Brasil: inicialmente foi objeto principal do discurso higienista a medicalização do espaço, principalmente em relação à construção do edifício escolar. Posteriormente, a preocupação com a medicalização do aluno.

A primeira linha de abordagem teve papel relevante nas discussões referentes aos prédios que se construíam, sendo pensados exclusivamente para aportar um novo modelo educacional que surgia e que, aos poucos, compunha o cenário da capital paranaense, discurso freqüente nos relatórios de Instrução Pública: “lembro a necessidade de construção de casas próprias, com todas as condições hygienicas convenientes de espaço, ar e luz, de forma a melhor garantir a saúde dos alumnos” (XAVIER, 1909, p.17). Com isso, propagavam-se os preceitos higienistas e da pedagogia moderna quanto às condições de higiene, localização e espacialização.

Esse espaço escolar, juntamente com o tempo escolar, por sua vez, incutia nos corpos dos escolares diversas formas de disciplinarização e formação, uma vez que o espaço e o tempo experimentados na infância traziam aprendizagens, conformações e aquisições de hábitos e costumes.

É por meio do espaço que o corpo se desloca, se movimenta, se percebe, enfim, um lugar de experiências corporais, ou seja, o espaço escolar passa a ter o papel de “mediador cultural em relação à gênese e formação dos primeiros esquemas cognitivos e motores, ou seja, um elemento significativo do currículo, uma fonte de experiência e aprendizagem” (VIÑAO; ESCOLANO, 2001, p. 26).

Assim, da localidade, da arquitetura e das instalações físicas das instituições educativas, a atenção dos médicos, engenheiros e higienistas deslocava-se para a intervenção “no corpo, nos hábitos e nas consciências dos escolares sob o advento da medicina social” (MARQUES; SOUZA, 2005, s. p.). Seria a partir do corpo que se produziria a escola como meio de socialização e disciplinamento de costumes e

hábitos condizentes com as prescrições para a saúde e “bem viver” da sociedade, tornando-a civilizada.

## 2.1 PRECEITOS HIGIÊNICOS NOS ESPAÇOS E TEMPOS ESCOLARES

As discussões entre os responsáveis pela Instrução Pública e obras públicas no Brasil, em pauta desde os anos setenta do século XIX, referentes a construções próprias para os estabelecimentos escolares, ganharam ênfase com a implantação dos grupos escolares no Brasil. Diferentemente das escolas isoladas, que funcionavam em casas alugadas pelos próprios professores ou pelo Estado, a organização de grupo escolar que viria com o intuito de substituí-las, reivindicava maiores atenções para o espaço escolar.

É importante destacar que o termo espaço escolar aqui empregado coaduna com o entendimento de Viñao (1995; 1996; 1998; 2005); Viñao e Escolano (2001), ou seja, a dupla configuração de espaço como lugar e como território. De maneira geral, o espaço em si, refere-se ao estado anterior à ocupação e utilização do ser humano. Depois dessa ação, ele passa à condição de lugar. Nesse lugar, os indivíduos vivenciam-no, experimentam-no, o que faz dele o *território*. Isto é:

o espaço se projeta, se vê ou se imagina, o lugar se constrói. (...) Nesse sentido, a instituição escolar ocupa um espaço que se torna, por isso, lugar. Um lugar específico, com características determinadas, aonde se vai, onde se permanece umas certas horas de certos dias, e de onde se vem. Ao mesmo tempo, essa ocupação do espaço e sua conversão em lugar escolar leva consigo sua vivência como território por aqueles que com ele se relacionam. Desse modo é que surge, a partir de uma noção objetiva – a de espaço-lugar –, uma noção subjetiva, uma vivência individual ou grupal, a de espaço-território (VIÑAO, 2005, p. 17).

Em Curitiba discutiram-se inicialmente as possibilidades de localização dos prédios escolares. Defendia-se que fossem em um local central, alto, de fácil acesso, seguro e equipado com o serviço de limpeza pública, dando ênfase à sua ventilação, distribuição de água e condições higiênicas e, ao mesmo tempo, distante de lixos, cemitérios, enfim, locais insalubres de freqüentes proliferações de moléstias infecciosas, que poderiam afetar a saúde dos escolares. Segundo Bencostta (2001, p. 114), os preceitos de higiene nas projeções e construções dos edifícios escolares incorporavam “pressupostos de uma pedagogia compreendida como moderna, [a

higiene] enfatizava a importância do ar puro, da luz abundante e de uma adequada localização sanitária, requisitos indispensáveis para o bom estado dos grupos escolares”.

Por conta do período recortado no presente trabalho, utilizou-se o Código de Ensino implementado no Paraná a partir de início de 1917, embora este apresentasse poucas modificações em relação ao Código de Ensino de 1915<sup>31</sup>. Constam em seu capítulo IX as orientações quanto aos prédios escolares, principalmente no que diz respeito à higiene escolar:

(...) Art. 158 – Cada predio escolar do Estado terá os seguintes:

I requisitos externos:

- a) ser, quanto possível, central relativamente á população que é destinada a servir;
- b) ter a casa no centro do terreno a ella destinado, o qual, limitado por muro ou gradil, terá área suficiente para conter os pateos de gymnastica e recreio, lavabos, privadas, jardins, etc;
- c) ser de acesso facil e seguro;
- d) não ser vizinho de fabricas ou outros estabelecimentos onde grandes ruidos sejam inevitaveis, nem de logares insalubres;
- e) ter o solo perfeitamente drenado, de modo que as águas tenham facil escoamento.

II requisitos internos:

- a) ter cada sala de aula em forma rectangular com a superfície calculada á razão de 1.m.20 por alumno;
- b) ter a casa um porão de altura nunca inferior a 1 m.50 entre a superfície do solo e o soalho.
- c) ter cada sala janellas rectangulares, largas, altas e numerosas de sorte que a superfície vitrea seja igual, ao menos a um quarto da superfície do soalho da sala;
- d) ter as privadas convenientemente isoladas das salas, providas de água e de aparelhos de ventilação, construídas em condições de se poderem facilmente manter no maximo asseio;
- e) ter vestibulo e entrada especial para cada sala de aula;
- f) haver, entre as diversas salas, communicações interiores;
- g) ter compartimento especial para um pequeno museu escolar e para o acondicionamento dos trabalhos manuaes e materiaes respectivos;

---

<sup>31</sup> Pode-se compreender a publicação do Código de Ensino de 1917 como uma reimpressão do Código de 1915, com apenas algumas revisões, com modificações apenas no sentido da inclusão do grupo modelo, instituído em 1916, e os seguintes itens: a) instituição da Bandeira Nacional e culto à mesma nas escolas públicas do Estado; b) programa especial para o grupo modelo; c) desdobramento de grupos escolares, podendo funcionar diariamente em dois períodos; d) assegurar aos alunos aprovados no curso intermediário o direito de poderem ser nomeados professores efetivos, como medida provisória; e) criação de escolas destinadas a crianças operarias e filhos de operários, para funcionarem nas proximidades das fábricas com horários feitos de acordo com os diretores destas; f) registro obrigatório das escolas particulares, em livro especial existente na Secretaria do Interior; g) rigorosa inspeção em todos os estabelecimentos de ensino primário, secundário, superior e profissional que tiverem subvenção do Estado (SANTOS, 1916). Ressalta-se ainda que orientações a respeito da construção de prédios escolares já se faziam presentes na legislação e relatórios de Instrução Pública pelo menos 40 anos antes da data inicial do presente trabalho.

- h) haver em todos os compartimentos conveniente ventilação, sendo o ar recebido diretamente do exterior;
- i) ter, enfim, todas as condições recommendaveis pela pedagogia e pela hygiene (PARANÁ, p. 52-53).

Várias recomendações e práticas aplicadas nos prédios escolares podem ser analisadas nesse trecho. Em relação ao ambiente externo, fala-se da sua localização no espaço da cidade. Esse fator não pode ser visto apenas como um elemento indissociável da questão curricular, pois, conforme Viñao e Escolano (2001, p. 28), “a produção do espaço escolar no tecido de um espaço urbano determinado pode gerar uma imagem da escola como centro de um urbanismo racionalmente planejado ou como uma instituição marginal e excrescente”.

Portanto, a divisão encontrada no Código de Ensino para ambiente externo e interno não faz sentido quando se leva em conta o entendimento de Viñao e Escolano (2001). O espaço escolar, tanto o externo – sua posição perante a cidade – quanto o interno – referente ao prédio propriamente dito – são constituintes do currículo e são, portanto, meios de educação.

A principal discussão em relação à localização dos prédios escolares destinados a alocar os grupos escolares na trama de Curitiba foi sobre o Grupo Escolar Xavier da Silva, por ter sido construído no intuito de servir de modelo para posteriores fundações de outros grupos escolares na própria capital e em outras cidades do Estado. A sua localização foi colocada muitas vezes em discussão por integrantes da Diretoria Geral de Instrução Pública por entenderem que o local não fosse apropriado para tal estabelecimento (MACHADO, 1904; CERQUEIRA, 1907; REIS, 1909; GOMES, 1921). Isso porque, segundo o próprio diretor geral de Instrução Pública Arthur Pedreira de Cerqueira (1907, p. 20), “o Grupo Xavier da Silva não satisfaz os fins a que foi destinado por estar situado distante do centro, na extrema meridional da cidade, onde se nota pequena densidade de população escolar”.

Exploradas também por Bencostta (2001), as críticas quanto à localização desse grupo escolar fazem sentido quando o autor apresenta uma imagem situando o Grupo Escola Xavier da Silva em relação ao centro da cidade. Segundo o autor, o distanciamento do centro urbano de Curitiba e a baixa concentração de habitações justificariam o entendimento daquele local como não adequado para a edificação do primeiro grupo escolar do Estado.

No ano de 1907, a localização desse mesmo estabelecimento era, contraditoriamente, elogiada pelo Delegado Fiscal da 1.<sup>a</sup> circunscrição escolar, Dr. Laurentino de Azambuja, como se pode perceber no trecho a seguir:

A população escolar é de 315 alumnos de ambos os sexos, demonstrando esta elevada frecuencia a excelente collocação do predio com um centro de grande concurrencia de alumnos. Se tivermos mais tres grupos escolares identicos, situados em pontos diversos, muitas escolas publicas da capital não se ressentiriam de más installações em pavimentos térreos de sobrados e compartimentos acanhados de casas particulares, sem as precisas condições hygienicas (AZAMBUJA, 1907, p.63).

A defesa pela localização do edifício escolar numa região central, ou numa região de grande concentração habitacional era constantemente discutida nos relatórios de Instrução Pública do Paraná, com a justificativa de facilitar a ação dos inspetores de ensino, a presença de um número maior de crianças participantes do processo de escolarização, bem como a fiscalização quanto aos preceitos de higiene.

O fato é que, mesmo sendo retirado do centro da cidade<sup>32</sup>, o Grupo Escolar Xavier da Silva recebeu um elevado número de alunos, o que contribuiu para que, mais tarde, as reclamações se transferissem para as condições do prédio e não mais de sua localidade, para atender o grande número de crianças que ali freqüentavam (GOMES, 1921).

Conforme Gondra (2004), a inclusão da arquitetura escolar na ordem médica condizia com um projeto mais ambicioso de intervir na própria arquitetura da cidade. A arquitetura dos prédios públicos contribuiria com o “dar-se a ver” da campanha que o governo republicano desempenhava para acentuar suas ações, não só nesse sentido, mas no sentido de representar uma nova ordem que se instaurava, o sinal da ruptura que se pretendia instituir “entre um passado de obscurantismo e um futuro luminoso” (CARVALHO, 2003, p. 69).

Iwaya (2005), ao estudar a linguagem arquitetônica do Instituto de Educação do Paraná, construído em 1921-1922, dá destaque ao papel exercido pela arquitetura dos prédios escolares no cenário da cidade: “desde o final do século XIX

---

<sup>32</sup> Reconhece-se como um objeto importante de estudo a localização dos prédios escolares na malha da cidade e os diversos motivos – políticos, higiênicos e administrativos, entre outros – para a escolha do lugar para sua construção, mas não fez parte das delimitações realizadas para o presente trabalho.

que acentua-se a preocupação dos administradores com a arquitetura dos prédios escolares. Prédios que não se caracterizassem somente por sua funcionalidade, mas que ‘falassem’ sobre sua importância e seu papel social, que simbolizassem os novos valores de uma dada sociedade que buscava dar um novo lugar à cultura e à educação” (IWAYA, 2005, p. 179).

Principalmente na figura dos grupos escolares, pretendia-se representar um dos símbolos do progresso e enaltecimento da nação, tão almejados com a Proclamação da República. Encontrando-se num local de destaque no mapa da cidade, conciliaria as questões políticas e educativas. Esse era muitas vezes o discurso encontrado nos relatórios e códigos de ensino. Contudo, como se percebeu no caso do Grupo Xavier de Silva e de outros grupos escolares criados posteriormente, essa prescrição não foi cumprida. Mesmo não podendo transportar as considerações de Viñao e Escolano para Curitiba, é relevante entender como o urbanismo e a arquitetura eram responsáveis por oferecer “uma completa cobertura para alcançar as finalidades da educação, passando a ser parte do programa pedagógico” (VIÑAO; ESCOLANO, 2001, p. 32).

Essa questão levantada por Viñao e Escolano (2001) é relevante para um trabalho como esse. Todavia, como entender a arquitetura escolar como parte do programa? Em primeiro lugar, é fundamental destacar a simbolização que desempenha na vida social. Em Curitiba, a pretensão para a expansão do ensino primário e sua ascensão na figura de grupo escolar era defendida dispendo, em tese, do que era de mais moderno na construção dos prédios destinados ao funcionamento dele. No entanto, os grupos escolares de Curitiba ficaram muito aquém dessas pretensões, tendo como principal motivo, as precárias condições financeiras do Estado.

Sendo assim, o prédio escolar não teria só função simbólica como também estética que desempenharia na criança uma forma de educação. Essa seria uma forma de educar-lhes os sentidos. Defendia-se que os prédios escolares oferecessem um “aspecto agradável, porque a própria estética do edificio influe sobre o moral das crianças, contribuindo também para chamar as atenções e sympatias, tornando assim a escola um ponto attractivo, como convem” (XAVIER, 1909, p. 17). Ainda compreendia-se a estética como forma de “despertar na criança impressões delicadas, tendentes a lhe desenvolver o sentimento do bello, apurando-

lhe os sentidos na distribuição e escolha dos ornamentos técnicos e estéticos da classe, de modo que ella ahí se sinta a vontade, com o espírito aberto a aprendizagem, a missão desse modo se tornará mais real e mais productiva” (SANTOS, 1912, p. 8).

A partir dos relatórios de Xavier (1909) e Santos (1912) é possível perceber as mudanças no entendimento de escola ao longo do tempo. No século XIX a escola era constituída fundamentalmente pelos saberes elementares (HÉBRARD, 1990), prioritariamente, ler, escrever e contar. Com o passar do tempo, além do aumento quantitativo dos conhecimentos ensinados, a escola passava a compreender também a formação dos sentidos nos alunos. A estética dos prédios escolares passaria, então, a desempenhar a função de envolver a criança não só física como espiritualmente.

Para compreender como o espaço pode ser considerado um elemento educador, considerou-se a idéia de Viñao e Escolano (2001) em sua defesa do território e do lugar como construções sociais e, conseqüentemente, o entendimento de espaço como elemento não neutro:

O espaço comunica; mostra, a quem sabe ler, o emprego que o ser humano faz dele mesmo. Um emprego que varia em cada cultura; que é um produto cultural específico, que diz respeito não só às relações interpessoais – distâncias, território pessoal, contatos, comunicação, conflitos de poder –, mas também à liturgia e ritos sociais, à simbologia das disposições dos objetos e dos corpos – localização e posturas –, à sua hierarquia e relações (VIÑAO; ESCOLANO, 2001, p. 64).

Uma idéia que complementa essa é a que, em outro momento, foi apresentada pelos autores, quando expõem:

Em resumo, a arquitetura escolar pode ser vista como um programa educador; ou seja, como um elemento do currículo invisível ou silencioso, ainda que ela seja, por si mesma, bem explícita ou manifesta. A localização da escola e suas relações com a ordem urbana das populações, o traçado arquitetônico do edifício, seus elementos simbólicos próprios ou incorporados e a decoração exterior e interior respondem a padrões culturais e pedagógicos que a criança internaliza e aprende. (VIÑAO; ESCOLANO, 2001, p. 45).

Esses elementos têm aplicação direta na educação do corpo das crianças. O espaço escolar foi, sem dúvida, um componente fundamental para a conformação e disciplinarização corporais necessárias para os objetivos da escolarização. Por meio dele, a criança teve suas primeiras noções do conhecimento do próprio corpo,

a partir da experimentação das estruturas arquitetônicas, fontes de experiência e aprendizagem (VIÑAO; ESCOLANO, 2001). O espaço escolar teve também papel de destaque no controle dos movimentos e contatos, visto que suas demarcações limitavam, por muitas vezes, ações e gestos.

Outro ponto destacado entre as prescrições do Código de Ensino destinado ao espaço externo era o local destinado aos recreios e à gymnastica. Esses elementos são constituintes da higiene escolar. A prática dos recreios e da ginástica era defendida como imprescindível para evitar a estafa mental que poderia ser causada por seções consecutivas de atividades intelectuais. Para isso, fazia-se necessário espaço reservado para essas práticas, geralmente os pátios. Em relatório da Inspeção Médico-escolar de 1921, Mario Gomes reclamava da falta de proteção e umidade do pátio do Grupo Escolar Xavier da Silva, por exemplo. Além disso, criticava sua localização no terreno, sendo que deveria estar “situado em centro de terreno e não á frente de duas ruas, exposto á poeira, ao ruído e aos outros inconvenientes de sua posição central” (GOMES, 1921, p. 125).

Percebe-se que as orientações quanto à construção dos prédios escolares não foram integralmente respeitadas nem mesmo no primeiro grupo escolar construído em Curitiba. Entre sua inauguração em 1903 e o relatório ora analisado, de 1921, houve vários outros momentos nos quais se reivindicava a reforma desse estabelecimento de ensino devido, também, a problemas apresentados quanto ao seu ambiente interno. Esse caso não era exceção; era comum a acentuação dos problemas físicos e estruturais dos prédios dos grupos escolares nos relatórios de inspeção e de Instrução Pública.

Em 1920, ao assumir o cargo de Inspetor Geral de Ensino<sup>33</sup>, César Prieto Martinez<sup>34</sup> fez um relatório da situação da Instrução Pública do Paraná quando

---

<sup>33</sup> Com a lei 1999 de 1920, foi criada a Inspetoria Geral de Ensino, alterando a denominação da anteriormente chamada Diretoria Geral de Instrução Pública (PARANÁ, 1921).

<sup>34</sup> Depois de alguns nomes cogitados para a realização da reforma da Instrução Pública paranaense, o responsável por intermediar as negociações entre o governo paranaense e o paulista, Lysimaco Ferreira da Costa, convidou, por intermédio de João Rodrigues, Cesar Prieto Martinez, que na época ocupava o cargo de diretor da Escola Normal de Pirassununga (SOUZA, 2004). De acordo com Bencostta (2001, p. 134), “na sua passagem pelo Estado, Prieto Martinez tornou-se o principal responsável pelo salto qualitativo na organização do ensino ao providenciar dentre outras ações, a divulgação de novos métodos do ensino dos *grupos escolares* e as palestras pedagógicas dedicadas aos professores e diretores de Curitiba, com o propósito de expor o pensamento em relação à reforma da instrução e quais eram os métodos modernos do ensino”. O período que esteve à frente da IGE (1920-1924), somando-se ao período de seu sucessor, Lysimaco Ferreira da Costa (1924-

chegou ao Estado. Os prédios escolares, para ele, “afastam-se dos preceitos pedagogicos modernos. Nas construcções escolares nem mesmo os detalhes podem ser menosprezados para que possam alliar commodidade e conforto, economia e condições hygienicas” (MARTINEZ, 1920, p. 27). No ano seguinte, o inspetor de ensino persistia sobre o assunto: “muitos dos predios escolares exigem reparos, alguns requerem modificação de vulto, em virtude dos defeitos de construcção e da má distribuição das salas que se communicam entre si, que não obedecem as devidas proporções e que são mal iluminadas” (MARTINEZ, 1921, p. 23-24).

Em relação ao ambiente interno dos estabelecimentos de ensino, ainda acompanhando a divisão apresentada no Código de Ensino de 1917, era defendida, como para o ambiente externo, a execução dos preceitos de higiene e da pedagogia moderna. Quanto à iluminação, era sugerida para as salas de aula, a valorização da própria luz solar, alterando, assim, a conformação do espaço das salas de aula e a disposição do mobiliário dentro dela. Em relatório apresentado ao Diretor Geral de Instrução Pública do Estado, Dr. Arthur Pedreira de Cerqueira, o Delegado Fiscal da primeira Circunscrição Escolar, Dr. Laurentino de Azambuja, versa sobre o movimento das escolas públicas no ano de 1907:

Nesses estabelecimentos de ensino publico, pouco se observa em materia de hygiene; muito ha cujas salas de trabalho são insufficientes para o numero de alumnos que os freqüentam; apesar da hygiene recomendar que cada alumno deverá dispor de 1 metro e 25 centímetros quadrados de superficie em uma sala de 4 a 5 metros de altura, vejo de modo que alli passam elles longas horas, encerrados em estreitos compartimentos, muitas vezes sem a precisa ventilação e sem a plena liberdade de movimento. Alem disto, concorrem para difficuldade de transito nesses logares os actuaes bancos-carteiras que, sobre serem de antigo modelo, pesados e occupando largo espaço, não offerecem as exigidas condições pedagógicas; é assim que as respectivas mesas são quasi planas, quando devem ter uma inclinação de 40º para a leitura e de 15 á 20º para a escripta; são todas de uma só dimensão e sem elevação graduada e proporcional ás idades dos alumnos, muitos destes banco-carteiras não trazem uma pequena prateleira para livros, lousas e mais utensilios escolares; outros não possuem o indispensavel encosto, e portanto são prejudiciaes, por facilitarem posições viciosas, como a curvada, abaixada, visto ser a resistencia muscular nas crianças insufficiente para manter por muito tempo a posição recta da espinha dorsal, servindo neste caso o encosto de auxiliar ao esforço organico para conservar a regular attitude.

---

1928), foi também apontado como o período de “expansão quantitativa das escolas publicas, mas principalmente de intensificação de esforços para a inspeção, controle e mudanças da perspectiva pedagógica e da função social da escola” (MORENO, 2003, p. 5).

A distribuição da luz nas escolas é também assumpto de alta importancia, considerando sob o ponto de vista hygienico. E' sabido que a luz solar, deficiente ou mal projectada pode occasionar moléstias do aparelho visual, como as myopias, conjunctivites e outros accidentes variaveis, conforme a idyosincrasia, estado de saude e idade dos individuos.

Em vista destes inconvenientes a que estão inconscientemente sujeitas as crianças, tenho alterado em algumas escolas a disposição dos moveis respectivos, para permittir o recebimento da luz solar pelo lado esquerdo, mas outras ha que funcionam em predios particulares, nas quaes qualquer modificação se torna improficua, visto ser a construcção e collocação das janellas contrarias aos mais rudimentares principios hygienicos (AZAMBUJA, 1907, p. 62).

Uma primeira consideração sobre o documento apresentado é em relação à preocupação, de ordem higiênica, com o posicionamento do mobiliário escolar em relação à janela, devido à entrada da luz solar. Esse fator era de extrema importância para a saúde do aluno. Como apontado por Azambuja (1907), a má distribuição da luz no ambiente da sala de aula poderia causar ao aluno “molestias do aparelho visual”, pois estando mal posicionada sua carteira escolar em relação à luz, o aluno tinha que compensar forçando a visão para a realização das atividades escolares.

No decorrer dos anos iniciais do século XX, houve inúmeros avanços em relação às questões referentes ao mobiliário. Um deles foi a viagem de Carolina Pinto Moreira à São Paulo, em 1907, para estudar a organização do ensino primário da capital paulista, que, entre outras considerações, observou e trouxe catálogos e modelos para construção de mobiliário para as escolas paranaenses: “Em referencia ao mobiliario, já não havendo mais quem ponha em duvida que a hygiene das escolas depende em grande parte do mobiliario nellas usado, é intuitiva a necessidade da acquisição de bancos e carteiras do typo americano (...)” (MOREIRA, 1907, p. 11). Carolina Moreira trouxe de São Paulo dois exemplares:

Que sirvam elles de modelo para a substituição completa, em todas as nossas escolas, do material improprio e condemnado ainda agora nellas usado. Por preço baratissimo poderá o Governo obter mobiliario americano para todas as escolas do Estado, mandando-o vir da America do Norte, conseguida previamente do Governo Central a dispensa dos respectivos direitos de importação, conforme tem feito o Governo de S. Paulo e acaba de fazer, segundo estou informada, o Governo municipal do Distrito Federal (MOREIRA, 1907, p. 11).

Na década de 1910, ainda se manifestava a importância de se modificar o mobiliário, o que não havia sido implementado em todas as escolas justificado pela falta de condições financeiras: “Torna-se necessario o augmento da verba

orçamentaria destinada ao mobiliário escolar, tão sensivelmente reduzida no corrente exercício, que esgotou-se nos primeiros mezes, obrigando a abertura de créditos. Criar numerosas escolas, sem dar os meios necessários ao seu aparelhamento, é fazer obra incompleta, si não inútil” (SANTOS, 1917, p. 11).

A partir desse documento é possível perceber a distância entre o prescrito e o efetivado. As idéias discutidas no âmbito educacional – que diziam respeito ao desenvolvimento da educação no Estado do Paraná, principalmente a defesa da abertura de novas escolas, respeitando os preceitos da higiene e pedagogia moderna – eram barradas por um motivo muito simples: a impossibilidade de cumprir totalmente as demandas propostas pelo Estado devido à falta de condições para isso.

Em 1920, o Inspetor Geral do Ensino, César Prieto Martinez, constatava a necessidade de maiores verbas para o mobiliário para o melhoramento das condições das escolas e grupos do Estado, tendo como resposta do presidente do Estado a aprovação do pedido de verba especial para esse fim: “com grande prazer vimos satisfeito o nosso pedido e tratamos de adquirir o material existente no mercado, ao mesmo tempo que fazíamos encomenda às fabricas de moveis, typos de mobiliario escolar commodos e elegantes” (MARTINEZ, 1920, p. 13).

Uma das alternativas encontradas pela IGE foi a construção dos bancos e carteiras escolares principalmente pela Penitenciária do Paraná. Aos poucos, o mobiliário era substituído por outro mais moderno e respeitando os preceitos da higiene escolar.

Essa substituição foi evidenciada em relatório posterior, sendo que as antigas carteiras escolares, muito altas, sem bancos de encosto e afastados, de comprimento desproporcional para dois alunos daria lugar a outras menores, mais baixas, com bancos de encosto, suficientes para dois alunos. Foram também substituídas as mesas de professor e os armários (MARTINEZ, 1924, p. 48). Enfim, adaptadas ao tamanho dos alunos e providas de maior conforto, o novo mobiliário proporcionava importantes condições para a manutenção da postura e facilitava um disciplinamento corporal da criança.

O mobiliário escolar tem relativo destaque nos estudos e publicações sobre higiene devido a sua importância quanto a aquisições de hábitos viciosos que ele pode causar, já que incidem diretamente nos corpos dos escolares, principalmente

pela questão da postura, dependendo do formato das carteiras escolares. Há também a preocupação com os aspectos físicos diretamente relacionados com a disposição dos móveis dentro da sala de aula, visto que, como apontado no documento citado anteriormente, a má distribuição de luz podia proporcionar aos alunos alterações em sua saúde.

Mesmo fazendo parte das discussões de médicos e arquitetos ligados à educação desde o século XIX, pode-se notar o desrespeito dos preceitos instaurados pela higiene e pela pedagogia. Bencostta (2005, p. 104) atenta para a incoerência na construção de alguns grupos escolares na capital do Paraná:

Apesar de possuírem um programa arquitetônico que os identificava como espaços públicos de escolarização, a introdução desse tipo de edifício público na cena curitibana seguiu, parcialmente, as regras de construção ancoradas nas normas e preceitos da *moderna* [grifo do autor] pedagogia, ficando a organização do espaço de alguns desses edifícios incoerentes à propaganda do governo de que destinaria um lugar diferenciado para a formação de bons cidadãos à Pátria.

Para o acompanhamento desse tipo de obra e a devida obediência das instruções definidas pelo governo, Silva (2001) indica, no caso de São Paulo, a necessidade de uma fiscalização, defendida para atender o projeto educacional exemplar que os republicanos almejavam. Essa fiscalização se caracterizava da seguinte forma:

A higiene definia parâmetros de fiscalização tanto para os ambientes situados dentro quanto fora da escola, impondo às crianças em idade escolar um modelo de lugar higienizado, portanto, civilizado. A inspeção sanitária dos espaços externos consistia em averiguar a ocorrência de poças de água estagnada, amontoado de lixo e outros aspectos relevantes do ponto de vista higiênico (...) Por outro lado, a vistoria das condições dos espaços internos da escola devia abranger todos os ambientes do prédio escolar, além de incluir os esgotos, os encanamentos e reservatórios de água, os pátios de recreio, os porões, os sanitários, e todo lugar de acesso, para verificar o seu estado de asseio, a conservação das instalações, a situação do revestimento do piso, a umidade das paredes, a presença e o acúmulo de lixo (SILVA, 2001, p. 55-57).

Em Curitiba, mesmo que a criação do serviço de Inspeção Médico-escolar tenha demorado a acontecer, tendo em vista outros estados brasileiros, existiam outros cargos dentro da Secretaria dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública que se ocupavam das questões afetas à higiene das escolas. Os Inspetores

escolares<sup>35</sup> e os Delegados de Ensino<sup>36</sup> exerciam a função de visitar as escolas. Mesmo não tendo como função específica vistoriar as questões referentes à higiene escolar, mas sim inspecionar se as prescrições dos regulamentos e códigos de ensino estavam sendo respeitadas, acabavam por passar pela higiene dos estabelecimentos de ensino.

A inspeção do ensino cumpria um papel muito importante na administração das escolas. Ficava sobre sua responsabilidade a coleta de dados para o recenseamento escolar, como já apontado no capítulo anterior, o qual ganhou ainda mais prestígio com a chegada de Martinez à IGE, o qual prometia, em 1920, “fazer delle [serviço de inspeção] a estaca em que apoiaremos toda nossa confiança no futuro do actual aparelho escolar” (MARTINEZ, 1920, p. 11). Portanto:

O Inspector tecnico será, de accôrdo com os novos desejos, o porta-voz das nossas ordens; nos representará em todos os actos e fará tudo para que os fôrtes se conservem sempre fôrtes, para que os mais esforçados recebam a recompensa da justiça e para que, como ultima medida, os retardatarios ou incorrigiveis recebam punição (MARTINEZ, 1920, p. 11).

---

<sup>35</sup> Os inspetores escolares tinham como função: “I – Inspeccionar assiduamente as escolas e mais estabelecimentos de ensino do seu districto; II – designar os logares em que devem funcionar as escolas, de accordo com a maior condensação da população escolar e de accordo com o delegado de ensino respectivo; III – nomear professores interinos, com os requisitos necessários de moralidade, competência e devotamento, no caso de vaga ou impedimento dos effectivos e até o prazo maximo de 30 dias, communicando com urgência, esse facto, ao superintendente geral; IV – attestar mensalmente o exercício dos professores do seu districto, podendo abonar-lhes até trez faltas por mez por motivo justo; V – verificar, com exatidão e escrúpulo, se são fielmente observadas as leis, regulamentos e instrucções especiaes do ensino; VI – denunciar ao superintendente geral do ensino, ou ao delegado do ensino respectivo, as faltas e defeitos verificados nas escolas do seu districto, sob quaesquer aspectos; VII – conceder licença aos professores de sua jurisdição, até 8 dias com ordemnado, quando por motivo de moléstia, comprovada por attestado medico ou de pessoa capaz; VIII – propor ás autoridades competentes as medidas que julgar convenientes em beneficio do ensino, fazer propaganda da necessidade de sua diffusão e facilitar por todos os meios ao seu alcance a fundação de estabelecimentos particulares de instrucção primaria, profissional e artística; IX – exercer os demais actos e atribuições decorrentes de seu cargo” (Lei n. 1236 de 1912). Para entender a diferenciação das ações da inspeção do ensino nos anos 1910 e nos anos 1920, ver Souza (2004), p. 64 e seguintes.

<sup>36</sup> As funções do delegado de ensino eram as seguintes: “I – visitar, regularmente, todos os estabelecimentos de ensino, públicos e particulares, da sua circumscripção, verificando quanto a estes últimos, as condições de hygiene, moralidade e freqüência (...) II- lavar no termo de visita, em detalhe, a impressão recebida, sob os aspectos; III- apresentar ao superintendente geral do ensino relatórios detalhados dessas inspecções, denunciando as faltas e defeitos encontrados, sob qualquer ponto de vista e propondo todas as medidas que julgar convenientes em beneficio do ensino; IV – auxiliar os conselhos municipaes da sua circumscripção, dando pareceres, propondo medidas, prestando informações sobre todos os assumptos que lhes competir; V – promover todos os meios ao seu alcance para fazer propaganda quanto á necessidade da diffusão do ensino primário e profissional, e auxiliar a fundação de estabelecimentos particulares de ensino, de qualquer natureza” (Lei n. 1236 de 1912). Esta função não permaneceu por muito tempo no Paraná.

A intenção maior era fazer do espaço escolar um meio de formação de novos hábitos e atitudes para os alunos, um espaço que educa, um território vivenciado e incorporado à experiência e à memória dos alunos. Isso, conseqüentemente, se estenderia à sua vida fora do ambiente escolar. Essa pretensão fica evidente na fala de Jayme Dormund dos Reis<sup>37</sup> destinada ao Secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública Coronel Luiz Antonio Xavier, no ano de 1909:

Ora, si os predios escolares, as salas, o mobiliario fossem organizados de fórma a ferir o espirito das creanças, a lhes mostrar a disparidade de conforto existente entre a casa de habitação dos seus progenitores e o templo da instrucção, certamente, chegadas á idade viril, e já possuindo o gérmen do progresso, bebido na comparação quotidiana, não se contentariam com a primitividade em que nasceram, e procurariam, quando não sobrejujar, pelo menos egualar, nas condições de vida, aquillo que viram e observaram na casa destinada, não só a lhes fazer conhecer as lettras do alphabeto, mas tambem os meios e modos de conseguir um sempre crescente bem estar physico, moral e intellectual. Por isso a escola hodierna deve ter todos os requisitos exigidos pela sciencia, e si não é possivel tudo fazer n'um momento, como reconheço, ao menos iniciemos uma reforma completa, dentro dos moldes mais amplos que a observação quotidiana tenha indicado como melhores. (XAVIER, 1909, p. 59).

Faria Filho (2002, p. 17-18) trata dos espaços escolares em duas dimensões: aquela que entende o espaço como um meio que educa, ou seja, “a ocupação do espaço escolar, sua divisão interna, suas aberturas para o espaço exterior, a delimitação de fronteiras entre o interno e o externo e, mais que isso, a disposição e diferenciação dos sujeitos (alunos e professores, sobretudo) e dos objetos no espaço, na sala de aula, tudo isso cumpre um papel educativo de maior importância”. A outra, embora complementar, compreende o espaço enquanto estratégia, a defesa de um espaço próprio para a escola:

A defesa de um espaço específico para a realização da ação educativa escolar levada adiante por uma variada gama de sujeitos (médicos, educadores, políticos, sobretudo) pode ser entendida, também, como uma busca por dotar a instituição escolar de um lugar *próprio* [grifo do autor], na cena social, possibilitando-lhe definitivamente distinguir-se da casa, da igreja e da rua e, por conseguinte, das cultura [sic] e das sensibilidades que por aí circulam. É a partir da definição deste *próprio* [grifo do autor] da escola que ela vai, definitivamente, poder exercer plenamente uma função estratégica de fundamental importância na constituição de uma sociedade letrada no Brasil (FARIA FILHO, 2002, p. 18).

---

<sup>37</sup> Jayme Dormund dos Reis substituiu Arthur Pedreira de Cerqueira no cargo de Diretor Geral de Instrução Pública do Estado no período de junho a dezembro de 1909.

Essa concepção do *próprio* escolar fica muito evidente quanto à projeção e construção dos edifícios escolares, buscando-se, num plano nacional, uma representação social ímpar, sendo o edifício “símbolo do progresso social e cultural dos núcleos urbanos” (SOUZA, 2001). Isso porque os grupos escolares trouxeram inúmeras modificações em vários âmbitos educativos e sociais, como se pode perceber na fala de Viñao (2005, p. 26), ao discorrer sobre a escola graduada na Espanha:

A escola graduada implicava mudanças profundas na distribuição e usos do espaço e do tempo escolares, na classificação e distribuição das crianças, na extensão e graduação do currículo e livros de texto, nos modos de avaliação e, em especial, na organização e gestão das escolas. Supunha uma nova cultura escolar e exigia uma mudança mental, uma mudança conceitual e de perspectiva que facilitasse a compreensão do que estava acontecendo e das possibilidades do novo sistema.

A questão da organização e uso do tempo escolar tem relações estreitas com a construção e os espaços escolares. Muitos autores defendem a indissociabilidade do tempo e do espaço, pois é pelo tempo que se prova o espaço, ou é num determinado espaço que se percebe o tempo: “a noção de tempo, da duração, nos chega através da recordação de espaços diversos ou de fixações diferentes de um mesmo espaço. De espaços materiais, visualizáveis” (VIÑAO; ESCOLANO, 2001, p. 63).

Com a implantação dos grupos escolares, houve também uma reordenação do tempo, ou seja, a implementação de um “novo” tempo, assim como um “novo” espaço:

Num meio no qual a escola até então era uma instituição que se adaptava à vida das pessoas – daí as escolas isoladas insistirem em ter seus espaços e horários próprios organizados de acordo com a conveniência da professora, dos alunos e levando em conta os costumes locais –, era preciso mais do que produzir e legitimar um novo espaço para a educação. Era preciso também que novas referências de tempos e novos ritmos fossem construídos e legitimados. (VIDAL; FARIA FILHO, 2005, p. 54).

Em Curitiba, essa reorganização da Instrução Pública primária, com a reunião de escolas em grupos ou semigrupos, a divisão dos alunos por séries, teve destaque no relatório de César Prieto Martinez, em 1920, sobre o regime dos grupos escolares.

Logo que os grupos passaram a um regimen de inteira independencia, bem diferente foi a feição que tomaram. Estão todos ahi, salvo raras excepções, a patentear os beneficios que auferiram e que seria longo ennumerar.

De accordo com a orientação adoptada, taes estabelecimentos passaram a funcionar com mais regularidade, distribuindo melhor o tempo, organisando com mais critério suas classes e entregando-as aos professores de accordo com as exigências pedagógicas. Usufruíram essas vantagens todos os grupos da Capital, os de Paranaguá, Campo Largo, Lapa e Rio Negro (MARTINEZ, 1920, p. 14-15).

A partir do momento que os grupos escolares começaram a ser tratados de forma separada em relação às escolas isoladas, pois até então todas as escolas tinham uma mesma diretriz, salvo algumas excepções, como destaca Prieto Martinez, houve melhorias no próprio funcionamento e organização dos estabelecimentos. Entre os pontos ressaltados no relatório, destaca-se a melhor distribuição do tempo adquirida com a independência dos grupos escolares frente às outras escolas. No entanto, a individualização no tratamento dos grupos escolares pode ser entendida também como uma forma de controle mais efetivo desse modelo escolar.

Do ano de 1917, localizou-se uma solicitação de aprovação de uma proposta de horário para as escolas curitibanas – supostamente para o grupo escolar modelo, pois seu autor era o diretor desse estabelecimento de ensino – levando-se em conta as necessidades pedagógicas e do meio curitibano (do ponto de vista climático). Infelizmente, não se encontrou anexado, como foi mencionado no ofício endereçado ao Secretario do Interior Justiça e Instrução Pública, a proposta de horário, mas pode-se identificar por meio desse as proposições que se faziam presentes ao montar um horário escolar “no intuito de satisfazer o mais sublime apanágio dos modernos cursos de instrucção primaria”:

1º Porque sendo um só periodo, alumno nem um poderá faltar depois de responder á chamada;

2º Pedagogicamente este é o melhor periodo, porque a acuidade cerebral attinge o maximo de percepção e atenção;

3º Prejuizo não ha visto como é o mesmo numero de horas de aula;

4º Alumno nem um terá outra preocupação alem da dos misteres escolares;

5º Pelo inverno os alumnos não soffrerão os rigores da estação e o horario continuará inalterável;

6º Os alumnos que moram a grandes distancias não lutarão com difficuldades para chegar á hora precisa;

7º O tenro organismo infantil não soffrerá as más consequencias de uma alimentação feitas ás pressas;

Assim sendo, depois de bem ponderados estes sete paragraphos, reitero a solicitação da aprovação (SIGWALT, 1917, s.p.).

A possível adaptação do horário escolar foi contemplada pelo Código de Ensino do mesmo ano, no artigo 56, parágrafo 3.º, como se verifica a seguir:

Art. 55 - É dividido em quatro series graduaes o ensino primário completo, cujo programma será organizado de accordo com as conclusões mais adiantadas da Pedagogia e com as necessidades do meio paranaense.

(...) Art. 56 - Na organização dos horários observar-se-ão os seguintes preceitos:

1º Os trabalhos escolares serão, em regra, divididos em duas secções, havendo entre ambas uma hora destinada ao almoço e repouso dos professores e alumnos.

2º Em regra, a primeira secção funcçionará das 9 ás 11 horas e meia e a segunda das 12 e meia às 14 e meia, inclusive 35 minutos de recreio para cada secção.

3º Conforme as condições particulares do meio social e do clima do logar onde a escola funcçionar, poderá o Conselho Superior, por proposta do Conselho Local, estabelecer horário de excepção.

Art. 57 - Cada grupo escolar, poderá a juízo do governo, funcçionar em dous períodos: - de 8 ás 12 e de 12 ½ horas ás 16 ½.

Art. 58 - Serão especiaes a distribuição do tempo e os programmas das escolas ruraes e das ambulantes, attenta a natureza dessas escolas (p. 25-26).

Entre as argumentações postas por Sigwalt (1917) para a defesa da mudança do horário para outro mais concernente à realidade das crianças (a distância de suas casas até a escola, menor sofrimento na estação mais fria do ano, não prejudicaria o horário da alimentação) e da escola (melhor aproveitamento do aluno, maior controle da frequência escolar, alunos destinados exclusivamente ao trabalho escolar), destacam-se as relativas à alimentação (7.º) e ao maior aproveitamento do aluno (2.º).

A alimentação apareceu como uma preocupação dos médicos higienistas desde o século XIX, preocupações estas referentes à nutrição eficaz da criança, aleitamento materno e, num plano mais voltado à escola, a introdução no cotidiano das crianças de uma rotina alimentar.

Gondra (2004), ao discorrer sobre o modelo adotado pela medicina ao se referir aos problemas educacionais, encontrado em três teses da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, que, no entender do autor, representa uma espécie de “organizador do discurso médico no que diz respeito às representações acerca da educação” (GONDRA, 2004, p. 161), destaca como um de seus itens a Ingesta. A presença da alimentação no discurso médico se justifica por ser “variável em virtude de climas, riqueza e civilização dos povos” e, portanto “configurar-se como um aspecto obrigatório na agenda dos higienistas, e para a qual o médico não poderia

ficar indiferente, já que se encontrava intrinsecamente vinculado à questão da saúde pública, principalmente no caso do município da Corte” (GONDRA, 2004, p. 191).

O primeiro elemento destacado por Gondra sobre a Ingesta, foi o da rotina alimentar, a qual estabelecia horários próprios para as refeições. Embora tenha algumas décadas de distância entre o período privilegiado pelo autor e o da presente dissertação, pode-se evidenciar a presença da alimentação nas preocupações quanto à higiene escolar e, no caso do sétimo item da proposta de modificação do horário escolar, teria não só o horário específico para essa atividade, como também um aumento na duração da alimentação do escolar.

Quanto ao item segundo, referente ao horário de maior aproveitamento dos ensinamentos, corresponderia ao período em que maior atenção teria a criança. Ao mesmo tempo em que esse fator era dimensionado pelos higienistas, era também valorizada a duração máxima dessa atenção. Por isso, a profusão de debates sobre a estafa mental ou surmenage com a organização do horário escolar.

Não se sabe se estas determinações foram aprovadas pela Secretaria do Interior, Justiça e Instrução Pública, mas são válidas para compreender o discurso referente ao tempo escolar. Uma indicação da não aprovação dessa solicitação pode ser retirada de outro ofício, do mesmo ano, do Inspetor Escolar João de Sousa Ferreira – respondendo a pedidos dos professores das escolas, o qual propõe a alteração do horário do Grupo Escolar Pedrosa e da Escola Mista da Fazendinha para 8h às 12h30. O Inspetor Escolar teve seu pedido negado com a justificativa de contrariar o Código de Ensino de 1917, embora estivesse presente nesse documento a possibilidade de modificação, como já apresentado.

Nesse Código de Ensino fica evidente a preocupação com a necessidade de intervalos entre atividades intelectuais para o descanso da mente e o tempo destinado a cada atividade escolar, aparecendo esses dispositivos de forma bem definida no decorrer do documento.

Destacam-se ainda os intervalos para o almoço e descanso dos professores e alunos e para o recreio. Estes tinham determinações advindas dos preceitos higiênicos, tendo em vista que o cronograma era formado não apenas por questões de organização, como também pensando na saúde mental e física do aluno e do professor.

Como observado no Código de Ensino tanto de 1915 como de 1917, eram propostas duas seções, sendo a primeira das 9h às 11h30 e a segunda seção das 12h30 às 14h30. Não constam observações sobre a diferença nos horários, pois a primeira seção contempla duas horas e meia de atividades escolares e a segunda apenas duas horas de atividades. O período de recreio era o mesmo para ambas as seções. Já em 1920 foi adotada em todo o Estado uma seção única, do 12h às 16h30, podendo ser adaptada para o horário das 8h às 12h, quando houver conveniência (MARTINEZ, 1920, p. 14). No quadro horário do programa de ensino de 1921, manteve-se o horário das 12h às 16h30 (INSPETORIA GERAL DE ENSINO, 1921, anexo). No ano de 1932, o horário escolar voltou a ser apresentado em duas seções: período da manhã das 8h às 12h e período da tarde, das 12h30 às 16h30 (DIRETORIA GERAL DA INSTRUÇÃO PÚBLICA, 1932, anexo).

Como se pode perceber, a higiene apareceu como integrante do currículo escolar de diversas formas. Muitas vezes não conformada enquanto disciplina escolar, mas incorporada nas questões de disciplinarização e conformação mediante espaços e tempos escolares, como um meio de inculcar novos hábitos e costumes à classe escolar. Aqui cabe o entendimento de Marta Carvalho (1997), quando compreende a higienização como um modo de disciplina, no sentido de comportamento, ordem, obediência, sendo que disciplinar não representaria mais a prevenção ou correção, mas teria a função de “moldar”.

## 2.2 A HIGIENE COMO LUGAR DA EDUCAÇÃO DO CORPO

A Higiene configurada como parte do programa escolar apresentava em seus conteúdos, saberes que incidiam diretamente na educação do corpo do escolar, fazendo parte de um grupo de disciplinas com o mesmo objetivo, tais como: Trabalhos Manuais, Prendas Domésticas, Ginástica, Exercícios Militares e Canto Orfeônico. Entretanto, os saberes da higiene apareceram também associados a algumas dessas e outras disciplinas<sup>38</sup>.

Ao longo da história têm sido várias as formas de se educar o corpo, como várias também têm sido as razões para isso. Esse fenômeno vem associado a

---

<sup>38</sup> Como foi associada nos regulamentos de ensino de 1901 à História Natural e elementos de agronomia (para a Escola Normal) e de 1915 à Educação Moral.

transformações na cultura<sup>39</sup> da sociedade brasileira, ou como aponta Taborda de Oliveira: “os investimentos sobre a escolarização dos corpos infantis são fruto do próprio processo de organização social que se tornou cada vez mais complexo” (TABORDA DE OLIVEIRA, 2005, s.p.).

Sem dúvida, uma das mais instigantes e, ao mesmo tempo, desafiadoras investigações históricas é aquela que se baseia na educação do corpo como objeto de pesquisa. Isso porque, concordando com Taborda de Oliveira e Vaz (2004, p. 17):

As práticas corporais são fugidias, difíceis de serem registradas e apreendidas, impossíveis de se reduzir a quaisquer formas discursivas que não sejam as próprias práticas no seu momento de efetivação. Portanto, tentar compreender a corporalidade na história da escolarização é uma empreitada difícil, arriscada e, talvez por isso mesmo, desafiadora e fascinante.

De acordo com a afirmação de Taborda de Oliveira e Vaz (2004), são possíveis apenas aproximações da escola, tendo em vista as medidas utilizadas pela higiene para a educação do corpo do aluno, com o intuito de formá-lo para as pretensões de uma sociedade saudável e higienizada. As formas de se chegar à inculcação de novos hábitos e costumes podem, por vezes, ser identificadas pelos discursos dos relatórios de Instrução Pública e Saúde Pública do Estado, bem como pelas teses apresentadas nos congressos ligados à educação e à higiene.

Em nome da higiene cabia a função de educar o corpo e conscientizar os alunos quanto aos cuidados necessários para a prevenção de doenças, tornando-os “sujeitos ocupados com sua higiene e sua saúde, seja pela ruptura face aos hábitos perniciosos herdados da família, seja pela conservação de práticas salutaras, acrescidas de novas formas de ser e de pensar, esboçadas pelos médicos a partir da ciência e dos ideais de civilização e urbanidade” (STEPHANOU, 2005, p. 150).

A intenção era romper com os costumes ditos impróprios, vindos de casa. Ou seja: que a criança levasse os bons hábitos para o convívio de seus familiares.

---

<sup>39</sup> A noção de cultura pode trazer inúmeros entendimentos possíveis, embora a compreensão deles deva acompanhar certos cuidados. Vale o destaque que Thompson (1998, p. 22) faz ao trabalhar com essa noção: “mesmo assim, não podemos esquecer que ‘cultura’ é um termo emaranhado, que, ao reunir tantas atividades e atributos em um só feixe, pode na verdade confundir, ou ocultar distinções que precisam ser feitas. Será necessário desfazer o feixe e examinar com mais cuidado os seus componentes: ritos, modos simbólicos, os atributos culturais da hegemonia, a transmissão do costume de geração para geração e o desenvolvimento do costume sob formas historicamente específicas das relações sociais e de trabalho”.

Todavia, por que não ensinar diretamente a família? Acreditava-se que era mais difícil ensinar novos hábitos de vida aos adultos “quando os seus costumes actuaes não lhes parecem ter sido prejudiciaes ao bem estar” (p. 250), dizia o Dr. John H. Janney, da comissão Rockefeller e conferencista do I CBH. Dessa forma, o investimento deveria se dar sobre as crianças: “A geração com que vamos lidar no futuro é a que frequenta hoje as escolas. É somente pela instrução administrada ás creanças que poderemos alcançar o nosso objectivo nos annos vindouros. O primeiro passo a ser dado, é proporcionar á creança a vida hygienica na qual ella possa adquirir sua educação” (JANNEY, 1923, p. 250).

Essa aquisição da higiene mediante a educação abriria espaço para a inserção da medicina no ambiente escolar, como já visto anteriormente, percebendo a escola primária como principal foco de ação:

Como lugar de reunião de um grande contingente de pessoas, a escola primária também foi vista como alvo das políticas sanitárias, no âmbito das quais a vigilância em relação à instituição escolar e aos escolares representou a possibilidade de deter os surtos epidêmicos e, ao mesmo tempo, de controlar as condutas das crianças e suas famílias, procurando substituir os seus modos de viver e se comportar por hábitos higiênicos, considerados como indícios de civilização (ROCHA, 2005, s. p.).

Era ressaltada a importância da presença dos médicos nas escolas para que se prevenisse a proliferação de epidemias e moléstias, pois caso a escola sofresse um surto de alguma doença, ocasionaria até o fechamento do estabelecimento por um período indeterminado, como aconteceu no ano de 1917, quando se encerraram as atividades das escolas simples, jardins de infância e grupos escolares da capital no mês de outubro por medidas higiênicas, devido ao “má estado sanitario da cidade” (SILVA, 1917, p. 178)<sup>40</sup>.

Como o fechamento dos estabelecimentos de ensino viria contra o anseio do governo de se educar o maior número de crianças, esforço revelado nas palavras do Diretor Geral de Instrução Pública, Francisco Ribeiro de Azevedo Macedo: “pondo ao seu [da criança] alcance uma escola gratuita, e até supprimindo a creança pobre de todos os recursos para que nada a impeça de aprender” (MACEDO, 1914, p. 15),

---

<sup>40</sup> Esse mal estado sanitário foi causado, acredita-se, pela febre tifóide. Segundo Bertucci (2004), foram enviados à Curitiba os médicos Theodoro Bayma e Bruno Rangel Pestana, “melhores entendedores do assunto”, nas palavras de Arthur Neiva, para auxiliar no tratamento da doença (p. 89-90).

o governo buscava o apoio de médicos e inspetores de ensino para auxiliá-lo a manter as escolas em funcionamento. Havia, é claro, muitos outros motivos por trás disso. A presença do médico na escola auxiliaria o controle das instalações físicas, contribuiria com o professor na acentuação dos valores higiênicos e morais e a proximidade da figura do médico para as crianças.

Uma das organizações responsáveis pela disseminação dos preceitos de higiene pelas escolas era representada pela Organização Sanitária Escolar do Estado do Paraná. Esta foi assunto na revista *O Ensino*, já apresentada no capítulo anterior. Nela, havia participações de intelectuais ligados à educação e à saúde, como o Dr. J. P. Fontenelle, do Departamento Nacional de Saúde Pública:

Cada dia que se passa mais aumenta a impressão da importancia do problema da saude na escola. E' facto já bem verificado que a correcção dos defeitos corporaes (anormalidades da visão e da audição, vegetações adenoideas, hypertrophia das amygdalas, carie dentaria, etc.) e a cura de certas doenças, como a opilação, por exemplo, permitem a aceleração do crescimento e augmentam o aproveitamento escolar, de modo que o diagnostico e o tratamento desses defeitos e doenças são de alto valor, produzindo effeito tanto mais benefico quanto mais cedo se faz esse trabalho. Por outro lado, está perfeitamente reconhecido o grande valor do ensino das noções elementares de hygiene e a indispensavel necessidade da criação de bons habitos de vida, o mais cedo, possível, esforço esse que póde e deve ser tentado desde a escola, e até, em certos casos, na idade pre-escolar (FONTENELLE, 1924, p. 141).

À higiene era atribuída a responsabilidade de um maior aproveitamento e frequência escolar, conseqüência, segundo as idéias veiculadas por Fontenelle, do aluno adquirir conhecimentos dos cuidados a serem adotados em relação à sua própria saúde, principalmente no que tange a prevenção das doenças, ou, em outros casos, no tratamento delas. Nesse caso, tanto o aluno quanto o professor ganhariam com isso. A educação do corpo, aqui representada pela higiene, fazia-se fundamental para o desenvolvimento da escola, tendo em vista que era à higiene conferida a condição para um bom funcionamento da escola.

As doenças, principalmente as enfermidades dos órgãos dos sentidos, eram os conteúdos mais frequentes para o ensino nas escolas primárias do Estado, embora os programas da disciplina Higiene apresentassem, no rol de conteúdos atribuídos a ela, uma variedade maior de saberes.

A educação higiênica e sanitária passaria também a fazer parte das tarefas que as professoras primárias deveriam cumprir, mas o projeto de disciplinarização

por meio dos preceitos higiênicos, nunca deixou de ser de domínio dos médicos, embora extrapolasse sua dimensão. Estes eram responsáveis por lecionar cursos aos professores, passar os conteúdos referentes à saúde dos escolares, a ensiná-los a evitar e combater as doenças, de forma a torná-los “colaboradores eficientes na formação da consciência sanitária” (MACEDO, 1932, s.p.).

Já no ano de 1909, em decorrência da participação de Miguel Santiago no IV Congresso Médico Latino Americano, era defendida, entre as funções do médico inspetor, a realização de curso de higiene elementar, que contaria “com assistência obrigatória do professor, em cujo curso [o médico inspetor] demonstrará de um modo mais simples possível as vantagens da hygiene individual” (SANTIAGO, 1909, p. 204).

O periódico Archivos Paranaenses de Medicina, de 1920, apresentou a programação do Curso de Hygiene Elementar que ocorreu naquele ano, listando a relação de conteúdos abordados.

Terminaram a 20 deste mez as conferencias theoricas e as demonstrações praticas do Curso de Hygiene Elementar, instituido pelo Serviço de Prophylaxia Rural, a pedido do Governo do Estado, para os professores publicos.

As prelecções realizadas até aquella data versaram sobre os seguintes pontos do programma já publicado: 2 (Microorganismos pathogenicos); 3 (Doenças contagiosas em geral); 5 (Verminoses); 13 (Impaludismo, doença de Carlos Chagas e Leishmaniose) e 16 (Morphina, cocaína, alcool e alcoolismo).

(...)

As sabbatinas foram assistidas pelo Inspector Geral do Ensino, Director do Gymnasio e Escola Normal, varios lentes desses estabelecimentos de ensino, inspectores escolares, representantes da imprensa e numerosas pessoas gradas (ARCHIVOS PARANAENSES DE MEDICINA, 1920, p. 240).

A relação de conteúdos lecionados nos cursos de formação de professores para o ensino da higiene, solicitado pelo governo do Estado, indica que os professores deveriam ter conhecimentos quanto às doenças e males que poderiam afetar seus alunos e, conseqüentemente, seus tratamentos e cuidados. É interessante observar no documento anterior, entre os demais conteúdos – todos relacionados às doenças – o tópico 16, que aponta a presença de elementos que poderiam gerar vícios e que, nesse documento especificamente, são tratados como doença. Além de se caracterizar como um caso de saúde pública, a presença desse tópico aponta para a associação da higiene com a cruzada moralizadora que tinha, principalmente na higiene escolar, importante sustentação.

No ano seguinte, eram ofertadas também palestras na ocasião da reunião de diretores dos grupos do interior e da capital promovida pela IGE, ofertando três palestras do Inspetor Geral de Ensino, César Martinez, que expôs seu entendimento sobre os grupos escolares: “sua direção e organização; cuidados relativos á disciplina escolar, conservação do mobiliario e do edificio, hygiene do estabelecimento, regimen de trabalho, etc. Falei sobre a estabilidade dos methodos, amplitude dos programmas, escolha de livros, preparo das lições e entusiasmo pelo ensino, base de todo successo” (MARTINEZ, 1921, p. 26); conteúdos elencados pelo Inspetor Geral de Ensino como prioridades para a reordenação da Instrução Pública paranaense.

Aproveitando o agrupamento dos diretores dos grupos escolares do Estado, Mario Gomes, inspetor médico-escolar fez uma palestra “sobre hygiene em geral, cuidados com as mãos e os olhos, molestias da pelle e do couro cabelludo, curativos urgentes, medidas a empregar para se conseguir o desejado asseio nas escolas” (MARTINEZ, 1921, p. 26-27). Novamente a ênfase foi dada às doenças, mas não descuidando das instruções sobre a hygiene pessoal do aluno e do espaço da escola.

Outro espaço de disseminação dos conteúdos para os professores seriam as conferências e congressos, já analisados no primeiro capítulo, que tinham participação dos professores e diretores das escolas. Na I CNE, foram expostas, em uma das teses, orientações para a educação das crianças em seus aspectos físicos:

Então aconselhamos à criança que se eduque fisicamente, que exercite o seu corpo na ginástica, principalmente a sueca; que tenha asseio, sobriedade, método, que não se envenene com narcóticos; que não frequente lugares libidinosos; que ame a pureza, a sociabilidade, a economia; porque só assim ela poderá vir a ser um homem verdadeiramente culto, verdadeiramente digno das funções a que é chamado na sociedade (XAVIER, 1997, p. 69)<sup>41</sup>.

A importância das práticas corporais nas escolas foi discutida por vários órgãos relacionados à educação, saúde e serviço militar, todos acentuando os

---

<sup>41</sup> A ginástica sueca, sistematizada no início do século XIX na Suécia, compreendia um método de ginástica pautado na ciência, com fins pedagógicos e sociais. “Voltado para extirpar os vícios da sociedade, entre os quais o alcoolismo, o método sueco de ginástica se colocava como o instrumento capaz de criar indivíduos fortes, saudáveis e livres de vícios, porque preocupados com a saúde física e moral” (SOARES, 2001, p. 57). Esse método teve ampla aceitação no Brasil, sendo defendido por Rui Barbosa e Fernando de Azevedo. Para o Paraná, era assim justificada: “que pela sua technica realisa a pratica solução do maximo resultado com o mínimo esforço” (SANTIAGO, 1909, p. 203).

benefícios dessas práticas para os escolares. Em seus argumentos, defendia-se a importância da prática de exercícios físicos sob o ponto de vista da higiene escolar. No trecho exposto percebe-se a aproximação da ginástica, como meio para exercitar o corpo da criança, com a busca pela formação de atitudes pertinentes à saúde, à moral e à sensibilidade do aluno pelo corpo, procurando manter a criança longe de vícios.

A associação da higiene com a moral merece atenção visto que muitas das condutas defendidas pelos higienistas e educadores abarcavam questões morais. Se a criança respondesse aos preceitos higiênicos, estaria satisfazendo também os preceitos morais. A ênfase no físico estava inserida num projeto maior: de moralização dos costumes.

Outra forma de inserção da higiene nas escolas foi mediante os “pelotões de saúde”, que funcionaram também em Curitiba. No entanto, não foram encontrados registros sobre suas ações nos acervos pesquisados. Apenas em relatório enviado ao presidente da república Getúlio Vargas em 1939, mas referente ao período entre 1932 a 1939, há destaque sobre a ação deles: “os pelotões de saúde vêm trabalhando pela difusão dos preceitos higiênicos, que são a defesa da saúde” (RIBAS, 1932-1939, p. 56).

Os Pelotões de Saúde compreendiam um projeto nacional de difusão dos preceitos de higiene e saúde para as escolas, principalmente, por se tratarem de participantes em idade escolar. Carlos Sá<sup>42</sup>, divulgador da idéia no Brasil, se baseava em experiências da América do Norte e Europa. A relação de conhecimentos (“regras”) que se defendiam para os “pelotões de saúde” foram apresentados no III CBH:

- 1º) Hoje escovei os dentes.
- 2º) Hoje tomei banho.
- 3º) Hoje fui á latrina e depois lavei as mãos com sabão.
- 4º) Hontem me deitei cedo e dormi com janellas abertas.
- 5º) De hontem para hoje já bebi mais de 4 copos d’água.
- 6º) Hontem comi ervas ou frutas, e bebi leite.
- 7º) Hontem mastiguei devagar tudo quanto comi.
- 8º) Hontem e hoje andei sempre limpo.
- 9º) Hontem e hoje **não** [sem grifo no original] tive medo.
- 10º) Hontem e hoje **não** [sem grifo no original] menti (SÁ, 1929, p. 815-816).

---

<sup>42</sup> O Dr. Carlos Sá exercia, no período da conferência, o cargo de Inspetor Sanitário do Departamento Nacional de Saúde Pública.

Analisando as regras veiculadas para o uso dos pelotões de saúde nas escolas brasileiras, se questiona os motivos possíveis para a presença dos itens 9º e 10º. Que relações o medo e o ato de mentir teriam com o corpo? O mentir pode ser explicado pelo fato de atribuir relações diretas com a moral. A oposição da verdade implicaria no não cumprimento das regras de bons costumes, dissipadas por intelectuais com o intento de formar homens cultos e dignos, acompanhando as palavras de Xavier (1997).

Motivo próximo a esse pode ser conferido ao ato de sentir medo. Este sentimento, inicialmente de cunho psicológico, se manifesta corporalmente na criança, causando-lhe desconforto e insegurança. A lição dos pelotões de saúde seria na direção da formação da criança para ser destemida, e, vendo as lições com uniformidade, de não ter medo de dizer a verdade. Essas experiências, muito próprias das crianças, passaram a ser conteúdos escolares, por meio da educação dos sentidos e da educação do corpo.

O autor justifica a forma de exposição desses conteúdos no rol dos preceitos do Pelotão de Saúde: “para criação dos hábitos mentais, contra o medo e contra a mentira, recorri à forma negativa de enunciar o preceito, o que era condenado por Emmet Holt<sup>43</sup> quando preconizava que o ensino deve ser sempre positivo e nunca negativo. Confesso que não descobri meio de adoptar, no caso, a afirmação em vez da negativa; pareceu-me esta mais precisa e mais clara” (SÁ, 1929, p. 815).

Carneiro Leão (1929) anuncia mais detalhadamente como se dava a organização dos Pelotões. Segundo ele, seriam escolhidas 15 crianças da mesma idade, sexo, com boas condições físicas e pertencentes aos terceiro e quarto anos do ensino primário. Cada criança recebia mensalmente uma ficha e no ato da inscrição o cartão de alistamento. Receberiam ainda: “1 bacia de rosto (onde não haja lavatórios suficientes); 1 sabonete; 1 toalha de rosto; 1 copo; 1 balde; 1 escova de dentes; 1 escova de unhas; 1 bisnaga de dentifício; 1 pente; 1 avental” (CARNEIRO LEÃO, 1929, p. 874).

Portanto, além de divulgar os preceitos de higiene, os pelotões aparelhavam os alunos para executar tais noções. Os pelotões deveriam funcionar por quatro meses sob fiscalização da professora. Depois desse tempo, em vez de se desfazer,

---

<sup>43</sup> Referência americana do qual se pautava Carlos Sá para a enunciação dos preceitos do Pelotão de Saúde.

eles ganhavam autonomia para continuar em seus grupos, mas agora, sem a revista diária da professora, que aconteceria apenas de 15 em 15 dias ou de mês em mês. Ao término dos quatro meses, deveria-se organizar um segundo pelotão e assim sucessivamente, cada vez mais contemplando um número maior de crianças.

Os saberes listados por Carlos Sá (1929) deveriam ser repetidos pelos professores e alunos diariamente, como uma forma de memorização dos hábitos saudáveis que deveriam ser seguidos. A higiene deveria estar presente em todos os momentos no ambiente escolar e em todas as oportunidades postas pelos alunos seus preceitos deveriam ser reforçados.

Todos os aspectos negativos apresentados pelos alunos em sala de aula deveriam ser utilizados pelos professores para versar sobre os preceitos higiênicos. A afirmação da saúde em oposição à doença, posta por Xavier (1997) em sua tese na I CNE, apresentada anteriormente, tornou-se como um marco da disseminação das idéias médicas: “a degeneração poderia ser contornada. A enfermidade dos corpos e da sociedade cederia lugar à saúde e à vida” (STEPHANOU, 2005, p. 148). Outro fator destacado na fala de Xavier (1997) é a função dos professores frente aos problemas de falta de higiene. O professor tornava-se “um aliado imprescindível para levar a cabo a cruzada higienizadora” (MARQUES; SOUZA, 2005, s.p.).

Como já visto no tópico destinado aos espaços e tempos escolares dos grupos escolares curitibanos, a higiene deu contribuições importantes também em relação aos momentos de descanso da mente do aluno, aos intervalos entre as aulas, muitas vezes, enquanto momentos de recreio, na figura dos exercícios físicos e/ou o canto ou ainda estes sendo realizados no tempo destinado ao recreio dos alunos. Essas questões faziam parte da teoria da “higiene mental”<sup>44</sup>, defendida por médicos higienistas, que se baseavam na fadiga mental que poderia ser ocasionada por muitas horas de estudos consecutivos.

A própria defesa da introdução de exercícios físicos, ginástica e recreio nas escolas vinha, muitas vezes, apoiada nos preceitos higiênicos:

Sob o primeiro ponto de vista [higiene escolar sob o aspecto do aluno] a sciencia moderna aconselha, nas escolas, a introducção dos exercicios phisicos, sob a

---

<sup>44</sup> A higiene mental compreendia a prevenção e a correção: “ela estuda o desenvolvimento e formação de hábitos na primeira e segunda infância, acompanha o escolar no período da escola primária, assiste ao desabrochar da adolescência, prepara o jovem ser para a perfeita adaptação à vida adulta” (RAMOS *apud* MARQUES, 1994, p. 132).

forma de gymnastica escolar, moderada e systematica, naturalmente de accordo com as condições orgânicas de cada alumno.

Para isso e tambem para evitar a fadiga intellectual, produzida por um excesso de atenção, convem muito o estabelecimento dos recreios alternados, proporcionalmente, ás horas de estudos, de forma a se obter uma justa compensação ao esforço dispensado pela creança, em beneficio de sua saude e do seu desenvolvimento physico (XAVIER, p. 17, 1909).

Faria Filho (2000, p. 70) destaca essa questão no cenário belo-horizontino: “cumpre lembrar, também, a importância atribuída ao canto e aos exercícios físicos, que, de acordo com as teorias higienistas apropriadas pelo pensamento pedagógico, são ‘momentos’ (tempos) de descanso, de repouso da mente”. Ainda em Belo Horizonte, Vago (2002, p. 235) ressalta a importância dessas práticas entre as outras atividades escolares: “A idéia de intercambiar os ‘Exercícios Physicos’ e o Canto às demais disciplinas expõe uma preocupação de caráter higiênico, revelada na pretensão de proporcionar às crianças um descanso (relaxamento) dos trabalhos considerados intelectuais, realizados nas outras cadeiras, em sala de aula”.

Os exercícios físicos, vistos sob o ponto de vista higiênico, contribuiriam para a aquisição de corpos sadios, como visto em Belo Horizonte por Tarcísio M. Vago. Os exercícios físicos se fixariam nas escolas devido à “crença em suas possibilidades de transformar os corpos das crianças, representados como raquíticos, débeis e fracos, em desejados corpos sadios, belos, robustos e fortes”<sup>45</sup> (VAGO, 2002, p. 219). Além da correção, pretendia-se a constituição de novos corpos.

A Educação Física representaria, segundo Soares (2001, p. 6)<sup>46</sup> “receita e remédio para curar os homens de sua letargia, indolência, preguiça, imoralidade e, desse modo, passa a integrar o discurso médico, pedagógico...familiar”. Para Martinez (1921, p. 58), as práticas de educação do corpo incorporariam ainda:

A educação física, considerada como base da educação moral e intellectual, deve merecer os mesmos cuidados da educação do espirito, isto é, desenvolver harmonica e progressivamente a robustez e a destreza do corpo, de accôrdo com as condições anatomicas e physiologicas do educando. Si ha uma Sciencia da Educação, ella abrange a aptidão physica e estabelece leis tão rigorosas,

<sup>45</sup> Esta citação se refere à ginástica, mas, neste trabalho, optou-se por considerar os termos exercícios físicos, ginástica e educação física como sinônimos pela necessidade de padronizar uma forma de apresentação. No entanto, compreende-se a especificidade de cada um dos termos.

<sup>46</sup> Soares (2001) trabalha com o termo Educação Física para se referir às sistematizações científicas ocorridas em torno dos exercícios físicos, jogos e esportes.

postulados os mais exigentes, para que essa aptidão realize verdadeira obra de aperfeiçoamento.

Este momento da IGE representou um grande avanço na Instrução Pública. Seu diretor, César Prieto Martinez, encaminhou a reorganização do ensino no Estado do Paraná, tornando sua gestão na Inspeção Geral de Ensino singular (1920-1924). Caracterizava-se, segundo Moreno (2003), como um ferrenho reformador, permeado pelo ideal moral católico e criticado pela imprensa por suas intervenções, principalmente por ser “estrangeiro” à terra que o abrigava. Dentre as suas ações, destaca-se a eleição da higiene como sua “pedra de toque” (MARQUES; SOUZA, 2005).

Destacava a associação da educação física com a educação moral, principalmente a relação com a higiene, sendo essa associação vista como benéfica para a afirmação dos hábitos higiênicos nos alunos. Essa união era vista como positiva também na campanha educacional da ABE que se pautava no trinômio “saúde, moral e trabalho” como projeto de educação do povo (CARVALHO, 1998).

Segundo Petriche, era dever do professor primário “encarar a educação da criança sob o seu tríplice aspecto, cuidando simultaneamente do seu desenvolvimento physico, intellectual e moral. Mens sana in corpore sano [grifo do autor] e por isso considero de grande importancia a educação physica pelo auxilio que incontestavelmente presta á educação moral” (PETRICHE, 1908, p. 13). O trio que contemplaria a educação integral do homem – educação intelectual, moral e física – permanecia nas discussões de intelectuais no século XX, com o novo modelo educacional: “de uma escola de primeiras letras vai lentamente, a escola, transformando-se numa instituição responsável pela transmissão de saberes, sensibilidades, valores cada vez mais ampliados e complexos” (FARIA FILHO, 2002, p. 24).

Muitos autores apontam para a relevância da educação física entre esses aspectos. Para Taborda de Oliveira (2005, s.p.) “foi sobre a educação física que recaíram os maiores esforços e investimentos intelectuais”. O que justificaria a inclusão nas escolas da educação física, educação sanitária, o ensino da higiene e o exame médico regular: “mas para se chegar a um resultado conveniente e satisfactorio, tendo-se em vista a natureza de cada alumno, na ministração da gymnastica, bem como das outras medidas hygienicas preventivas, é imprescindivel,

em nosso meio, o estabelecimento da inspeção medica dos collegiaes, á exemplo do que se realiza com grandes vantagens e exito real em todos os centros adiantados” (XAVIER, 1909, p. 17).

Como se vê, a inspeção médica escolar era foco de discussões e reclames desde o início do século, mas apenas em 1921 foi oficialmente implementada no Estado do Paraná. A Inspeção Médico-escolar (IME) foi criada no Brasil no ano de 1889, pelo então ministro do império, conselheiro A. Ferreira Vianna, caracterizada, de acordo com Marques (1994, p. 113), como de “caráter de polícia médica em consonância com a medicina social da época”.

A IME no Paraná, conjuntamente com outras ações da reforma do ensino elaborada pela IGE, liderada por Prieto Martinez, veio para exercer um papel na Instrução Pública do Paraná há tempos reclamado pelas autoridades de ensino, visto sua necessidade para o progresso da educação. Antes da reforma, havia um controle escolar que se pautava nos preceitos higiênicos, como é o caso da “inspeção escolar” encontrada no capítulo IX do Código de Ensino de 1917:

Art. 161 – Na capital e nas cidades ou villas, onde houver inspecção de hygiene, as escolas serão visitadas pelos respectivos médicos ao menos uma vez por mez; escolas de outras localidades serão visitadas sempre que for possivel e quando necessario, conforme instrucções que a respeito expedir o Secretario do Interior, Justiça e Instrucção Publica.

§ único – Sempre que for possível será o cargo de Inspector Escolar exercido por um medico, que de modo especial procederá a inspecção da hygiene escolar (PARANÁ, 1917, p. 54).

Como se pode perceber, havia preferência por médicos para exercer o papel de inspetores escolares. A inspeção no ambiente escolar ganhou respaldo com a lei em 1921, quando da criação do serviço de “Inspeção Médico-escolar”, pela lei 2065 de 21 de março. Nesse caso, era obrigatório o cargo ser ocupado por médicos. Este serviço foi requerido, no Paraná, com o intuito de prestar “inestimaveis serviços á saúde dos alumnos e professores” (MARTINEZ, 1920, p. 24), portanto, mudando o foco dos objetivos que tinham os inspetores escolares, que se centravam mais na higiene física dos estabelecimentos de ensino. É importante enfatizar que o serviço de inspeção escolar continuou funcionando paralelamente à IME. Na revista *O Ensino* há informações sobre a sua instalação nas escolas:

a 25 de Julho foi iniciado esse importante melhoramento.

Para dirigir esse serviço foi nomeado o Dr. Mario Gomes que, antes de assumir o cargo, esteve em São Paulo e no Rio com o fim de conhecer o que a esse respeito aqueles dois grandes centros já realizaram.

Durante os 4 meses de seu funcionamento foram visitados todos os grupos escolares da capital, em numero de 11, o de Paranaguá e o de Rio Negro.

Foram inspeccionados 3960 alumnos, expedidos 422 boletins sanitarios fornecidas 336 receitas.

Dos 3960 alumnos inspeccionados, 1707 careciam de tratamento dentário.

O medico inspector fez varias visitas domiciliaries a alumnos enfermos e o laboratório pharmaceutico da Força Militar do Estado forneceu medicamentos gratuitos a todos os necessitados considerados como pobres.

O Governo já adquiriu o material preciso para poderem ser feitos os exames anthropo-pedagogicos.

A Inspeção medico-escolar funciona annexa á Inspectoria Geral do Ensino (INSPETORIA GERAL DO ENSINO, 1922a, p. 82).

Importante o investimento feito pelo Governo com a compra de materiais para a realização de exames antro-po-pedagógicos, com a função de medir o corpo da criança e assim, classificá-la. A Antropologia, que até a década de 1940 foi fortemente influenciada por um ideário de hierarquização evolucionista, trazia em sua prática a pesquisa de dados antropomórficos, tamanho, peso, tamanho do crânio, membros, entre outros, pela necessidade de tornar a sociedade hierarquizada. Pelas imagens apresentadas mais adiante de fichas utilizadas pelo serviço de IME, é de se supor que esse ideário chega às escolas paranaenses. Em 1933, foi instituído pelo Decreto 2514 e no ano seguinte sofrendo algumas modificações pelo Decreto 308, um regulamento relativo ao serviço de carteira de saúde, na qual eram apontados os resultados dos exames de capacidade física e mental do aluno. Sem dúvida esses exames se caracterizavam por uma das principais formas de educação do corpo na escola. A inserção de observações, medições e classificações na escola por médicos e professores tinham associação com a tentativa de fazer da pedagogia uma ciência, incorporando a ela então conhecimentos da antropologia, psicologia, biologia, medicina e psiquiatria, “cujas fronteiras não eram muito nítidas” (CARVALHO, 1997, p. 273).

Importante informação é a que Martinez relatou em 1924, quando fez um balanço do seu mandato, em relação à situação da Instrução Pública que encontrou quando assumiu o cargo de Inspetor Geral de Ensino. Ele afirma que o serviço de inspeção do ensino encontrava-se, em 1920, suspenso: “nas minhas visitas de inspeção constatei logo que esse serviço foi sempre imperfeito, pois que raramente

se encontravam termos de visita recentes, ou completa ausência desses registros” (MARTINEZ, 1924, p. 30). Essa constatação pode ter gerado no Inspetor de Ensino e nas autoridades de ensino a preocupação de tornar o serviço mais coeso. Assim retomou o serviço de inspeção escolar e ainda centralizou em um serviço específico o cuidado quanto à saúde dos escolares. Portanto:

O serviço de Inspeção Medico-Escolar sistemático é um dos melhoramentos de incontestável valor introduzido na instrução pública do Paraná pelo Exmo. Sr. dr. Caetano Munhoz da Rocha, digno Presidente do Estado, ensinando às gerações novas os meios de se curar de todas as endemias e de evitarem as diversas moléstias mais freqüentes em nosso país, pelo conhecimento dos preceitos médicos e higiênicos, sociais e individuais que extingam as endemias e epidemias possíveis (DIARIO DOS CAMPOS, 1926, s. p.).

Num primeiro momento da IME, foi dada ênfase no serviço de Assistência Dentária, a cargo das cirurgiãs dentistas Lucy Simas e Myriam Straube, tão valorizado para o cuidado das crianças. Isso pode ser confirmado com a implantação de Gabinetes de Assistência Dentária em alguns grupos escolares da capital. O exame dos escolares compreendia também a verificação de possíveis doenças e anormalidades, além da observação das instalações físicas dos estabelecimentos de ensino.

Já no primeiro ano de execução do serviço, os resultados foram divulgados na revista O Ensino e na forma de relatório endereçado à IGE. Quanto à análise corporal dos alunos, Mario Gomes verificou que a maioria dos alunos constituía de crianças “robustas e sadias”, mas relata também “não posso omitir a impressão desagradavel que me causaram muitos alumnos que se apresentam á escola em estado de completo desasseio, tanto do corpo como das vestes, sem falar na falta de cuidado com os cabellos, unhas, dentes e pés” (GOMES, 1921, p. 126).

Dois anos depois, o inspetor médico-escolar, em considerações transcritas no relatório de César Prieto Martinez (1923, p. 67), já aponta uma melhora nas condições de higiene de algumas instituições escolares: “Áfora os conselhos hygienicos e as numerosas receitas medicas gratuitas para varias enfermidades, observei notaveis progressos em alguns Grupos e Escolas, no que diz respeito ao asseio dos alumnos e á limpeza das salas de classe; apesar disso, muito teremos ainda de lutar pela carência de educação hygienica e simples hábitos de asseio, factores elementares da hygiene escolar”.

Com esse serviço foi possível um maior controle das instalações e ações nos grupos escolares e demais escolas, bem como do corpo do aluno, pois pela inspeção passava-se uma mensagem ao aluno de cuidados com o corpo e o espaço, intentando modificar-lhes os hábitos e costumes. Em 1924, o serviço de IME foi instalado em uma sala do Grupo Escolar Xavier da Silva, por ser esse o grupo modelo do Estado, tornando o serviço mais próximo do dia-a-dia da escola.

Quando houve a Reorganização do Serviço da IME, foi apresentada à Diretoria Geral de Ensino em 1931 a seguinte avaliação do serviço: “O Serviço da IME, subordinado à Diretoria Geral de Ensino, é uma repartição técnica inicialmente profilática e educativa. O seu principal objetivo é a educação higiénica e visa o revigoreamento da raça e a formação da consciência sanitária a partir do meio escolar” (MACEDO, 1931, s.p.). Essa fazia parte do “Plano Geral para a reorganização do Serviço de Inspeção Médico Escolar do Estado do Paraná” (MACEDO, 1931, s.p.), apresentado no dia 9 de dezembro de 1930 ao Diretor Geral de Ensino pelo Diretor da Inspeção Médico Escolar, dr. José Pereira de Macedo.

Com o tempo, o serviço de IME, que antes centrava os esforços no serviço dentário e nas temáticas relacionadas às doenças – sua cura, seus cuidados e seu combate – foi se aproximando mais ao asseio – aquilo que dizia respeito à limpeza do corpo e das vestes –, da educação higiênica e da consciência sanitária. Esse movimento não aconteceu apenas no âmbito da escola, mas no do conhecimento médico em geral.

No texto retirado do periódico Diário dos Campos, da cidade de Ponta Grossa, ainda foram mencionadas, entre as ações no âmbito estadual, as vacinações nas escolas contra a varíola e a varicela pelos dois médicos da IGE do período, dr. Carlos Mafra Pedroso e Heitor Borges de Macedo. Por esse documento ainda pode-se perceber que a intervenção dos médicos não se restringia apenas a inspecionar, mas a orientar os professores quanto à higiene escolar: “Os médicos examinaram todos os alunos das escolas públicas e grupos escolares e receitavam para aqueles que precisavam de tratamento, e deram ao professorado as instruções precisas para o conhecimento das moléstias mais comuns e a medida preventiva: o isolamento.” (DIÁRIO DOS CAMPOS, 1926, s.p.).

Portanto, mais do que inspecionar, o papel educativo do Inspetor Médico-escolar foi ressaltado como o principal dentro da escola:

Entendo que, ao lado da função fiscalizadora directa que incumbe ao Inspector medico-escolar, lhe cabe principalmente a acção educativa, especialmente junto ao professorado, pois, de seu eficaz e intelligente auxilio é que resulta o maximo de eficiencia do Serviço. Donde a preocupação que o medico-escolar deve sempre ter em chamar a atenção da professora para a necessidade do asseio, como base primordial da hygiene; para a importancia e o valor da saúde, que precisa ser conservada pela robustez, pela prophylaxia das molestias e seu tratamento desde os primeiros symptomas. Esses conselhos devem ser frequentemente repetidos aos alumnos mais adiantados e completados com noções de hygiene geral, particularmente sobre hygiene da alimentação, da bocca, da vista e noções elementares sobre os principaes symptomas das molestias infecto-contagiosas e meios de evital-as (GOMES, 1926, s. p.).

Esses seriam os conteúdos do serviço de IME, também inscritos nas fichas de acompanhamento do serviço nas escolas, além dos boletins e ofícios. Os Boletins de Inspeção (figura 1) geralmente traziam informações gerais sobre a população escolar, enquanto que a ficha antrope-pedagógica (figura 2 e 3) era resultado de uma avaliação mais minuciosa dos alunos individualmente.

**FIGURA 1 - BOLETIM DE INSPEÇÃO<sup>47</sup>**

*Modelo nº 1*  
Serviço de Inspeção medico - escolar

**Boletim de Inspeção**

Cuntyba, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 192 \_\_\_\_\_

Escola \_\_\_\_\_

Classe \_\_\_\_\_

Alumnos matriculados

" presentes \_\_\_\_\_

" examinados \_\_\_\_\_

Desasseio \_\_\_\_\_

Anemicos \_\_\_\_\_

Pediculosos \_\_\_\_\_

Escabiosos \_\_\_\_\_

Verminoticos \_\_\_\_\_

Com outras molestias e affecções \_\_\_\_\_

Carecendo tratamento dentario \_\_\_\_\_

Observações: \_\_\_\_\_

<sup>47</sup> Todas as figuras aqui apresentadas fazem parte de documentos do Memorial Lysimaco Ferreira da Costa.



**FIGURA 3 - FICHA ANTROPO-PEDAGÓGICA (VERSO)**

The image shows three identical blank forms stacked vertically, each for the year 192. Each form contains the following fields:

- ANNO DE 192
- Estatura \_\_\_\_\_ Peso \_\_\_\_\_ Ampliação thoracica \_\_\_\_\_ cent.
- Vista \_\_\_\_\_ Audição \_\_\_\_\_
- Occorrencias morbidas \_\_\_\_\_
- Desenvolvimento intellectual \_\_\_\_\_
- Observações \_\_\_\_\_
- Data \_\_\_\_\_

Pela ficha antro-po-pedagógica de posse do médico inspetor, percebe-se a riqueza dos detalhes que eram inspecionados individualmente e, assim, tendo um mapeamento do aluno ano a ano, como acontecia pelo preenchimento do verso da ficha, bem como informações sobre a origem familiar do aluno, acompanhamento das vacinações e suas medidas antropométricas. Ano a ano essas medidas eram contrastadas, tentando perceber o desenvolvimento do aluno em relação à última inspeção médico-escolar.

Ao se realizar a inspeção individual de cada aluno, buscava-se: “marcar a importância do asseio, explicar minuciosamente em que consiste, incentivar a repetição das noções, examinar acuradamente, chamando a atenção para as falhas e louvando os certos são os elementos que compõem essa prática, por meio da qual se buscava conformar os corpos e gestos infantis, produzindo comportamentos considerados civilizados” (ROCHA, 2003a, p. 49).

“Conformar corpos e gestos”, era a partir da IME que se adequavam as ações dos alunos, com seus dados se avaliava o desenvolvimento, seus pontos positivos e negativos. Aos pontos positivos, era importante o reforço do médico e da professora para que continuasse, aos pontos negativos, a necessidade de modificar para uma melhora, que deveria se apresentar na próxima seção de Inspeção Médico-escolar, com um trabalho conjunto com a professora, que inspecionava diariamente em sala de aula.

Aos alunos que apresentavam alguma moléstia ou problema qualquer que precisasse de cuidados especiais, era emitido aos pais, pelos professores, o Boletim Sanitário. Em relatório de 1926, era explicado o uso do Boletim:

Quando o alumno accusa alguma dôr, qualquer incommodo ou perturbação funcional, dirigimos nossa atenção para o ponto referido, examinando-o detidamente afim de, quando possivel, formular o dagnostico (sic) do caso. Feito ou não este, pois demanda elle em muitos casos, exames complementares, impossiveis na occasião, dirigimos ao pae ou responsavel do alumno, o chamado “boletim sanitario” no qual lançamos o diagnostico, certo ou provavel, recommendando o cuidado de levar o doente ao medico da familia para examinal-o e medical-o. Tratando-se como ás vezes succede, de molestia ou afecção contagiosa, no mesmo boletim accrescentamos uma “Nota”, na qual fica prohibido ao alumno freqüentar ás aulas até completa cura da molestia em questão, do que damos sciencia á Professora responsavel pelo cumprimento das nossas determinações (GOMES, 1926, s.p.).

Portanto, o Boletim Sanitário cumpria a função de, além das fichas individuais, guardar as informações mais gerais sobre o estado de saúde do aluno e um veículo de comunicação com os pais dos alunos e, principalmente, um veículo de formação das famílias no sentido da educação do corpo e da educação dos sentidos. Os boletins serviam também como uma forma de informar aos pais de sua negligência em relação aos filhos. Caso houvesse necessidade, seria indicado aos pais que o encaminhasse ao médico da família (figura 4), ou ao serviço de assistência dentária (figura 5).

FIGURA 4 - BOLETIM SANITÁRIO

Inspectoria Geral do Ensino  
Serviço Medico Escolar  
BOLETIM SANITARIO N. \_\_\_\_\_

Escola \_\_\_\_\_

Pelo exame feito n. \_\_\_\_\_ alumn. \_\_\_\_\_

foi verificado o seguinte: \_\_\_\_\_

Nesta data foi avisado o respectivo responsavel por intermedio do Director da Escola.

de \_\_\_\_\_ de 192 \_\_\_\_\_

O Medico-Inspector: \_\_\_\_\_

INSPECTORIA GERAL DO ENSINO  
Serviço Medico Escolar  
BOLETIM SANITARIO N. \_\_\_\_\_

Escola \_\_\_\_\_

Pelo exame feito n. \_\_\_\_\_ alumn. \_\_\_\_\_

foi verificado o seguinte: \_\_\_\_\_

A bem do seu interesse, contém que consulteis o vosso medico, para lhe ser indicado o necessario tratamento.

de \_\_\_\_\_ de 192 \_\_\_\_\_

O Medico-Inspector: \_\_\_\_\_

SERVIÇO MEDICO ESCOLAR  
A. G. & F.

FIGURA 5 - AUTORIZAÇÃO PARA ASSISTÊNCIA DENTÁRIA

Modelo nº 5

**Instrueção Publica do Paraná**  
**Serviço de Inspeção medico-escolar**

O alumn \_\_\_\_\_  
matriculado na escola \_\_\_\_\_  
precisa de assistencia dentaria.

Em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 192 \_\_\_\_\_

O Medico-Inspector \_\_\_\_\_

Auctoriso a Assistencia Dentaria Escolar a faxer o tratamento gratuito.

Assignatura do pae \_\_\_\_\_

Como já enfatizado, o serviço de assistência dentária escolar foi a primeira ação da IME, serviço esse sempre muito destacado nos relatórios de IME pelas escolas apresentarem alto índice de crianças com dentes cariados, em mau estado de higiene. O Serviço de IME trouxe, portanto, uma melhora gradual em relação à saúde dos alunos, oferecendo o atendimento imediato e, quando não fosse possível, o encaminhamento aos serviços ligados à IME, não deixando, por conseguinte, o aluno desamparado.

É importante enfatizar o papel da IME na educação dos corpos dos escolares, tornando-os, por meio do acompanhamento de suas medidas e condições de saúde, conscientes de sua situação e, com isso, tendo instrumentos para as ações necessárias. Esse serviço, sem dúvida, contribuiu para imprimir nos alunos os hábitos e comportamentos saudáveis, reforçando, portanto, as noções lecionadas na disciplina escolar Higiene, conteúdo do próximo capítulo.

### 3 ESCOLA, CURRÍCULO, HIGIENE

O ensino de hygiene não visa mesmo um conhecimento amplo, só proprio dum curso superior; o seu verdadeiro objectivo é determinar o que é util e o que é prejudicial á saude do individuo.

Meneleu Torres<sup>48</sup>

Tendo em vista que os conhecimentos de higiene já se faziam presentes nos grupos escolares curitibanos desde a formulação de projetos de construções de prédios escolares ou adaptações de prédios já existentes para seu funcionamento e durante toda a escolarização – de diferentes formas, algumas delas apontadas nos capítulos anteriores – torna-se fundamental neste momento mostrar a sua conformação como disciplina escolar.

Para isso, é importante perceber de que formas a disciplina foi apresentada durante o transcorrer do percurso, tendo em vista o *Programma do Grupo Escolar Modelo e similares* de 1917 e o *Programma de Ensino para os grupos escolares do Estado*, datado de 1921. Antes disso, como já apontado anteriormente, a higiene já apareceu em documentos como programas, relatórios, regulamentos, regimentos, leis e códigos de ensino, não na forma de uma disciplina escolar específica, mas inserida em outras disciplinas escolares.

Contudo, torna-se relevante respeitar os alertas feitos por historiadores sobre o uso da legislação como fonte de pesquisa:

Produzir a legislação como *corpus* documental significa enfocá-la em suas várias dimensões. Isso permitiria um triplo movimento: inicialmente, uma crítica às concepções mecanicistas da legislação, que, grosso modo, a entende (sic) como campo de expressão e imposição, única e exclusivamente, dos interesses das classes dominantes; em seguida, creio que permitiria surpreender a legislação naquilo que, me parece, ela tem de mais fascinante: a sua dinamicidade; e, finalmente, abriria mais uma possibilidade de interrelacionar, no campo educativo, várias dimensões do fazer pedagógico, às quais, atravessadas pela legislação, vão desde a política educacional até as práticas da sala de aula (FARIA FILHO, 1998, p. 98-99).

Entretanto, é importante destacar que a legislação não deve ser a única fonte consultada para o fazer historiográfico. Faz-se necessário um intenso trabalho

---

<sup>48</sup> Texto publicado pelo diretor da Escola Normal de Ponta Grossa, intitulado *Ensino da Hygiene na escola primaria* em O Ensino, no ano de 1924.

de cruzamento de fontes, até porque a pesquisa que apenas centra-se em determinações advindas de fora da escola não satisfaz. Quem dá destaque a esse fator é Taborda de Oliveira (2002, p. 58):

De forma bastante fecunda os estudiosos da história das disciplinas escolares têm mostrado o quão infrutífera é uma análise baseada somente nas determinações que a escola sofre de fora para dentro. A escola tem sido cada vez mais reconhecida como um espaço de contradição, capaz de produzir práticas singulares a partir da experiência dos seus agentes, o que não confirma a tese de possíveis transposições mecânicas para o seu interior. Ou seja, esses estudos têm enfatizado que a instituição escolar não existe em abstrato; cada escola, uma realidade; cada realidade, diversas formas de conceber os embates e conflitos reais. A escola produz uma cultura muito própria, filtrando as determinações extra-escolares ou assimilando-as conforme suas necessidades e conveniências.

Ao analisar as prescrições legais sobre a disposição do tempo e das atividades escolares nas escolas da Espanha, Viñao (1998, p. 32) alerta para um duplo interesse emitido nesse tipo de documento: “por un lado, representan la voluntad política y, en este sentido, expresan lo que en un determinado momento se pretende y prescribe. Reflejan una decisión final, tras un proceso complejo, frente a otras decisiones posibles, así como la pretensión de sujetar la realidad a la misma. A la vez, sin embargo, la norma recoge y legaliza prácticas anteriores”.<sup>49</sup>

É importante perceber esse duplo propósito que a legislação abarca. A prescrição dos programas de ensino sofria influências várias, expressamente localizadas em seu contexto, ou seja, os programas de ensino aqui analisados se constituem como frutos das questões discutidas naqueles determinados momentos: as discussões das autoridades de ensino acabavam aparecendo sistematizadas na forma de programa de ensino.

Tem-se consciência que para o estudo de uma disciplina escolar, não se faz suficiente a análise de seu programa de ensino. Isso porque, como bem destaca Goodson (1995a, p. 99), o currículo prescrito pode ser ou não seguido: “significa, sin embargo, afirmar que el currículum escrito establece la mayoría de las veces

---

<sup>49</sup> Por um lado, representam a vontade política e, neste sentido, expressam o que em um determinado momento se pretende e se prescreve. Refletem uma decisão final, depois de um processo complexo, frente a outras decisões possíveis, assim como a pretensão de sujeitar a realidade a si mesma. Por outro, contudo, a norma recorre e legaliza práticas anteriores. Tradução livre.

importantes parámetros para la práctica en el aula (no siempre, no todas las veces, no en todas las aulas, sino 'la mayoría de las veces')".<sup>50</sup>

Por conseguinte, os conhecimentos reunidos no currículo devem ser compreendidos não de forma que se encontrem fixos, mas como saberes sempre em movimento, que trazem por trás da produção do currículo disputas e tensões. “Assim, os conflitos em torno da definição do currículo escrito proporcionam uma prova visível, pública e autêntica da luta constante que envolve as aspirações e objetivos de escolarização” (GOODSON, 1995b, p. 17).

Tendo em vista que Goodson está voltado para o estudo das questões políticas que envolvem o processo de escolarização, questões externas que influenciaram a produção do currículo escolar, o percurso percorrido no presente trabalho – de investigar os discursos vinculados à questão das políticas de saúde pública e higiene voltadas à escola – ajuda a perceber de que formas esses debates se apresentam configurados no currículo.

Com a institucionalização de um programa de ensino a ser seguido nos grupos escolares do Estado, entendia-se que o ensino seria, de certa forma, padronizado, facilitando acompanhar o desenvolvimento das crianças, bem como aplicar a seriação do ensino nos grupos escolares, o que, no Paraná, aconteceu a partir de 1912.

Conforme é visto mais adiante, essa determinação não se fez regra, pois no momento de execução desse programa, muitos fatores poderiam alterar essa determinação. Por isso a importância de estudar o currículo prescrito e ativo, visando relacionar esses dois momentos distintos do currículo.

A questão é que o potencial para uma estreita relação – no outro extremo, uma não-relação – entre teoria e prática ou entre currículo escrito e currículo ativo, depende da natureza da construção pré-ativa dos currículos – quanto ao teor à teoria – bem como da sua realização interativa em sala de aula.

(...) Portanto, o preâmbulo de qualquer estudo deste tipo consiste em analisar a construção social do currículo. O estudo social construcionista tem a intrínseca vantagem de possibilitar *insights* nas conjeturas e interesses envolvidos na elaboração do currículo; se aprofundássemos o nosso entendimento sobre a forma como são analisados alguns parâmetros referentes à prática, nós facilitaríamos os estudos subsequentes sobre a relação entre construção pré-ativa e realização interativa (GOODSON, 1995b, p. 109).

---

<sup>50</sup> Significa, todavia, afirmar que o currículo escrito estabelece a maioria das vezes importantes parâmetros para a prática na aula (não sempre, não todas as vezes, não em todas as aulas, mas “a maioria das vezes”). Tradução livre.

Esses momentos foram muito importantes para o estudo do currículo, o currículo prescrito, que a partir de determinações externas à escola é construído e, por esse motivo, sofre modificações constantes e, portanto “envolve prioridades sociopolíticas e discurso de ordem intelectual” (GOODSON, 1995b, p. 113), e o currículo ativo, que exerceria o papel de consolidar o currículo prescrito, mas, no entanto, compreende influências e ações que acabam, por um lado, a legitimar o currículo prescrito e, por outro, modifica as ações previstas, tornando as práticas de cada escola singulares, de cada cotidiano escolar.

No entanto, mesmo que haja a possibilidade de modificação das prescrições constantes no currículo escrito para sua efetivação na prática, este não pode ser descartado para o estudo e entendimento da escolarização, pelo contrário, é a partir dele que se pode compreender o processo e as intenções para a escolarização, ou seja, “o currículo escrito não passa de um testemunho visível, público e sujeito a mudanças, uma lógica que se escolhe para, mediante sua retórica, legitimar uma escolarização. Como tal, o currículo escrito promulga e justifica determinadas intenções básicas de escolarização, à medida que vão sendo operacionalizadas em estruturas e instituições” (GOODSON, 1995b, p. 21).

Portanto, neste capítulo intentou-se trabalhar com as dimensões do currículo prescrito, compreendendo os seguintes fragmentos sobre os componentes da disciplina escolar Higiene: as motivações para a criação da disciplina para os grupos escolares, ou seja, identificar as finalidades, assim como os conteúdos e objetivos atribuídos à Higiene. Tendo isso em vista, foram analisados os programas da disciplina, sua relação de conteúdos, seus quadros horários e fragmentos de relatórios de professores e periódicos educacionais ligados à IGE.

### 3.1 A HIGIENE COMO DISCIPLINA ESCOLAR?

Os estudos que passaram pela história da Higiene como disciplina escolar são ainda reduzidos, e apresentam alguns fragmentos de sua existência, todos centrados no século XIX, no âmbito das Academia Médico-Cirúrgica e Faculdade de

Medicina do Rio de Janeiro (GONDRA, 2004; PAIVA, 2003)<sup>51</sup>. A Higiene, nos seus diferentes momentos, apareceu vinculada a diversos saberes. Introduzida, inicialmente, nos cursos brasileiros na Academia Médico-Cirúrgica em 1813, e logo em seguida inserida no programa da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Fernanda Paiva (2003) localizou a Higiene vinculada ao ensino de História da Medicina, recebendo a denominação Hygiene e História da Medicina. Com o passar do tempo, foi sendo defendida a separação desses assuntos em duas disciplinas, por conta das particularidades de cada um dos conteúdos, sendo que o último acabava por não ser trabalhado pelos lentes da cadeira: “a grande questão para os lentes de Hygiene não era ignorar a importância do estudo da História da Medicina, mas reservar-lhe um espaço próprio” (PAIVA, 2003, p. 207). A criação de uma cadeira especial para a História da Medicina, segundo confirma a autora, não aconteceu.

Sobre o programa da disciplina, Paiva (2003, p. 206) sistematizou as informações constantes até o final do século XIX, sendo elas:

a) o compêndio adotado oficialmente na disciplina era o *Tratado elementar de higiene privada e pública*, escrito por Becquerel, que inspirava a organização da disciplina tratando tanto do estudo do sujeito da higiene – o homem e seu estado de saúde – como das matérias que a compunham; b) a disciplina, composta por duas relevantes áreas – Higiene e História da Medicina – impunha, quase sempre o sacrifício dos conteúdos da segunda.

A obra de Becquerel tornou-se constante nos programas da disciplina, bem como os conteúdos de higiene durante o século XIX, apresentados, por vezes na forma de cursos práticos e por outras de cursos teóricos<sup>52</sup>. Entrando no século XX, a Higiene apresentava outras variações: “mesclou-se Higiene e Epidemiologia (1910); privilegiou-se o sanitarismo dividindo o curso em discussões de epidemiologia geral e epidemiologia específica, nas quais eram estudados etiologia e profilaxia de diferentes doenças (1912); retomou-se algo parecido com a perspectiva original em 1914” (PAIVA, 2003, p. 210).

<sup>51</sup> Para Gondra (2004, p. 44 e seguintes), a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (FMRJ) cumpria o papel de instituição de formação, enquanto a Academia Imperial de Medicina (AIM), o de organização da corporação médica.

<sup>52</sup> Os elementos que compunham a obra de Becquerel foram sistematizados por Paiva (2003, p. 212-213): “a *circunfusa* (meteorologia, hidrologia, geologia, climas e habitações), a *ingesta* (alimentos e bebidas), a *excreta* (excreções e banhos), a *applicata* (vestimentas e cosméticos), a *percepta* (costumes, sexualidade, higiene pessoal) e a *gesta* (movimentos habituais, atividades profissionais)” e explorados mais a fundo por Gondra (2004), no capítulo 3.

Já Marañón (1987) procurou desvendar a Higiene como matéria de ensino oficial na Espanha, o que localizou somente na legislação de 1901 como a primeira vez que sua obrigatoriedade é proposta, em associação com o programa de Ciências Físicas e Naturais, na matéria intitulada: Fisiologia e Higiene, para as escolas primárias.

No entanto, o autor investiga o período anterior a esse, no qual a higiene aparece como disciplina escolar em outros momentos da legislação, como em 1838, quando sua presença é justificada por conter conteúdos que se consideravam adequados às necessidades mais comuns da vida: “la higiene se entiende como una disciplina en la que sólo puede ser versada la mujer, algo bien distinto de lo que se demuestra en la preocupación que por este asunto se tiene a fin de siglo” (MARAÑÓN, 1987, p. 27)<sup>53</sup>. A Higiene no início do século XIX na Espanha estava mais voltada à puericultura, o que foi demonstrado pelos conteúdos dos programas nesse período, incluindo a alimentação infantil e a higiene doméstica.

Mais para o final do século, o autor apresentou da seguinte maneira os conteúdos que a Higiene abordava: “los hábitos del maestro, el control de la limpieza externa por parte de éste, ligeras nociones de higiene y economía doméstica para niñas y lo que de historia natural aprendieran los niños, juntos con el deseo de ir inculcando poco a poco en las escuelas algunas nociones muy básicas, son las manifestaciones de la enseñanza e esta ciencia hacia 1878” (MARAÑÓN, 1987, p. 28).<sup>54</sup>

Semelhante ao caráter dado à Higiene no final do século XIX na Espanha, em Curitiba a Higiene apareceu sempre de forma muito tímida na legislação até que em 1917 ela ganhou espaço específico no currículo escolar. Antes disso, porém, os saberes de higiene eram, de certa forma, vinculados a outros saberes, como apresentado no quadro 3.

---

<sup>53</sup> A higiene se entende como uma disciplina em que só pode ser versada a mulher, algo bem distinto do que se demonstra na preocupação que por este assunto se tem ao fim do século. Tradução livre.

<sup>54</sup> Os hábitos do professor, o controle da limpeza externa por parte deste, ligeiras noções de higiene e economia doméstica para meninas e o que de história natural aprenderam os meninos, junto com o desejo de ir inculcando pouco a pouco nas escolas algumas noções muito básicas, são as manifestações de ensino desta ciência para 1878. Tradução livre.

**QUADRO 3 - AS DIFERENTES DENOMINAÇÕES QUE A HIGIENE ESCOLAR APRESENTA ENTRE 1909 E 1932**

Ano	Denominação	Fonte
1909	Noções elementares de physica, chimica e historia natural, sufficiente para suas applicações aos principais rudimentos da hygiene e da agronomia.	Regulamento orgânico do ensino público do Estado <sup>55</sup> – Título III (Do Ensino Primário); Capítulo III (Do Ensino Elementar); Art. 96.
1909	Noções fundamentais de physica, chimica, mineralogia, botânica, zoologia, agronomia e hygiene.	Regulamento orgânico do ensino público do Estado – Título III (Do Ensino Primário); Capítulo IV (Do Ensino Complementar); Art. 117.
1912	Noções elementares de mineralogia, botânica, zoologia, agronomia e hygiene.	Lei n. 1236 – Título II (Ensino Publico); Capítulo I (Do Ensino Primário); Art. 35 (Curso Complementar).
1914	Noções rudimentares de Physica, Chimica e Historia Natural, com applicações uteis ás artes e aos officios e especialmente á Agricultura e á Hygiene.	Relatório apresentado pelo Dr. Francisco Ribeiro de Azevedo Macedo ao Dr. Claudino Rogoberto Ferreira dos Santos – Instruções sobre a Organização Escolar e Programa de ensino para as escolas publicas do Estado do Paraná <sup>56</sup> .
1915	Noções fundamentais e praticas das Constituições da Republica e do Estado; da Economia Privada e Política, de Agronomia, de Hygiene e de Musica.	Código de Ensino – Titulo II (Do Ensino Infantil); Capítulo II (Da organização geral do ensino primario); Secção I (Dos programas e da distribuição do tempo); Art. 62 <sup>o</sup> - 6 <sup>o</sup> . d.
1917	Hygiene.	Programa do Grupo Escolar Modelo e similares.
1917	Noções fundamentais e praticas das Constituições da Republica e do Estado; da Economia Privada e Política, de Agronomia, de Hygiene e de Musica.	Código de Ensino – Título III (Do Ensino Primário); Capítulo II (Da organização geral do ensino primário); Secção I (Dos programas e da distribuição do tempo); Art. 55 <sup>o</sup> - 6 <sup>o</sup> . d.
1921	Sciencias Physicas e Naturaes – Hygiene.	Programa de Ensino para os grupos escolares do Estado.
1932	Hygiene.	Regimento Interno e Programa para Grupos Escolares.
1932	Hygiene.	Programa das escolas isoladas de instrução primaria do Estado.

Associada à História Natural, Agronomia e saberes vinculados à Biologia, a higiene no período anterior ao programa de 1917 sempre foi apresentada na forma de “noções”, listada entre vários outros conhecimentos. Portanto, a higiene foi uma

<sup>55</sup> Neste regimento, o ensino primário compreende 3 cursos: o infantil, o elementar e o complementar. Deveria ser ministrado nas escolas isoladas e nos grupos escolares de ensino público primário. Em 1910 o citado regulamento foi suspenso, sendo mantido o regulamento de 1901.

<sup>56</sup> Proposta de reformulação do programa de ensino.

constante nos grupos escolares curitibanos, desde sua construção, nos serviços prestados e nas suas práticas cotidianas.

Por isso a frequência de conteúdos nos relatórios e periódicos que defendiam a presença da higiene nas escolas, principalmente na forma de lições sistematizadas para implantação nas escolas curitibanas, sempre tentando abranger as principais questões referentes à higiene. Isso nem sempre se buscou na forma da disciplina escolar, mas em diferentes momentos e de diferentes formas, a higiene deveria ser abordada pelo professor.

A higiene escolar se encontrava num plano diferente dos demais saberes na escola, pode-se entender assim, pois sua presença era requisitada em diferentes momentos, como nos recreios, nas aulas de Ginástica, nos momentos de inspeção diária do aluno pelo professor da classe, na ocasião da inspeção médico-escolar, e de forma implícita em algumas disciplinas escolares.

Isso porque a higiene era entendida como “uma disciplina científica de base biológica, porém dotada de atributos morais, [o que] munia-a de grande poder de intervenção social” (MARQUES, 1994, p. 112) e, por isso, sua importância era evidenciada num âmbito mais geral da escola, tendo ainda seu espaço específico:

A escola, por seu professor, deve constituir-se um meio auxiliar ao serviço da prophylaxia. As lições sobre a ancylostomose, a malária, a tuberculose e outras doenças devem tomar um aspecto serio e eminentemente pratico. A creança deve ter idéa muito clara do que sejam esses males e dos meios ao seu alcance para previnil-os ou cural-os.

(...) Não só, porém, em relação a essas doenças mais communs, a escola tem que agir. O seu programma na parte referente á Hygiene deve se estender pelo menos ao asseio do corpo e do vestuário, cuidados com os pés, mãos, bocca, olhos, etc (MARTINEZ, 1923, p. 20-21).

Ao mesmo tempo que os programas de ensino já se faziam presentes nas escolas curitibanas, ainda apareciam falas como essa do Inspetor Geral do Ensino, dando ênfase ao ensino da higiene nas escolas, o que nos leva a pensar que neste momento ainda não se tinha claro os conteúdos que deveria abranger, ou melhor, se encontrava em constante discussão a sua conformação no currículo escolar, o que ressalta Goodson (1995b) como disputas e tensões sobre as aspirações e objetivos da escolarização.

Em um exercício do professor Meneleu Torres de definir o ensino da higiene para as escolas paranaenses, no periódico O Ensino, ele dá destaque aos métodos

de ensino empregados para sua execução, o que apareceu da seguinte forma nas páginas da revista de 1924:

Os methodos empregados para o ensino desta materia, embora variem de mestre para mestre, por isso que cada um imprime ás suas lições um cunho proprio, ficam reduzidos, os acceitos pela pedagogia moderna, quando tomados em seus traços geraes, a dois: inductivo e expositivo-socratico.

Pelo primeiro é o ensino de cada ponto ministrado em tres phases que se continuam e se completam: inducção, arguição e exposição pelo alumno.

Não se deve pensar, porém, que haja um limite para cada phase: ellas estão intimamente ligadas e se confundem por vezes.

Inspirado nessa intelligencia, não os descreverei separadamente, o que não quer dizer que ellas não estejam claramente contidas no methodo que passarei a expor (TORRES, 1924, p. 71).

O professor segue, então, com a descrição de cada um dos métodos, explicando que o indutivo deveria ser realizado por meio de perguntas “habilmente formuladas que visem derivar idéas novas de conhecimento anteriormente adquirido pelos educandos, idéas que algumas vezes já se desenham confusas em seu cerebro e que assim se accentuam e tomam forma” (TORRES, 1924, p. 71), quando o aluno é chamado a repetir a sentença formada, o que desencadearia para outra pergunta e uma segunda sentença e assim sucessivamente.

Esse método evoca a experiência do professor e do aluno, quando o autor argumenta que o método varia de mestre para mestre, cada um imprimindo na sua prática um cunho próprio. O professor busca impressões para realizar as perguntas aos alunos e estes se utilizam de suas experiências para compreender e reformular as sentenças da melhor forma para sua compreensão. Para Torres “as duas [sentenças] formadas serão repetidas, não textualmente, mas em correcta linguagem, propria do alumno [sem grifo no original], por varios delles, de modo que provem pleno conhecimento das idéas que repetem; e assim se continúa até a conclusão do ponto que deverá ser reproduzido durante alguns dias até ficar bem sabido” (TORRES, 1924, p. 71). Isso porque se entendia, segundo o autor do texto, que “a simples repetição mechanica, nenhum valor terá, por isso que os alumnos gravarão palavras e não as idéas que as mesmas representam” (TORRES, 1924, p. 71).

O método expositivo-socrático foi apontado pelo autor como semelhante ao indutivo, ou melhor, “não deixa, porém, essa conversação socratica de ser a propria inducção auxiliada da anterior exposição” (TORRES, 1924, p. 71), pois como o

nome já revela, o método envolvia a exposição feita pelo professor do ponto a ser lecionado, “acompanhada de uma conversação socratica com os alumnos, é em muitos casos preferivel, principalmente em se tratando de assumpto difficil de ser por analogia ou comparação evidenciado, ou que escape á observação da creança” (TORRES, 1924, p. 71). O autor finaliza o tópico sobre o método para o ensino da Higiene nas escolas primárias paranaenses da seguinte maneira:

Seja qual for a fórma adoptada, depois que estiver a lição bem conhecida e desembaraçadamente saibam os alumnos responder a todas as perguntas que sobre ella se faça, o mestre mandará que varios delles a reproduzam, em linguagem clara, simples e correcta.

A reproducção, porém, não deve ser entendida como sendo a repetição de phrases preorganisadas e sim como a recomposição da lição, depois de comprehendida, com palavras proprias da creança (TORRES, 1924, p. 71).

Dessa forma, se pregava o ensino da Higiene nas escolas do Estado do Paraná, trabalhando o individual do aluno e do professor, tanto para o método indutivo quanto para o expositivo e, com eles, a inculcação dos hábitos e lições, tendo condições, cada aluno, de as repetir em suas próprias palavras demonstrando sua aprendizagem.

Não se teve contato com informações sobre avaliações feitas para a disciplina de Higiene, se existiram ou não, mas por esses métodos, como explicado por Torres, pode-se entender que eles acabavam por avaliar os conhecimentos quanto à higiene dos alunos no dia-a-dia escolar, quando o professor fizesse com que alguns alunos reproduzissem as lições, mostrando a sua compreensão ao sistematizá-la perante a classe.

Os congressos que se desenvolveram ao longo da década de 1920 foram também importante espaço de socialização das diferentes experiências sobre a disciplina Higiene nas escolas primárias brasileiras. Em particular, as falas de Carneiro Leão e de Almeida Junior trouxeram elementos dos programas das disciplinas nas suas regiões, ou, ao menos, propostas de sua integração no ambiente escolar.

Ao citar como exemplo a escola primária do Distrito Federal em um dos congressos da área, Carneiro Leão (1929) indicou que nessas escolas há um ensino cuidadoso de higiene e apresentou o programa de ensino para demonstrar o papel que a higiene ganhou no programa daquelas escolas: “Ao redor della [criança], em

circulos concentricos que se vão alargando, surgirão as cousas e os factos da natureza que se relacionam com o organismo humano e que são factores influentes nos varios problemas relativos á saude. Por isso é natural que o ensino da hygiene seja, como o é, aqui, intimamente associado a das sciencias physico-naturaes” (LEÃO, 1929, p. 871).

No caso das escolas paulistas, a hygiene também apareceu anexa às ciências físicas e naturais, o que foi, de certa forma, criticado por Almeida Junior (1929). Segundo ele, essa associação seria uma das causas da deficiência da educação higiênica que ele apontou em sua tese no III CBH. Para o autor, “realmente, a hygiene ficou pobremente aquinhoada nos programmas actualmente em vigor. Não lhe coube mesmo um titulo especial, pois, seguindo-se velha e má praxe, jungiram-n’a ás sciencias physicas e naturaes, sob cujo dominio ella se estiola” (ALMEIDA JUNIOR, 1929, p. 824).

O autor da tese continua, dizendo que no primeiro ano que, segundo ele, seria o mais adequado para a “semeadura de habitos”, a hygiene estava ausente. Para o terceiro ano, Almeida Junior é mais enfático e destaca que os conteúdos de hygiene ali mencionados (hygiene alimentar, respiração, circulação, asseio e a guerra contra os animais nocivos) não contemplavam o que se esperava da hygiene na escola: “nada, infelizmente, que promova de modo mais efficaz a aquisição de habitos” (ALMEIDA JUNIOR, 1929, p. 824). No último ano do curso primário, o autor continua mostrando-se insatisfeito com a forma que a hygiene foi contemplada no programa, que “mantem-se silencioso quanto à orientação da educação hygienica” (ALMEIDA JUNIOR, 1929, p. 825).

Críticas à parte quanto à forma da hygiene, o que vinha se delineando nas escolas brasileiras era a integração dos discursos dos “homens da ciência” em prol da educação, que acontecia desde o século XIX e que nesse momento se consolidava em forma de uma disciplina escolar, ou seja, fazendo parte dos planos legislativo e programático das escolas, demarcado no currículo das instituições.

### 3.2 O SURGIMENTO DA HIGIENE COMO DISCIPLINA ESCOLAR EM CURITIBA

O primeiro programa em que figurou a disciplina Hygiene, foi aquele planejado para o grupo escolar modelo – Grupo Escolar Xavier da Silva,

transformado em 1916 na capital paranaense, pelo Decreto 978. Nele – segundo consta no relatório do Secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública, Enéas Marques dos Santos, ao Presidente do Estado – funcionariam 8 cadeiras e teria como seu diretor o professor Trajano Sigwalt, que liderou a comissão enviada a São Paulo no mesmo ano para o estudo das escolas paulistas. Tinha como intuito principal aplicar “os métodos modernos estabelecidos pela ciência pedagógica” (SOUZA, 2004, p. 44), bem como servir de espaço para a prática dos quartanistas da Escola Normal e professores designados pelo secretário do Interior (SANTOS, 1916, p. 6).

O programa que se destinava ao Grupo Escolar Modelo e para os outros grupos similares foi instituído pelo Decreto 420 de 19 de junho de 1917, intitulado *Programma do Grupo Escolar Modelo e similares*. Este coincidiu com a aprovação e publicação do Código do Ensino, apresentando pequenas alterações em relação ao código de dois anos antes, de 1915, e o Regimento Interno do Grupo Escolar Modelo e Similares, publicado também em 1917.

A institucionalização de um novo código de ensino, apenas dois anos depois do de 1915, foi justificado no relatório de 1916 em decorrência do funcionamento do grupo escolar modelo. Das sete modificações propostas, destaca-se a segunda, que se refere à proposta de um programa especial para o grupo modelo. Essa alteração fez com que se oficializasse o programa de 1917.

Embora o Código de Ensino de 1917 mencionasse apenas a destinação do programa para o grupo escolar modelo, tem-se indícios de seu uso em outros grupos escolares do Estado. Em relatório do mesmo ano, há menção à distribuição tanto do Código de Ensino para os professores públicos e particulares da capital, quanto de exemplares do Regimento Interno do Grupo Modelo e similares para os diretores de grupos.

Em 1920, Martinez explica que apenas os grupos escolares remodelados tiveram um programa oficial, servindo de experiência para futuros programas: “os grupos escolares tiveram um programa, a título de experiência para ser definitivamente adoptado depois dos conselhos que a pratica ditar” (MARTINEZ, 1920, p. 14). Isto é, seria a partir das práticas escolares efetuadas a partir das prescrições constantes no programa de 1917, e seus resultados, que se reformularia o programa e se criaria o Programa de 1921.

Entende-se que a inserção da Higiene no programa de ensino do Grupo Escolar Modelo e similares do Paraná fez com que os saberes ligados à saúde e higiene fossem, de certa forma, concretizados ou oficializados. A necessidade de listar seus conteúdos – forma como era apresentada as demais disciplinas no programa de ensino – fez com que se manifestasse de forma diferenciada das apresentadas anteriormente, formas estas apresentadas nos outros capítulos deste trabalho.

Houve uma ampliação nos conteúdos de ensino, mas mantendo-se a preocupação com a saúde do corpo e da mente, a intenção de formação de hábitos saudáveis e orientações quanto à higiene dos espaços e corpos. O foco principal de médicos higienistas e educadores não se alterou.

O segundo programa analisado – Programma de Ensino para os grupos escolares do Estado, resultado da experiência do Programa de 1917 em alguns grupos escolares do Estado – foi aprovado pelo Secretario Geral de Estado, Marins Alves de Camargo e publicado pela Inspeção Geral de Ensino em 19 de agosto de 1921, de acordo com a Portaria 86 e com a Lei 1999 de 9 de abril de 1920.

Neste, a Higiene apareceu associada aos conhecimentos de Ciências Físicas e Naturais, aparecendo, assim, de forma reduzida em relação ao programa anterior, mas com um discurso mais diretivo no sentido de apontar a importância do seu ensino nas escolas, sendo colocada no mesmo patamar dos conhecimentos de leitura, aritmética e escrita.

Diferente do programa anterior, o programa de 1921 teve regular desenvolvimento nos grupos escolares do Estado, segundo relatório do Inspetor Geral de Ensino em 1924. Ainda Prieto Martinez, no ano de inauguração do novo programa, revelava que este deixava o professor à vontade para lecionar da maneira que queria:

Preferimos, portanto, mencionar os pontos capitaes e deixar ao educador terreno para dispor e alargar os conhecimentos de seus educandos.

O professor perspicaz que sabe formar intelligencias independentes e que estuda com verdadeiro methodo e carinho a sciencia que vae ensinar, não conseguirá dar aulas eguaes sobre um thema, - tal a somma de argumentos que irá colhendo de anno para anno, não só para enriquecer as lições, mas, sobretudo, para tornal-as mais claras e mais praticas.

(...) E eis porque condemnamos em absoluto a uniformidade das aulas. Um professor intelligente não se póde deixar prender por essa uniformidade, uma vez

que tem base sólida para organizar as suas lições do modo mais racional (MARTINEZ, 1921, p. 30-31).

O conhecimento do professor ganha ênfase nas palavras de Martinez, ao se referir ao Programa de 1921. A prática cotidiana, particular de cada professor era o que fazia do programa de 1921, segundo o Inspetor Geral de Ensino, diferente dos demais. Deixando listados os principais pontos que o professor deveria trabalhar, o programa abria espaço para a flexibilidade do professor em relação às aulas, o que influenciaria na sua prática, tornando-a única. No entanto, é importante não esquecer que existiam formas institucionais de controle, podendo essa maleabilidade dada ao professor apresentar uma liberdade que, na prática, não existia. Isso porque, embora fosse prevista a flexibilidade do professor para montar as suas aulas, teriam que ser cumpridos os conteúdos listados nos documentos oficiais, além de seguir métodos de ensino específicos para sua prática docente.

Por último, como delimitador temporal da pesquisa, o Programa dos Grupos Escolares do Estado do Paraná, publicado conjuntamente com o Regimento Interno e Programa para Grupos Escolares, foi instituído pelo Decreto 1874 de 29 de julho de 1932. Nele, o retorno da denominação da disciplina de “Higiene” e, portanto, apresentando mudanças na sua configuração.

### 3.2.1 Os conteúdos da Higiene nos currículos dos grupos escolares curitibanos

Compreendendo o estudo do currículo como parte integrante da investigação histórica da cultura escolar a presente parte da dissertação destinou-se essencialmente a abordar as normas e práticas das quais Julia (2001) se refere ao abordar a Cultura Escolar.

Como demonstrado no decorrer do presente trabalho, a higiene escolar veio ganhando cada vez mais créditos junto à escola, e sua institucionalização foi acontecendo de maneira lenta. Com o passar do tempo a higiene foi se afirmando como um conhecimento imprescindível para o desenvolvimento da criança e do povo em geral, e com isso, firmando-se na escola até chegar a sua conformação na forma de disciplina escolar.

A presença do ensino da higiene nas escolas era destacada na revista O Ensino. Portanto, cita-se novamente o professor Meneleu Torres para compreender como o ensino da Higiene era sistematizado:

O ensino da hygiene deve ser feito por meio de conselhos e lições systematisadas, accessíveis ao entendimento acanhado das creanças.

Não basta, porém, discriminar males e demonstrar prejuizos resultantes da falta de applicação dos preceitos prophylacticos; é necessario, e se impõe mesmo, que o mestre vá gradualmente inveterando no espirito do educando esses conhecimentos e que os effective e integre em todos os seus actos.

O seu primeiro trabalho é, portanto, catechisar os alumnos; isso facilmente elle conseguirá, desde que a verve da palavra não lhe falte e que observe aquillo que preza.

Elle é o mestre e é o exemplo.

Os alumnos examinam primeiro o mestre, observam se as suas palavras estão de accordo com o seu proceder (TORRES, 1924, p.71).

Pode-se perceber que a função do ensino passa a ser exclusivamente do professor, valorizando sua conduta. O professor aqui passa a representar um “mensageiro da ciência” que, com o seu poder do bem falar e a sua autoridade, poderia transmitir ao aluno os seus conhecimentos. Mapeando os conteúdos publicados nos três anos de existência desse periódico, pode-se perceber uma numerosa divulgação de artigos respectivos à higiene escolar, algumas vezes escritos por professores, outras, por médicos ligados à educação.

Na listagem de artigos sobre o assunto, por várias vezes os conteúdos da Higiene eram apresentados. Entende-se que o conteúdo de uma disciplina escolar é um dos principais aspectos para seu estudo, o que tradicionalmente é estudado por historiadores da História das Disciplinas Escolares, embora Chervel (1990), preocupado com os três aspectos específicos para a história de uma disciplina escolar – gênese, objetivo(s) e funcionamento – mostre que esses aspectos se entrecruzam no estudo de uma disciplina escolar:

A história dos conteúdos é evidentemente seu componente central, o pivô ao redor do qual ela se constitui. Mas seu papel é mais amplo. Ela se impõe colocar esses ensinamentos em relação com as finalidades às quais eles estão designados e com os resultados concretos que eles produzem. Trata-se então para ela de fazer aparecer a estrutura interna da disciplina, a configuração original à qual as finalidades deram origem, cada disciplina dispondo, sobre esse plano, de uma autonomia completa, mesmo se analogias possam se manifestar de uma para a outra (CHERVEL, 1990, p. 187).

Portanto, cabe neste momento compreender os conteúdos que foram incorporados à Higiene. Ao analisar o programa do Grupo Escolar Modelo e similares de 1917, pode-se perceber que era fundamental como primeira lição de higiene para as crianças ao ingressar no ensino primário o conhecimento de questões relacionadas aos hábitos cotidianos que deveriam ser seguidos. Para ilustrar essa questão faz-se necessária a apresentação do programa destinado ao primeiro ano:

#### HYGIENE - 1º ANNO

Programma:

- 1º Necessidade do banho.
- 2º Asseio das mãos e unhas.
- 3º Cabellos, olhos, orelhas e nariz.
- 4º Bocca.
- 5º Deitar e levantar cedo.
- 6º Horas de refeição e boa mastigação.
- 7º Asseio da roupa.

São exploradas ações do dia-a-dia da criança, sendo traçadas intervenções a respeito dos órgãos dos sentidos – tema de grande circulação entre os intelectuais da medicina e educação – do asseio e da questão do tempo, muito evidente na maior parte do programa anual da disciplina, o que fica mais claro com o desenvolvimento do programa:

1º Do banho será dado:

- a – quando se deve tomar e quantos por semana;
- b – qual a sua utilidade.

2º Do asseio das mãos e das unhas será dado:

- a – necessidade de as ter limpas;
- b – males que assim se evitam;
- c – cortar as unhas diariamente;
- d – nunca leval-as á bocca.

3º Do cabelo, olhos, orelhas e nariz será dado:

- a – uso diario do pente fino;
- b – uso da escova;
- c – tel-os sempre limpos;
- d – necessidade do lenço.

4º Da bocca será dado:

- a – necessidade de limpar os dentes diariamente, porque e consequencias;
- b – ter uma escova e como servir-se della;
- c – males provenientes da falta de limpeza dos dentes.

5º Deitar e levantar cedo será dado:

- a – porque, quantas horas de somno bastam;
- b – necessidade.

6º Das horas de refeição e boa mastigação será dado:

- a – como se deve comer e porque;
- b - quantas vezes e quando;
- c – sua necessidade e a que horas.

7º Do asseio da roupa será dado:

- a – de que se fará roupa branca;
- b – quantas vezes se muda de roupa na semana;
- c – suada ou molhada que se fará;
- d – a roupa deve ser ampla.

As determinações a respeito da periodicidade do banho, do lavar das mãos, do corte das unhas, do uso do pente fino, do limpar dos dentes, dos horários das refeições, das trocas de vestimenta, dos horários de se levantar e deitar e horas de sono recomendadas mostram uma estreita relação da higiene com o tempo. Ou melhor, o tempo como determinante das noções de higiene escolar. Não bastava apenas as crianças saberem os cuidados a se tomar, mas quantas vezes do dia ou da semana eram necessárias para que se tivesse o resultado esperado.

Essa associação da higiene escolar com o tempo poderia também ser explicada pelo fato de se apresentar tanta minúcia no conteúdo da disciplina que esse tempo precisava ser ordenado, não só por finalidades higiênicas, como também por finalidades organizacionais. Isso porque o programa de 1917, diferente dos programas anteriormente aplicados à Instrução Pública paranaense, trazia uma relação de conteúdos extensa, o que resultou na necessidade de uma organização, de esquadrihar o tempo.

A partir do segundo ano, além dos conhecimentos já expostos para o primeiro ano, foram incluídos dentre os assuntos a serem explorados durante o ano, os exercícios:

6º Dos exercícios será dado:

- a – qual o melhor e mais simples;
- b – efeitos sobre as funções;
- c – quais os resultados úteis;
- d – sua necessidade. (programa do 2º ano).

No programa para o terceiro ano, o conteúdo mostra-se ampliado:

7º Dos exercícios será dado:

- a – utilidade – facilita a digestão, activa e normalisa a circulação, etc., etc.;
- b – exercícios livres às crianças;
- c – jardinagem, horta e marcenaria;
- d – gymnastica e outros exercícios.

Neste item dos exercícios, aparece no 3.º ano a intenção da realização de atividades práticas – exercícios livres; jardinagem, horta e marcenaria; ginástica e outros exercícios. Ao estudar o espaço ocupado pelos grupos escolares da capital paranaense – com muitas deficiências e dificuldades de seguir os preceitos da higiene e pedagogia moderna – questionam-se quais seriam as possibilidades de se efetivar essas atividades.

Embora o programa de 1917 se destinasse a outros grupos escolares do estado, explora-se aqui o Grupo Escolar Modelo – Xavier da Silva. Embora nomeado como tal em 1916, seu prédio e dependências foram construídos em 1903.

Tendo contato com a planta baixa do Grupo Escolar Xavier da Silva e outros grupos, pelo trabalho de Bencostta (2001), nota-se a ausência de jardins e hortas ou um possível espaço para essas práticas, bem como a ausência de uma sala destinada às aulas de marcenaria. Considerando a dificuldade de se realizar a aula de marcenaria no mesmo espaço das outras disciplinas, devido ao reduzido tempo destinado à Higiene, como se verá mais adiante, questiona-se a viabilidade dessa prática. Ao encontro dessa proposição está o que Taborda de Oliveira e Meurer (2006, s.p.) apontam para a distância entre a prescrição legal e os constrangimentos do dia-a-dia no âmbito da educação paranaense.

A propalada modernização do ensino não correspondia às inversões definidas pelo poder público, o que fazia com que os professores se esfaltessem para cumprir o Regulamento, que tinha força de lei, mas era constante e conscientemente descumprido. Se, no plano legal, os regulamentos da instrução pública eram parte de uma operação de controle, parece que essa operação não poderia ser assim tão minuciosa naqueles tempos no Paraná, pois a realidade teimava em desafiar as definições de homens e mulheres.

As práticas eram propostas, mas não existiam condições para efetivá-las. No cotidiano escolar os professores se defrontavam inúmeras vezes com esse tipo de contradição. Já para a prática dos exercícios livres, ginástica e outros exercícios,

havia o espaço do recreio interno e o pátio interno, nos quais eram possíveis tais atividades. É importante destacar que nesse mesmo programa, há a presença da disciplina escolar *Gymnastica*<sup>57</sup>, dividindo a grade horária com as demais disciplinas. Será a ginástica, como elemento da cultura integrante do programa da Higiene, diferente das atividades oferecidas pelo programa da *Gymnastica*, esta entendida como disciplina escolar?<sup>58</sup>

Voltando ao programa do segundo ano, ressaltam-se assuntos antes já explorados no ensino da higiene escolar, tais como a necessidade do asseio tanto das mãos quanto do corpo: “necessidade do banho”. Ainda, no item “roupa” (5º) desenvolvia-se a idéia do emprego da roupa como “proteção ao corpo”. Questões já abordadas mesmo antes da concretização da disciplina, voltadas à educação do corpo da criança.

Os conteúdos referentes ao espaço que a criança ocupava na escola e fora dela, ocupava um tópico específico do programa. Este se referia, principalmente, ao momento de descanso da criança, qual seja, o sono (3º). Neste eram abordados desde como devia ser o dormitório até a necessidade de renovação do ar e a necessidade de luz. Esses preceitos higiênicos já eram defendidos no século XIX na discussão da construção de prédios escolares, ou adaptação de casas para a prática escolar.

O programa do terceiro ano, além dos conteúdos já programados para os anos anteriores e de forma mais ampliada, apresentou às lições questões relacionadas ao espaço da cidade:

1º Revisão do 2º ano.

2º Casas.

3º Ruas.

4º Alimentação.

5º Vestuário.

6º Banhos.

---

<sup>57</sup> A mesma forma da utilização de letra maiúscula para a Higiene enquanto disciplina escolar empregou-se aqui para a disciplina *Gymnastica*.

<sup>58</sup> Nesse período ocorreu a difusão de três métodos de ginástica: sueca, francesa e alemã. Analisando o conteúdo da *Gymnastica* apresentado no programa, pode-se afirmar que a disciplina se pautava no método sueco, tendo em vista que os exercícios previstos para a prática da *Gymnastica* pautavam-se “na ciência, deduzindo de uma análise anatômica do corpo uma série racional de movimentos de formação”, como aponta Soares (2001). Comparando o programa que tem-se em mãos e o programa apresentado pela autora, percebem-se muitas semelhanças, não sofrendo modificações de um em relação ao outro, até pelas características do método sueco, que seguia uma forma padronizada de exercícios.

7º Somno.

8º Exercícios.

No desenvolvimento de cada um dos itens, destacam-se os das casas e ruas:

1º Das casas será dado:

- a – escolha do local; terreno apropriado;
- b – posição da habitação;
- c – construção acima do solo;
- d – ter muitas portas e janellas;
- e – necessidade de janellas nos dormitórios;
- f – valor do ar, luz e ausencia de humidade;
- g – pintura – perigo e necessidade;
- h – valor das hortas e jardins;
- i – privadas, agua e exgotto ou uso de cal;
- j – saude dos moradores.

2º Das ruas será dado:

- a – devem ser alinhadas;
- b – largas e arborizadas;
- c – praças arborizadas;
- d – devem ser inclinadas;
- e – utilidade desses pontos.

Nota-se um alargamento do conteúdo em relação aos anos anteriores. Além das questões referentes diretamente ao aluno (cuidados pessoais – com sua alimentação, seu vestuário, seu banho, seu sono e exercícios), passou-se a propagar noções relativas à habitação e ao espaço da rua, assuntos que surgiram juntamente com a reforma urbana que foi gestada ao longo do século XIX e XX. Por fazer parte de um projeto de higienização do espaço urbano, fruto de discursos relacionados à saúde pública da população curitibana e brasileira, fazia-se necessária a conscientização dos pequenos para a organização das cidades. A idéia de urbe ganhava também acentuada relevância com a Proclamação da República. A ordem urbana e a disciplina social cada vez mais ganhavam as ruas, ruas agora mais largas e pavimentadas, arborizadas, com edificações e uma arquitetura inovadora (TRINDADE, 1996). Essa nova estruturação da cidade chegava à escola, na forma da disciplina Higiene. Era preciso saber se movimentar nessa nova cidade, se comportar de uma forma concernente com ela.

No entanto, tendo em vista que a população que freqüentava os grupos escolares tinha baixas condições financeiras, os itens a a e do conteúdo relativo às casas parecem discrepantes para a realidade dos alunos. Quem tinha condições de

construir uma casa, em terreno apropriado, com boa localização e satisfazendo as condições higiênicas de ventilação? Tendo isso em vista, quais as possibilidades da população seguir essas prescrições? Será que a população tinha condições de optar por essas prescrições? Como as regiões com melhores condições higiênicas e terrenos mais apropriados eram escassas e de alto valor aquisitivo, não serviam à numerosa população de Curitiba e, com isso, muitos habitantes não buscavam nas casas para sua moradia as prescrições higiênicas, mas apenas um lugar para viver.

Vale ressaltar ainda que o programa para o quarto ano letivo se formaria da seguinte forma: “Revisão do programma de todos os annos anteriores e ampliação do 3º anno”.

Interessante observar que, a higiene acompanhou as determinações da Instrução Pública naquele momento, apresentando os conteúdos de forma seriada, respeitando certo grau de entendimento, certa ordenação ao longo do tempo – dos 4 anos letivos – levando-se em consideração o desenvolvimento do aluno. Há uma evolução no grau de complexidade das lições ofertadas, chegando ao quarto ano, quando as lições ao longo de todo o curso eram sistematizadas e revisadas.

Outro programa de ensino se estabelece na década de 1920. Naquele ano instituiu-se a lei que deu origem ao programa de ensino de 1921. Nesse programa, a Higiene foi apresentada conjuntamente com Sciencias Physicas e Naturaes, trazendo uma versão distinta do programa anterior. Dessa forma, há uma redução do tempo destinado ao seu ensino, pois seus conteúdos são divididos com outros.

Os conteúdos de higiene escolar só ganharam ênfase no último ano letivo. Nos anos anteriores, a Higiene apresentava uma proporção inferior em relação às ciências físicas e naturais.

#### 1º ANNO

##### Sciencias Physicas e Naturaes – Hygiene

- A) Conhecimento e distincção das côres.
- B) Observações sobre o aspecto exterior de vários corpos, suas qualidades e utilidades.
- C) Estudos de animaes conhecidos e sua classificação pelo aspecto exterior: animaes de penna, de pello, de escamas; animaes que andam, que voam, que nadam, que rastejam, animaes uteis, animaes nocivos.
- D) Conhecimento de alguns productos animaes: carne, osso, couro, chifre, dentes, pennas, pello, etc.

- E) Palestras sobre vegetaes conhecidos: utilidade e emprego de seus productos na alimentação, na medicina caseira, nas construcções e na fabricação de moveis, tecidos, papel, etc.
- F) Arvores fructiferas dos campos, dos mattos, e dos pomares.
- G) Conselhos sobre a alimentação.
- H) Conselhos sobre o asseio individual.
- I) Efeitos nocivos do fumo e do álcool (p. 6).

## 2° ANNO

### Sciencias Physicas e Naturaes – Hygiene

- A) Ensino objectivo dos estados e qualidades dos corpos, corpo solido, liquido e gazo; aspecto, liso e escorregadio; fragil, resistente, poroso, translucido, opaco, elastico, flexivel, combustivel, inflammavel, explosivo, fusivel, soluvel, fibroso, granuloso, sonante, adstringente, picante, acido, doce, salgado.
- B) Primeiras observações sobre animaes vertebrados e invertebrados; animaes uteis e nocivos á agricultura. Animaes domésticos. Animaes uteis aos homens; animaes nocivos: meios de defeza de que dispomos. Estudos da vida de alguns animaes de grande importância, taes como, o boi, o cavallo, o carneiro, a cabra, as aves domesticas, as abelhas, o bicho da seda, etc.
- C) Estudo elementar do corpo humano; observações geraes sobre a hygiene da alimentação e dos sentidos.
- D) Cuidados em relação ao orgam da vista para evitar as molestias que o atacam.
- E) Estudo de alguns vegetaes úteis: a herva matte, o café, o algodão, o linho, o trigo, o arroz, o feijão, a batata, os legumes, etc.
- F) Observações sobre a germinação das sementes (p. 10).

## PROGRAMMA DO 3° ANNO

### Sciencias Physicas e Naturaes – Hygiene

- A) Ar atmosphérico: barometros.
- B) Composição do ar. Ar viciado. Humidade do ar e suas causas.
- C) Evaporação; observação sobre o phenomeno geral da evaporação, suas causas e efeitos.
- D) As chuvas; formação das chuvas e efeitos.
- E) Ventos; suas causas e seus efeitos.
- F) A geada e a neve.
- G) Estudo muito simples de alguns mineraes mais conhecidos: o ferro, o carvão de pedra, o chumbo, o cobre, o nickel, a prata, o ouro.
- H) A água, sua composição. Águas doces e salgadas. Águas salobras e potáveis. Águas mineraes e medicinaes. Águas thermaes.
- I) Calor, fontes de calor. Thermometros.
- J) Animaes; principaes caracteres dos vertebrados e dos invertebrados.
- K) Animaes uteis.
- L) O homem, partes principaes do corpo humano. Os principaes ossos do esqueleto.
- M) Apparelho digestivo, sua função.
- N) Descrição dos instrumentos mais usados em agricultura.
- O) Diversos processos para reprodução artificial dos vegetaes; estaca, mergulha e enxertia.

P) A cultura de alguns vegetaes uteis, em campos de experiênciã: café, algodão, cana de assucar, cereaes, arvores fructiferas, plantas leguminosas. Benefícios que essas plantas prestam ao homem.

Q) A cultura das rosas, dos cravos e outras flôres.

No primeiro ano, entre os nove pontos constituintes do programa da disciplina, apenas três foram destinados aos assuntos da higiene escolar. São eles: G (Conselhos sobre alimentação), H (Conselhos sobre o asseio individual) e I (Efeitos nocivos do fumo e do álcool). No segundo ano foram dois os pontos abordados, dentre os seis destinados à disciplina *Sciencias Physicas e Naturaes - Hygiene*: C (Estudo elementar do corpo humano; observações geraes sobre a hygiene da alimentação e dos sentidos) e D (Cuidados em relação ao orgam da vista para evitar as molestias que o atacam). No terceiro ano, dos 17 itens listados para serem desenvolvidos durante o ano, apenas um era relativo à hygiene escolar: o M (Apparelho digestivo, sua funcção). No último ano do curso primário, a hygiene ganhava um espaço maior do que nos anos anteriores, como se pode perceber no desenvolvimento do programa:

#### PROGRAMMA DO 4° ANNO

Sciencias Physicas e Naturaes – Hygiene

A) Ligeiras explicações sobre a campainha electrica, telephone, telegrapho, para raios, pendulo, relógio, luz e força e electricas, circulação do ar, aquecimento do ar, illuminação a gaz, tensão do vapor d'agua, acção corrosiva dos acidos e dos alcalis; poder dissolvente do alcool e da essencia de therebentina, etc; applicações do vapor e de electricidade, etc.

B) Classificação animal: estudo elementar das principaes classes de vertebrados.

C) Estudo elementar do esqueleto humano.

D) Caracteres geraes dos invertebrados.

E) Apparelho respiratorio, circulatorio e digestivo.

F) Estudo elementar dos sentidos.

G) Plantio e cultura das arvores fructiferas e mais vegetaes e proprios do nosso clima. Ephoca do plantio e processos de cultura. Ephoca e processo da poda.

H) Adubos.

I) Hygiene da habitação, do vestuario e da alimentação. Exercicios Physicos, sua necessidade e suas vantagens. Repouso e somno.

J) Insectos transmissores de enfermidades.

K) Molestias contagiosas e infecciosas; impaludismo, tuberculose, trachoma, lepra, meios de evital-as e seu tratamento.

L) Sôro anti-ophidico, anti-diphtherico e anti-tetanico; raiva e seu tratamento preventivo.

M) Vaccinação contra a variola e febre typhoide.

N) Socorros urgentes nos casos de ferimentos, fracturas, vertigens, queimaduras e asphyxia.

O) Cuidados em relação aos ferimentos produzidos nos pés e nas mãos; emprego de algodão hydrophilo, de gaze, das ataduras, do iodo, da água oxigenada, etc (p. 19-20).

Dos 15 pontos desse último ano letivo do ensino primário, 10 eram destinados aos assuntos referentes à higiene escolar: C (Estudo elementar do esqueleto humano), E (Apparelho respiratorio, circulatorio e digestivo), F (Estudo elementar dos sentidos), I (Hygiene da habitação, do vestuario e da alimentação. Exercicios Physicos, sua necessidade e suas vantagens. Repouso e somno), J (Insectos transmissores de enfermidades), K (Molestias contagiosas e infecciosas; impaludismo, tuberculose, trachoma, lepra, meios de evital-as e seu tratamento), L (Sôro anti-ophidico, anti-diphtherico e anti-tetanico; raiva e seu tratamento preventivo), M (Vaccinação contra a varíola e febre typhoide), N (Socorros urgentes nos casos de ferimentos, fracturas, vertigens, queimaduras e asphyxia), O (Cuidados em relação aos ferimentos produzidos nos pés e nas mãos; emprego de algodão hydrophilo, de gaze, das ataduras, do iodo, da água oxigenada, etc). Além de sua ampliação frente aos conhecimentos de ciências físicas e naturais, ampliaram-se seus conteúdos tendo em vista o programa de ensino vigente até 1920 – Programa do Grupo Escolar Modelo e similares de 1917.

Há nesse momento a inclusão de saberes relacionados às doenças – não antes apresentado nos programas de ensino – tais como as principais doenças que assolavam a população curitibana nas décadas de 1910 e 1920<sup>59</sup>, sua profilaxia e tratamentos. Além disso, ainda fazia parte dos saberes a aplicar pelos professores, a aprendizagem de primeiros socorros em casos de ferimentos, fraturas, vertigens, queimaduras e asfixia, assim como saber manusear os instrumentos que auxiliavam nesse tratamento.

É importante destacar a existência de cursos de Higiene Elementar para professores. Ao analisar seus conteúdos, compreende-se a maciça presença de saberes relacionados às doenças, como no noticiário intitulado ‘Curso de Higiene Elementar’, encontrado nos Archivos Paranaenses de Medicina (1920), já destacado no tópico dirigido ao estudo da higiene como lugar da educação do corpo. Outra

---

<sup>59</sup> Algumas das principais doenças que detinham a atenção dos órgãos públicos eram: tuberculose, febre tifóide, coqueluche, difteria, impaludismo, doença de Chagas, “leishmaniose”, além das doenças próprias das crianças em idade escolar, como anemia, “pediculose”, escabiose, verminose, sarampo, varíola, entre outras.

influência bastante forte na construção desse programa de ensino foi a presença de discursos e teses apresentadas em congressos regionais e nacionais. Na década de 1920, a pertinência dos debates a respeito da educação e higiene foi assimilada pelos principais grupos dirigentes da sociedade curitibana. A frequência de teses sobre a higiene escolar nos congressos e conferências ocorridas nos anos 1920, mostram o valor que a higiene em consonância com a pedagogia vinha ganhando nos mais diferentes espaços de discussão.

Embora no programa de 1921 a higiene aparecesse dividindo espaço com outros saberes integrando uma mesma disciplina escolar, foi ressaltado em outro momento do mesmo programa – “Instruções para execução do horário e do programma” – a justificativa da presença do ensino da higiene escolar, em separado das instruções para as ciências físicas e naturais:

As aulas de hygiene devem merecer muito interesse, **esforçando-se o professor** [sem grifos no original] para que sejam bem compreendidos os conselhos relativos as medidas prophylaticas.

Estas aulas têm tanto valor na escola como o próprio ensino em geral. O professor deve se occupar dellas com o mesmo interesse requerido para o aprendizado da leitura, da arithmetica e da escripta. Por esse motivo na necessidade de se conhecer o assumpto e de se repetirem as lições durante o anno todo.

A Inspectoria Geral, fará larga distribuição de folhetos da “Secção da Educação Hygienica”, publicação annexa á revista “archivos Paranaenses de Medicina”, orgam official do Serviço de Prophylaxia Rural, nos quaes encontrarão os professores preciosos subsidios para tal ensino.

A educação do povo em relação á Hygiene é de tanta importância como a alphabetização. E só a escola póde realmente propagar todas as medidas que a Hygiene aconselha e das quaes depende a saúde do nosso povo e, portanto, a força, a intelligencia e a riqueza nacional.

E', pois, de maximo interesse que se intensifique o ensino da Hygiene nas nossas escolas e se faça propaganda cerrada para educar o povo em tão magno assumpto (INSPETORIA GERAL DE ENSINO, 1921, p. 25).

Percebe-se uma tentativa de justificar a importância da presença da Higiene na escola, igualando seu valor ao da leitura, da aritmética e da escrita – saberes apontados como principais meios para a instrução do povo. Fazendo dela uma disciplina escolar importante para o processo de escolarização, atesta o descaso com a mesma, à medida que recorre ao esforço do professor para lecionar os seus conteúdos. As falas sobre a Higiene apareciam sempre com a necessidade de sua afirmação na escola, com o discurso no sentido de reafirmação da posição que a higiene escolar veio ganhando com o passar do tempo. Um conhecimento da área

médica que, aos poucos foi conquistando espaço no campo educacional e que chegou no momento de determinação do espaço da escola como principal lugar para a disseminação de todos os conhecimentos precisos para a saúde do povo.

Em relatório do movimento anual do Grupo Escolar Tiradentes, apresentado por sua diretora, professora Maria da Luz Cordeiro Xavier, ao Inspetor Geral do Ensino em 1928, encontra-se a avaliação da diretora sobre o desenvolvimento da disciplina Higiene: “Hygiene: as aulas desta matéria foram dadas com alguma vantagem. Foi preciso um grande esforço para formar o habito sob a acção constante das professoras e o aviso do Medico-Inspector. Essa matéria teve como principal escopo criar, na criança, uma consciência exata do valor da saúde.” (XAVIER, 1928, s.p.).

Embora o programa de ensino para os grupos escolares de 1921 não apresentasse os objetivos da disciplina escolar Ciencias Physicas e Naturaes - Hygiene, pode-se fazer relações entre o programa, a parte que cabe aos saberes de higiene escolar, e o resultado propagado pela diretora do Grupo Escolar Tiradentes. Primeiramente, algo não mencionado no programa, o auxílio do médico-inspetor na transmissão dos conhecimentos referentes à higiene escolar. Além da professora, o médico tornou-se um auxiliar desta para os assuntos relacionados à saúde das crianças. Outro ponto a se destacar seria a referência ao “grande esforço para formar o habito”, e mais, “criar, na criança, uma consciência exata do valor da saude”. Aí estão os objetivos e motivos da presença da higiene no ambiente escolar: veicular hábitos e costumes concernentes com as noções da higiene escolar e saúde pública.

É esse intuito que se identifica também no Programa de 1932. Este, que delimita temporalmente o presente trabalho, apresenta uma conformação diferente do programa anterior (de 1921) por retornar a rubrica Higiene. Além dessa mudança, o programa de 1932 apresenta importantes somas de noções sobre a higiene à disciplina. No primeiro, segundo e terceiro anos, o programa não traz muitas inovações, como se vê:

1º ano

- a) Asseio da boca, dentes, mãos, unhas, orelhas, nariz, olhos e cabelos.
- b) Asseio do corpo, em geral – necessidade do banho.
- c) Asseio do vestuario.

- d) Conselhos sôbre a alimentação.
- e) Efeitos nocivos do uso do fumo e do alcool (p. 41).

## 2º ano

- a) Higiene da alimentação: mastigação e qualidades dos alimentos; o perigo das frutas verdes e das águas paradas.
- b) Cuidados em relação ao órgão da vista para se evitar as molestias que o atacam.
- c) Preleções sobre o asseio individual e do vestuario (p. 48).

## 3º ano

- a) Revisão do programa do 2º ano.
- b) Higiene da habitação; sua localização, posição, construção, ventilação, iluminação, pintura, privadas, água e esgoto.
- c) Higiene das ruas e praças publicas; seu alinhamento, nivelamento e arborização.
- d) Exercícios físicos; sua necessidade e vantagens (DIRETORIA GERAL DA INSTRUÇÃO PUBLICA, 1932, p. 56).

São os mesmos assuntos tratados nos programas anteriores, mas com uma minúcia maior, com uma ampliação do ensino de cada um dos temas, como por exemplo a alimentação. A alimentação já era conteúdo da Higiene, no entanto sua abrangência era menor. O programa de 1917 incorporava o horário para ela e a boa mastigação e o programa de 1921, a higiene da alimentação. Já no programa de 1932, são acrescentadas informações relevantes sobre a qualidade dos alimentos, o perigo das frutas verdes e das águas paradas. A exploração maior de cada um dos itens do programa aparece de forma geral, em todos os assuntos listados<sup>60</sup>.

O programa do quarto ano letivo chama a atenção para assuntos diferentes dos anteriores:

- a) Revisão do programa do 3º ano.
- b) Molestias contagiosas e infecciosas: amarelão, maleita, tuberculose, tracoma, variola, sarampo, escarlatina, coqueluche, crup, lepra, sarna, etc., meios de evitá-las e de combatê-las.
- c) Insetos transmissores de molestias.
- d) Hidrofobia e mordedura de cobras.
- e) Primeiros socorros nos casos de ferimentos, fraturas, vertigens, queimaduras, asfixia por submersão, etc.
- f) Necessidade da vacina.
- g) Desinfecções (DIRETORIA GERAL DA INSTRUÇÃO PUBLICA, 1932, p. 62).

---

<sup>60</sup> Não cabe aqui explorar cada um dos itens do programa de 1932, pois se considera que ele traz elementos novos, que precisaria de uma maior atenção. Aqui apresenta-se o programa, sem a preocupação de analisá-lo, o que seria assunto para outro trabalho.

Novas doenças são apresentadas, a vacinação, os cuidados e tratamentos das doenças e os seus causadores. Ainda, a proximidade da natureza, para o conhecimento dos insetos causadores das doenças e da cobra e as conseqüências de seu veneno. Uma observação importante é a que consta no programa da disciplina na forma de indicação: “em seguida á aula de higiene o professor procederá a rigorosa revista higiênica em os alunos da classe, não permitindo em absoluto, que os mesmos freqüentem o estabelecimento sem satisfazer os preceitos higiênicos relativos ao asseio individual” (DIRETORIA GERAL DA INSTRUÇÃO PÚBLICA, 1932, p. 42).

Depois de ser criada como disciplina escolar em 1917, ser associada às ciências físicas e naturais no programa de 1921, a Higiene volta no programa de 1932 (com essa rubrica) com tempo e espaço próprios e conteúdos mais desenvolvidos e elaborados. Portanto, entende-se assim, a disciplina entra numa nova fase, que precisa ser melhor investigada a partir do programa de ensino de 1932 pelos pesquisadores da história da educação e das disciplinas escolares.

### 3.2.2 Distribuição temporal da Higiene no currículo

Uma das características fundamentais para o estudo de uma disciplina escolar é, sem dúvida, o tempo destinado a ela, tendo em vista que é a partir deste estudo que se pode localizar o status da disciplina frente às demais, ou seja, delimitar qual o espaço ocupado pela disciplina no currículo escolar. No entanto, esse fato é decorrência da necessidade da organização do tempo para a transmissão da cultura na escola e a distribuição temporal das atividades escolares é uma das razões para essa organização. Nesse tópico, portanto, procurou-se mapear o tempo destinado à Higiene e à higiene escolar dentre as disciplinas e atividades dos grupos escolares da capital paranaense.

De início, a busca pelo lugar ocupado pela Higiene nos quadros horários dos programas de ensino analisados no presente trabalho fez-se importante, ou seja, o tempo destinado à transmissão dos conteúdos listados no programa de ensino dessa disciplina escolar. Um segundo ponto se refere à análise, dentre todas as atividades escolares – cabendo, portanto, as disciplinas lecionadas, os intervalos, os horários de entrada e de saída – do período demarcado para a educação higiênica,

isto é, analisar o currículo dos grupos escolares, contemplando principalmente sua relação com a higiene escolar, tendo em vista o entendimento que Antonio Viñao (1996, p. 47-48) desenvolve ao pensar o tempo escolar:

La distribución semanal y diaria de las tareas y actividades implica la determinación previa de la jornada escolar: horas de entrada y salida y número de horas y sesiones diarias. El cuadro-horario escolar, ley máxima en este aspecto de la institución, culmina el proceso. En él se regulan, como mínimo, el tiempo dedicado a cada materia o actividad y las interrupciones o descansos entre una e otra. En esta regulación influyen el prestigio de las materias o actividades en cuestión y consideraciones de orden higiénico-mental - “*surmenage*” o fatiga, naturaleza más o menos abstracta, intelectual o corporal de las disciplinas o tareas – así como las preferencias e intereses de quienes tienen al respecto el poder de decisión en cada establecimiento docente. Una amalgama, en suma, de aspectos entrecruzados que oculta, en ocasiones, los elementos determinantes<sup>61</sup>.

Por conseguinte, entende-se que a questão do tempo escolar tem direta relação com a higiene escolar e o tempo escolar é determinado por esta. De certa forma eram pressupostos higiênicos que determinavam a distribuição do tempo escolar, aconselhando a alternância das atividades intelectuais e físicas, os intervalos e recreios. Viñao (1998, p. 77) ressalta isso em outra obra, quando destaca que o higienismo e a distribuição científica e racional do tempo e do trabalho coincidiam em duas questões: a *surmenage* escolar e a introdução dos exercícios corporais.

Em relação ao programa de 1917, não foi possível desenvolver uma análise mais apurada desse componente da disciplina Higiene, pois o programa não apresentava anexada a proposta do quadro horário concernente com a relação das disciplinas escolares. Embora se tenha os horários de funcionamento do grupo escolar modelo: “Obedecendo os trabalhos escolares o seguinte horário: de 12 às 16,30, com intervalo de 20 minutos para descanso de alumnos e profesores (14,25 às 14,45), para o 2º, 3º e 4º ano, em ambas as seções; para o 1º ano, há ainda um intervalo de 10 minutos em cada seção” (SILVA, 1917, p. 176).

---

<sup>61</sup> A distribuição semanal e diária das tarefas e atividades implica a determinação prévia da jornada escolar: horas de entrada e saída e número de horas e sessões diárias. O quadro-horario escolar, lei máxima neste aspecto da instituição, culmina o processo. Nele se regulam, como mínimo, o tempo dedicado a cada matéria ou atividade e as interrupções ou descansos entre uma e outra. Nesta regulação influem o prestígio das matérias ou atividades em questão e considerações de ordem higiénico-mental - “*surmenage*” ou fadiga, natureza mais ou menos abstrata, intelectual ou corporal das disciplinas ou tarefas – assim como as preferências e interesses de quem têm o respectivo poder de decisão em cada estabelecimento docente. Uma amalgama, em suma, de aspectos entrecruzados que ocultam, em ocasiões, os elementos determinantes. Tradução livre.

Mesmo não sabendo o horário destinado à disciplina Higiene no quadro horário, percebe-se no trecho acima os momentos de intervalos, contrastando com o período de aprendizado do aluno. Como já mencionado, o tempo destinado ao descanso de professores e alunos tem relação direta com os preceitos de higiene e educação do corpo, tendo em vista os “processos orgânicos de resposta aos estímulos da escola” (TABORDA DE OLIVEIRA, 2005, s.p.).

Diferente do programa de 1917, no programa de 1921 encontra-se apresentados os quadros horários de cada ano letivo, mostrando o horário destinado a cada disciplina escolar. Um dos pontos relevantes quanto ao tempo escolar nesse programa de ensino é sobre o fato da Higiene frente à Leitura, Aritmética e Escrita ter o mesmo peso, quando o programa de 1921 iguala a atenção dada à Higiene em relação aos conhecimentos mencionados.

**QUADRO 4 - HORÁRIOS DESTINADOS ÀS DISCIPLINAS: LEITURA, ARITMÉTICA, ESCRITA E HIGIENE – 1.º ANO**

<b>Disciplinas</b>	<b>Horários</b>	<b>Dias da semana</b>
Leitura A e cópia B e C	12h10 – 12h35	Segunda a sábado
Leitura B; Cópia A e Formação de sentenças C	12h35 – 1h	Segunda a sábado
Leitura C e Tornos A e B	1h – 1h25	Segunda a sábado
Calculo Concreto A e B e Calculo Escripto C	1h25 – 1h45	Segunda a sábado
Linguagem Oral	1h50 – 2h05	Terça, quarta, sexta e sábado
Calculo oral C e cop. de nº A e B	2h35 – 2h55	Terça, sexta e sábado
Sc. Phys. Nat. e hygiene	1h50 – 2h05	Segunda e quinta

**QUADRO 5 - HORÁRIOS DESTINADOS ÀS DISCIPLINAS: LEITURA, ARITMÉTICA, ESCRITA E HIGIENE – 2.º ANO**

<b>Disciplinas</b>	<b>Horários</b>	<b>Dias da semana</b>
Aritmética	12h05 – 12h40	Segunda a sábado
Leitura	12h40 – 1h10	Segunda a sábado
Ling. escrita	1h10 – 1h40	Segunda a sábado
Leitura de Parker	3h35 – 3h55	Segunda, quinta e sábado
Sc. Phys. Nat. e hygiene	3h35 – 3h55	Quarta e sexta

**QUADRO 6 - HORÁRIOS DESTINADOS ÀS DISCIPLINAS: LEITURA, ARITMÉTICA, ESCRITA E HIGIENE – 3.º ANO**

<b>Disciplinas</b>	<b>Horários</b>	<b>Dias da semana</b>
Aritmética	12h05 – 12h40	Segunda a sábado
Leitura	12h40 – 1h10	Segunda a sábado
Ling. escrita	1h10 – 1h35	Segunda a sábado
Sc. Phys. Nat. e hygiene	3h35 – 4h	Terça, quinta e sábado

**QUADRO 7 - HORÁRIOS DESTINADOS ÀS DISCIPLINAS: LEITURA, ARITMÉTICA, ESCRITA E HIGIENE – 4.º ANO**

<b>Disciplinas</b>	<b>Horários</b>	<b>Dias da semana</b>
Aritmética	12h05 – 12h40	Segunda a sábado
Leitura	12h40 – 1h10	Segunda e quarta a sábado
Ling. escrita	3h20 – 3h55	Segunda a quarta, sexta e sábado
Sc. Phys. Nat. e hygiene	3h – 3h20	Segunda a sexta

No entanto, ao analisar o quadro horário, a Higiene tem um peso consideravelmente inferior, quando se tem em questão o tempo destinado ao seu ensino. Esse é um ponto de contradição do programa de ensino de 1921, pois se esses saberes deveriam ter o mesmo peso na educação da criança, teriam que ter equilíbrio na distribuição dos seus horários escolares, o que, como os quadros acima demonstram, se distanciam bastante de uma mesma atenção para as disciplinas.

Esse fator, tendo o tempo como definidor da importância de uma disciplina escolar, faz com que se perceba que a Higiene, diferente dos discursos sobre sua importância na escola, não tivesse a ênfase tão defendida pelos homens de ciência, pois ocupava um espaço pequeno na grade horária do programa de ensino para assumir uma posição de relevância na escola.

Entretanto, pensando num segundo ponto de vista ao analisar o quadro horário do programa de 1921, tem-se uma proporção grande da higiene escolar conformando o quadro horário. Inicialmente, os dez minutos diários para entrada, canto e chamada no primeiro ano e cinco minutos nos demais, tendo uma das funções a inspeção dos alunos para o início das atividades escolares. Outra atividade diária, totalizando trinta minutos para sua prática, era o tempo destinado ao recreio, respeitando as teorias sobre estafa mental, propagando a “compensação do esforço intelectual” (TABORDA DE OLIVEIRA, 2005).

Pode-se destacar também os horários destinados à *Gymnastica* e *Jogos Gymnasticos*<sup>62</sup>, que, em sua origem, trouxeram preocupações principalmente de ordem médica. A *Gymnastica* ocupava duas aulas semanais, de vinte minutos cada uma, enquanto que os *Jogos Gymnasticos* tinham no quadro horário uma aula de trinta minutos no primeiro ano. No segundo, terceiro e quarto anos, foi destinada apenas uma aula de trinta e cinco minutos a *Jogos Gymnasticos* em cada um dos anos letivos.

Outra atividade no programa de ensino era *Marcha e Canto*, que ocupava cinco minutos diários no primeiro ano e ainda uma aula de trinta minutos na semana para ensaios de canto em todos os anos, além de constar no quadro horário dos quatro anos letivos, excetuando o segundo ano, a *Música*, variando entre vinte e trinta e cinco minutos semanais, preenchidos em uma aula. A música era apresentada como medicina para o espírito, “aliviando o cansaço causado pelas disciplinas que requeriam um maior esforço intelectual” (LEMOS JUNIOR, 2006, p. 184). A relação entre música e canto e a higiene escolar, segundo o autor, seria pelo fato de que “o canto aliava-se à educação higienista, pois era uma atividade capaz de cuidar, por um lado, do corpo, agindo no aparelho respiratório, circulação sanguínea, postura etc., e por outro, da mente propiciando um descanso da alma. Assim, a escola poderia fornecer ao aluno um equilíbrio entre as atividades recreativas e intelectuais” (LEMOS JUNIOR, 2006, p. 185).

Ainda tendo em vista, como apresentado nos quadros 4 a 7, o horário destinado à disciplina escolar *Sciencias Physicas e Naturais – Hygiene*, que variava entre quinze e vinte e cinco minutos, duas vezes por semana em cada um dos dois primeiros anos letivos, três vezes na semana no terceiro ano e diariamente no último ano letivo, excetuando o sábado, tem-se, quando somados os diferentes momentos mencionados, uma proporção considerável de atividades com bases médicas e higiênicas embutidas no currículo escolar, podendo então afirmar, que a higiene escolar fazia parte de um considerável espaço na organização do mesmo.

Totalizando os trinta minutos diários de recreio, cinco a dez minutos de entrada, canto e chamada, os cinco minutos de *Marcha e Canto*, as aulas de *Gymnastica*, *Jogos Gymnasticos*, *Canto*, *Musica*, *Sciencias Physicas e Naturaes* –

---

<sup>62</sup> No momento de especificação do quadro horário, *Gymnastica* e *Jogos Gymnasticos* aparecem de forma separada.

Hygiene, tem-se uma carga horária de sete horas e meia no primeiro ano, cinco horas e quarenta e cinco minutos no segundo ano, no terceiro ano seis horas e quarenta minutos e no último ano, sete horas e quinze minutos de um total de vinte e sete horas semanais por ano letivo – lembrando que as aulas funcionavam de segunda a sábado. Isso equivale a vinte e cinco por cento de todas as atividades curriculares, ou seja, somando toda a carga horária das atividades de cunho higiênico dos quatro anos letivos, tem-se vinte e sete horas e dez minutos, o que totaliza a carga horária completa de um dos anos letivos, um quarto do programa curricular.

Com isso, pode-se perceber o currículo como instrumento fortemente influenciado pelos preceitos higiênicos, podendo afirmar que um dos meios utilizados pelas teorias higienistas no processo de estruturação da escolarização foi o currículo escolar. Sabe-se, no entanto, que para o desenvolvimento dessa idéia seria necessário um intenso trabalho de pesquisa, o que fica para trabalhos futuros.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do trabalho de pesquisa, procurou-se despertar para um objeto ainda pouco explorado e que merece atenção de historiadores da educação por seu caráter peculiar, quando se percebe a Higiene como fruto de discussões e debates de pelo menos trinta anos antes de sua configuração. Um primeiro ponto que merece destaque neste momento é a identificação da Higiene como disciplina escolar. Esse posicionamento se deu principalmente pelas pistas seguidas no transcorrer da pesquisa, no mapeamento dos lugares que o saber da higiene ocupou e a localização de alguns aspectos de uma disciplina escolar: suas finalidades, conteúdos e objetivos (CHERVEL, 1990).

Ao perceber que a Higiene apresentava um espaço próprio nos programas de ensino, com tempo e conteúdos específicos para seu ensino, listados da mesma forma que de outras disciplinas escolares; finalidades e objetivos bem delineados de educação higiênica e aprimoramento da saúde da população via escola, que estavam presentes nos programas de ensino investigados; entendeu-se que a Higiene cumpriu o papel de uma disciplina escolar, ainda que não existisse na forma de uma única rubrica.

Ainda, remetendo-se à Dominique Julia (2002), foi importante evitar a tentação de pensar que uma disciplina não é ensinada porque ela não aparece nos programas escolares, ou porque não existem cátedras oficialmente com seu nome, como alerta o autor. O estudo da história de uma disciplina escolar, por isso mesmo, é complexo. O caso do engendramento da Higiene reflete essa dificuldade, demonstrada na extensão do presente trabalho, onde é encontrada em diversos lugares, apresentada de diferentes formas e com diferentes nomenclaturas.

As diferentes terminologias que a higiene escolar apresentou tanto no período anterior a 1917, quanto como disciplina escolar relaciona-se com os múltiplos sentidos que foram atribuídos à higiene, principalmente para a educação, nesses quase vinte anos de trajetória, encontrando uma variedade de confluências com outras idéias e saberes e, por isso mesmo, apresentando diferentes formas e lugares. No período estudado, ações como as reformas de ensino, as freqüentes discussões sobre a salubridade dos espaços escolares e a higiene pessoal dos alunos, a ascensão do movimento sanitarista e a profusão das idéias médicas a

partir de outros meios, como periódicos e eventos, proporcionaram alguns desdobramentos em relação à higiene. A criação da disciplina escolar Higiene e do serviço de Inspeção Médico-escolar foram, sem dúvida, parte importante desse movimento. A higiene escolar e a Higiene apresentaram uma trajetória descontínua, irregular, e assim sendo, instigante.

Isso porque a higiene foi pensada para diversos ambientes, como ruas, hospitais, fábricas, casernas, prisões, casas e cortiços, navios, seminários, conventos e internatos. No entanto, vale ressaltar que a escola se caracterizou como lugar privilegiado para a educação higiênica, como atribuído pelos médicos e educadores depois de longos debates e discussões. Por conseguinte, essa ligação rendeu tantos frutos que, com o tempo, o que apareceu nos discursos – em relatórios, periódicos e teses de congressos – foi a indissociabilidade atribuída à associação da higiene com a educação. Isso fica implícito em todo o caminho percorrido neste trabalho, sendo a higiene entendida, muitas vezes, como uma forma de educação, ou como a própria educação, como afirmou Abreu Fialho (1930, p. 56) na ocasião do V CBH: “a Hygiene, na mais generalizada das definições, porque é a mais exacta, ensina a conservar a vida e a preservar, resguardar a saúde”.

Termina-se esse trabalho com a sensação de que ele permanece inacabado, pois muitas lacunas ainda restam para o estudo da Higiene, principalmente no sentido das ações desenvolvidas nas escolas curitibanas, o que é assunto para outra pesquisa. Portanto, fica a esperança de que as questões postas ao longo do trabalho instiguem a realização de futuras pesquisas.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA JUNIOR, A. de. Formação de hábitos sadios nas crianças. In: **Annaes do Terceiro Congresso Brasileiro de Hygiene**. Vol. I. 1929, p. 819 – 827.

AMARAL, Afrânio. Discurso do orador oficial. In: **Annaes do Quinto Congresso Brasileiro de Hygiene**. Vol. I. Rio de Janeiro: Officinas Graphicas da Inspectoria de Demographia Sanitaria, 1930, p. 28 - 37.

ANDRADE, Maria Lúcia de. **Educação, cultura e modernidade**: o projeto formativo de Dario Vellozo (1906-1918). Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2002.

ANGELIS, Nicolau Meira de. Pela perfeição da raça brasileira. In: COSTA, M. J. F. et alii (org.). **I Conferência Nacional de Educação**: Curitiba, 1927. Brasília: INEP, 1997, p. 437 - 445.

ANNAES DO PRIMEIRO CONGRESSO BRASILEIRO DE HYGIENE. Rio de Janeiro: Officinas Graphicas da Inspectoria de Demographia sanitária, 1926.

ARCHIVOS PARANAENSES DE MEDICINA. In: **Revista de Medicina Experimental e de Higiene**. Curitiba, ano 1, nº 7, 1920.

AZAMBUJA, Laurentino de. **Relatório sobre o movimento das escolas públicas em 27 de dezembro de 1907**. Curitiba: Typ. D'A Republica, 1907.

AZEVEDO, Maria Luiza Camargo de. Divertimentos Infantis. In: COSTA, M. J. F. et alii (org.). **I Conferência Nacional de Educação**: Curitiba, 1927. Brasília: INEP, 1997, p. 73 - 78.

BARBOSA, J. Placido. Typos de organização sanitaria applicaveis ao Brasil. In: **Annaes do Quinto Congresso Brasileiro de Hygiene**. Vol. II. Rio de Janeiro: Officinas Graphicas da Inspectoria de Demographia Sanitaria, 1930, p. 45 - 56.

BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. Arquitetura e espaço escolar: reflexões acerca do processo de implantação dos primeiros grupos escolares de Curitiba (1903-1928). In: **Educar em Revista**. Curitiba, PR: Ed. da UFPR, n.18, 2001, p. 103-141.

\_\_\_\_\_. Grupos escolares no Brasil: um novo modelo de escola primária. In: STEPHANOU, M.; CAMARA BASTOS, M. H. (orgs.) **Histórias e memórias da educação no Brasil, vol. III**: século XX. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005, p. 68-76.

BERBERI, Elizabete. **Impressões**: a modernidade através das crônicas no início do século em Curitiba. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998.

BERMAN, Marshall. Introdução: Modernidade ontem, hoje e amanhã. In: **Tudo o que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BERTUCCI, Liane Maria. **Influenza, a medicina enferma: ciência e práticas de cura na época da gripe espanhola em São Paulo**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004.

\_\_\_\_\_. Forjar o povo, construir a nação: ciência médica e saúde pública no Brasil. **Coloquio Internacional: La Integración del territorio ensina una idea de Estado. México y Brasil, 1821-1946**. Ciudad de México: UNAM, 2005 (mimeo).

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Disciplinas escolares: história e pesquisa. In: TABORDA DE OLIVEIRA, M. A.; RANZI, S. M. F. (orgs.). **História das Disciplinas Escolares no Brasil: contribuições para o debate**. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2003, p. 9-38.

BONA JUNIOR, Aurélio. **Educação e modernidade nas conferencias educacionais da década de 1920 no Paraná**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.

BONI, Maria Ignês Mancini de. **O espetáculo visto do alto: vigilância e punição em Curitiba (1890-1920)**. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1985.

CAMPOS, Cristina de. **São Paulo pela lente da Higiene: as propostas de Geraldo Horacio de Paula Souza para a cidade (1925-1945)**. São Paulo: RiMa, 2002.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Quando a história da educação é a história da disciplina e da higienização das pessoas. In: FREITAS (org.). **História Social da Infância no Brasil**. São Paulo, SP: Editora Cortez, 1997, p. 269-287.

\_\_\_\_\_. **Molde Nacional e fôrma Cívica: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931)**. Bragança Paulista: EUDSF, 1998.

\_\_\_\_\_. Arquitetura escolar e o primado da visibilidade. In: **A escola e a República e outros ensaios**. Bragança Paulista: EDUSF, 2003, p. 69-75.

CERQUEIRA, Arthur Pedreira de. **Relatório apresentado ao Secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública**. Curitiba: Annibal Rocha & Cia, 1907.

CHAGAS, Carlos. Sessão inaugural: Discurso do Dr. Carlos Chagas. In: **Annaes do Primeiro Congresso Brasileiro de Hygiene**. Vol. I. Rio de Janeiro: Officinas Graphicas da Inspectoria de Demographia Sanitaria, 1926, p. 13 - 16.

CHAPOT, Tharcilla Armbruster. **73º aniversário da emancipação política do Paraná**. Congresso de Ensino Primário e Normal. 1926.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. In: **Teoria e Educação**. Porto Alegre, n. 2, 1990, p. 177-229.

COSTA, Maria J. F. F. (org.). **A dimensão de um homem: Lysimaco Ferreira da Costa, o educador**. Curitiba: Imprensa da UFPR, 1995.

COSTA, Maria J. F. F.; SCHENA, Denílson R.; SCHIMIDT, Maria A. (orgs.). **I Conferência Nacional de Educação**: Curitiba, 1927. Brasília: INEP, 1997.

CUNHA, Octavio Ribeiro da. Indicações higienicas para a remodelação das cidades. In: **Annaes do Primeiro Congresso Brasileiro de Hygiene**. Vol. I. Rio de Janeiro: Officinas Graphicas da Inspectoria de Demographia Sanitaria, 1926, p. 50 - 57.

DE DECCA, Edgar. Os muitos modernismos. In: **História: Questões e Debates**. Curitiba: a. 11, n. 20-21, jun.-dez., 1990, p. 5-16.

DIARIO DOS CAMPOS. Serviço de Inspeção Medico-escolar. In: **Diário dos Campos**. Ponta Grossa, 11 de maio de 1926.

DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO DO PARANÁ. Curitiba: Editora Livraria do Chain; Banco do Estado do Paraná, 1991.

DIRETORIA GERAL DA INSTRUÇÃO PUBLICA. **Regimento Interno e Programa para Grupos Escolares**. Decreto n. 1874. Curitiba: Irmãos Guimarães & Cia., 29 jul. 1932.

FALLARZ, Segismundo. **Normas de proceder de um professor de escola isolada**. Congresso de Ensino Primário e Normal. 1926.

FARIA FILHO, Luciano Mendes. A legislação escolar como fonte para a História da Educação: uma tentativa de interpretação. In: FARIA FILHO (org.). **Educação, Modernidade, Civilização: fontes e perspectivas de análises para a história da educação oitocentista**. Belo Horizonte: Autêntica, 1998, p. 89-125.

\_\_\_\_\_. **Dos pardieiros aos palácios:** cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República. Passo Fundo: UPF, 2000.

\_\_\_\_\_. Escolarização, culturas e práticas escolares no Brasil: elementos teórico-metodológicos de um programa de pesquisa. In: LOPES, A. C.; MACEDO, E. (orgs.). **Disciplinas e integração curricular:** histórias e políticas. Rio de Janeiro: DP&A, 2002, p.13-35.

FERREIRA, Antonio Gomes Alves. Higiene e controlo médico da infância e da escola. In: **Caderno Cedes: Educação pela higiene:** histórias de muitas cruzadas. Campinas, SP, v. 23, n. 59, 2003, p. 9 – 24.

\_\_\_\_\_. Modernidade, Higiene e Controle médico da Infância e da Escola. In: ALMEIDA, Malu (org.). **Escola e modernidade:** saberes, instituições e práticas. Campinas, SP: Editora Alínea, 2004, p. 97 –111.

FERREIRA, João de Sousa. **Ofício ao Secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública.** Curitiba: AP 1651, 12 de março de 1917.

FERREIRA, Manoel. Sessão de Encerramento: discurso do dr. Manoel Ferreira. In: **Annaes do Segundo Congresso Brasileiro de Hygiene.** Vol. I. Rio de Janeiro: Livraria, Papelaria e Litho-Typographia Pimenta de Mello & Cia, 1928, p. 54 – 56.

FIALHO, Abreu. Conferência: Organização hygienica do Ensino. Hygiene do trabalho mental. Hygiene das férias. In: **Annaes do Quinto Congresso Brasileiro de Hygiene.** Vol. I. Rio de Janeiro: Officinas Graphicas da Inspectoria de Demographia Sanitaria, 1930, p. 55 - 68.

FONTENELLE, J. P.; PARREIRAS, Decio. Relatórios dos drs. J. P. Fontenelle e Decio Parreiras sobre as contribuições ao thema II. In: **Annaes do Quinto Congresso Brasileiro de Hygiene.** Vol. II. Rio de Janeiro: Officinas Graphicas da Inspectoria de Demographia Sanitaria, 1930, p. 4 – 15.

FONTENELLE, J. P. Organização Sanitária Escolar. In: **O Ensino.** Curitiba: Inspetoria Geral de Ensino, ano III, nº 1, agosto de 1924.

\_\_\_\_\_. A profissão sanitária. In: **Annaes do Segundo Congresso Brasileiro de Hygiene.** Vol. I. Rio de Janeiro: Livraria, Papelaria e Litho-Typographia Pimenta de Mello & Cia, 1928, p. 71 – 81.

\_\_\_\_\_. Parecer: Formação de hábitos sadios nas crianças. Relator Dr. J. P. Fontenelle. In: **Annaes do Terceiro Congresso Brasileiro de Hygiene.** Vol. I. 1929, p. 935 – 938.

FRAGA, Clemente. Sessão Inaugural: Oração do Prof. Clemente Fraga. In: **Annaes do Primeiro Congresso Brasileiro de Hygiene**. Vol. I. Rio de Janeiro: Officinas Graphicas da Inspectoria de Demographia Sanitaria, 1926, p. 16 - 20.

GÓES, Faria. Formação de hábitos sadios nas crianças. In: **Annaes do Terceiro Congresso Brasileiro de Hygiene**. Vol. I. 1929, p. 879 – 887.

GOMES, Mario. **Relatório do Serviço de Inspeção Médico-Escolar relativo ao período de funcionamento em 1921**. Curitiba: Typ. da Penitenciaria do Estado, 1921.

\_\_\_\_\_. **Relatório do Serviço de inspeção medico-escolar correspondente ao período de janeiro a julho de 1926**. Curitiba, 1926.

GOMES, Raul. **Relatório apresentado ao chefe da 3ª Seção da Secretaria do Interior, Justiça e Instrução Pública**. Curitiba: Typ. D'A Republica, 1917.

GONDRA, José G. Medicina, Higiene e Educação Escolar. In: LOPES; FARIA FILHO; VEIGA (orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 519-550.

\_\_\_\_\_. Homo hygienicus: educação, higiene e a reinvenção do homem. In: **Caderno Cedes: Educação pela higiene: histórias de muitas cruzadas**. Campinas, SP, v. 23, n. 59, 2003, p. 25 – 38.

\_\_\_\_\_. **Artes de civilizar: medicina, higiene e educação escolar na Corte imperial**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

GONZAGA, Leonel. Como se pode fazer a assistência médica aos alunos pobres das escolas primárias. In: COSTA, M. J. F. et alii (org.). **I Conferência Nacional de Educação**: Curitiba, 1927. Brasília: INEP, 1997, p. 456 - 463.

GOODSON, Ivor F. **Historia del curriculum: la construcción social de las disciplinas escolares**. Barcelona: Ediciones Pomares-Corredor, 1995a.

\_\_\_\_\_. **Currículo: teoria e história**. 7ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995b.

GUIMARÃES, Arthur Ribeiro. Organização sanitária dos municípios: como estender a todos os municípios do paiz os serviços de saneamento rural e qual deverá ser a orientação a dar aos mesmos. In: **Annaes do Primeiro Congresso Brasileiro de Hygiene**. Vol. I. Rio de Janeiro: Officinas Graphicas da Inspectoria de Demographia Sanitaria, 1926, p. 257 – 260.

GUIMARÃES FILHO, Álvaro. Educação e higiene mental. In: COSTA, M. J. F. et alii (org.). **I Conferência Nacional de Educação**: Curitiba, 1927. Brasília: INEP, 1997, p. 464 - 470.

HÉBRARD, Jean. A escolarização dos saberes elementares na época moderna. In: **Teoria e Educação**. Porto Alegre, n. 2, 1990, p. 65-110.

HERMANNY FILHO, Luiz. Formação de hábitos sadios nas crianças. In: **Annaes do Terceiro Congresso Brasileiro de Hygiene**. Vol. I. 1929, p. 909 – 926.

INSPETORIA GERAL DE ENSINO. **Programma dos Grupos Escolares do Estado do Paraná**. Curitiba: Livraria Mundial França & Requião, 1921.

\_\_\_\_\_. Cousas diversas. In: **O Ensino**. Curitiba: Inspetoria Geral de Ensino, ano I, nº 1, janeiro de 1922a.

\_\_\_\_\_. Inspetoria Geral de Ensino. In: **O Ensino**. Curitiba: Inspetoria Geral de Ensino, ano I, nº 2, abril de 1922b.

\_\_\_\_\_. A. B. C. da Hygiene Escolar. In: **O Ensino**. Curitiba: Inspetoria Geral de Ensino, ano I, nº 3, setembro de 1922c.

\_\_\_\_\_. Educação Hygienica – Jogos Infantis. In: **O Ensino**. Curitiba: Inspetoria Geral de Ensino, ano II, nº 3, outubro de 1923.

\_\_\_\_\_. **Regulamento do Congresso de Ensino Primário e Normal**. Curitiba: Typ. D'A Republica, 1926a.

\_\_\_\_\_. **Ata oficial do Congresso de Ensino Primário e Normal**. 1926b.

INSTRUCÇÃO PUBLICA DO PARANÁ. **Regulamento orgânico do ensino publico do Estado**. Curitiba: Círculo de Estudos Bandeirantes, 15 out. 1909.

IWAYA, Marilda. Cenário e palco para a instrução: a linguagem arquitetônica do Instituto de Educação do Paraná Professor Erasmo Pilotto (1940-1960). In: BENCOSTTA, M. L. A. (org.). **História da Educação, Arquitetura e Espaço escolar**. São Paulo: Cortez, 2005, p. 171-191.

JANNEY, John H. Plano e desenvolvimento do serviço sanitário municipal no Brasil. In: **Annaes do Primeiro Congresso Brasileiro de Hygiene**. Vol. I. Rio de Janeiro: Officinas Graphicas da Inspectoria de Demographia Sanitaria, 1926, p. 246 - 256.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**. Campinas, n.º 1, 2001, p. 9-43.

\_\_\_\_\_. Disciplinas escolares: objetivos, ensino e apropriação. In: LOPES, A. C.; MACEDO, E. (orgs.). **Disciplinas e integração curricular: histórias e políticas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002, p. 37-71.

LEAO, Carneiro. Formação de hábitos sadios nas crianças. In: **Annaes do Terceiro Congresso Brasileiro de Hygiene**. Vol. I. 1929, p. 871 – 878.

LEMOS JUNIOR, Wilson. O ensino e Canto Orfeônico e sua Perspectiva Higienista na Primeira Metade do Século XX. In: TABORDA DE OLIVEIRA (org.). **Educação do corpo na escola brasileira**. Campinas, SP: Autores Associados, 2006, p. 181-194.

LIBANIO, Samuel. Sessão de encerramento: Discurso do Dr. Samuel Libanio. In: **Annaes do Segundo Congresso Brasileiro de Hygiene**. Vol. I. Rio de Janeiro: Livraria, Papelaria e Litho-Typographia Pimenta de Mello & Cia, 1928, p. 53 – 54.

MACEDO, Francisco Ribeiro de. **Relatório apresentado ao Secretário d'Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública**. Curitiba: Typ. Do Diário Oficial, 1914.

MACEDO, Heitor Borges de. **A higiene na escola: sua utilidade no ensino**. Congresso de Ensino Primário e Normal. 1926.

MACEDO, José Pereira de. **Relatório apresentado ao Diretor geral de Ensino**. Curitiba, 1931.

\_\_\_\_\_. In: **Revista Médica do Paraná**. Curitiba, ano I, n. 3, fev. 1932.

MACHADO, Reinaldo. **Relatório apresentado ao Secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública**. Curitiba: Typ. e Lith. Impressora Paranaense, 1904.

MARAÑÓN, Pedro Manuel Alonso. Notas sobre la higiene como materia de enseñanza oficial ensino el siglo XIX. In: **Historia de la Educación – Revista Interuniversitaria**. Ediciones Universidad de Salamanca, n. 6, 1987, p. 23-41.

MARQUES, Vera Regina Beltrão; SOUZA, Fabiana Senna de. A inspeção médico-escolar no Paraná dos anos 20. In: **Anais do VII Congresso Iberoamericano de Historia de la Educación Latinoamericana**. Quito, Equador: CD-Rom, 2005.

MARQUES, Vera Regina Beltrão. **A medicalização da raça: médicos, educadores e discurso eugênico.** Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1994.

MARTINEZ, César Prieto. **Relatório apresentado ao Secretário Geral de Estado.** Curitiba: Typ. da Penitenciária do Estado, 1920.

\_\_\_\_\_. **Relatório apresentado ao Secretário Geral de Estado.** Curitiba: Typ. da Penitenciária do Estado, 1921.

\_\_\_\_\_. **Relatório apresentado ao Secretário Geral de Estado.** Curitiba: Typ. da Penitenciária do Estado, 1923.

\_\_\_\_\_. **Relatório apresentado ao Secretário Geral de Estado.** Curitiba: Typ. da Penitenciária do Estado, 1924.

MARTINS, Amélia de Rezende. Uma palavra de atualidade. In: COSTA, M. J. F. et alii (org.). **I Conferência Nacional de Educação:** Curitiba, 1927. Brasília: INEP, 1997, p. 152 - 158.

MEDEIROS, Amaury de. Sessão inaugural: Discurso do Dr. Amaury de Medeiros. In: **Annaes do Segundo Congresso Brasileiro de Hygiene.** Vol. I. Rio de Janeiro: Livraria, Papelaria e Litho-Typographia Pimenta de Mello & Cia, 1928, p. 41 – 51.

MORAES, Deodato de. A Escola Nova. In: COSTA, M. J. F. et alii (org.). **I Conferência Nacional de Educação:** Curitiba, 1927. Brasília: INEP, 1997, p. 611 - 621.

MOREIRA, Carolina Pinto. **Relatório apresentado ao Diretor Geral de Instrução Pública.** Curitiba: Typ. D'A Republica, 1907.

MORENO, Jean Carlo. **Inventando a escola, inventando a nação: discursos e práticas em torno da escolarização paranaense (1920-1928).** Dissertação de mestrado em Educação, Área de concentração História e Historiografia da Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2003.

MUNHOZ, Alcides. **Relatório apresentado ao presidente do Estado.** Curitiba: Typ. Diario Oficial, 1925-1926.

NUNES, Clarice. **Missionários do progresso: médicos, engenheiros e educadores no Rio de Janeiro (1870-1937).** Rio de Janeiro: Diadorim, 1996.

OLIVEIRA, Waldomiro de. Formação de hábitos sadios nas creanças. In: **Annaes do Terceiro Congresso Brasileiro de Hygiene.** Vol. I. 1929, p. 801 – 810.

\_\_\_\_\_. Problema de Saude Publica. In: **Annaes do Quinto Congresso Brasileiro de Hygiene**. Vol. I. Rio de Janeiro: Officinas Graphicas da Inspectoria de Demographia Sanitaria, 1930, p. 131 - 143.

PAIVA, Fernanda Simone Lopes de. **Sobre o pensamento médico-higienista e a escolarização**: condições de possibilidade para o engendramento do campo da Educação Física no Brasil. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

PARANÁ. **Programma do Grupo Escolar Modelo e similares**. Decreto n. 420. Curitiba, 19 jun. 1917.

\_\_\_\_\_. **Código do Ensino do Estado do Paraná**. Decreto n. 17. Curitiba: Typ. D'A Republica, 9 jan. 1917.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 1236**. Curitiba: Circulo de Estudos Bandeirantes, 2 maio 1912.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 1999. Leis de 1920**. Curitiba: Typ. D'A Republica, 9 abr. 1921.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 2065**. Curitiba: Círculo de Estudos Bandeirantes, 31 mar. 1921.

PEDROSO, Carlos Mafra. Contribuição para a profilaxia do impaludismo no meio escolar. In: COSTA, M. J. F. et alii (org.). **I Conferência Nacional de Educação**: Curitiba, 1927. Brasília: INEP, 1997, p. 470 - 477.

PENNA, Belisario. Por que se impõe a primazia da educação higiênica escolar. In: COSTA, M. J. F. et alii (org.). **I Conferência Nacional de Educação**: Curitiba, 1927. Brasília: INEP, 1997, p. 29 - 33.

PETRICHE, Julia Wanderley. **Relatório apresentado ao Diretor Geral de Instrução Pública do Paraná**. Curitiba: Typ. D'A Republica, 1908.

PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. **Da era das cadeiras isoladas à era dos grupos escolares na Paraíba**. Campinas, SP: Autores Associados, São Paulo: Universidade São Francisco, 2002.

REIS, Jayme Dormund dos. **Relatório apresentado ao Secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública**. Curitiba: Typ. D'A Republica, 1909.

RELATÓRIO DE SEÇÕES. A atividade da Associação Brasileira de Educação durante o ano de 1927. In: COSTA, M. J. F. et alii (org.). **I Conferência Nacional de Educação**: Curitiba, 1927. Brasília: INEP, 1997, p. 78 - 98.

RIBAS, Manoel. **Decreto n. 308**. Curitiba: Diário Oficial, ano IV, num. 861, 1934.

\_\_\_\_\_. **Relatório apresentado ao Presidente da República**. Curitiba: Typ. Diário Oficial, 1932-1939.

RIBEIRO, Eurico Branco. A higiene nos internatos: estudo das condições sanitárias dos internatos de São Paulo. In: COSTA, M. J. F. et alii (org.). **I Conferência Nacional de Educação**: Curitiba, 1927. Brasília: INEP, 1997, p. 478 - 519.

ROCHA, Heloísa Helena Pimenta. Educação escolar e higienização da infância. In: **Caderno Cedes: Educação pela higiene**: histórias de muitas cruzadas. Campinas, SP, v. 23, n. 59, 2003a, p. 39 – 56.

\_\_\_\_\_. **A higienização dos costumes**: educação e saúde no prometo do Instituto de Hygiene de São Paulo (1918-1925). Campinas, SP: Mercado das Letras; São Paulo: Fapesp, 2003b.

\_\_\_\_\_. Em nome da saúde e do aproveitamento dos alunos: inspeção médica e escolarização em São Paulo. In: **Anais do VII Congresso Iberoamericano de Historia de la Educación Latinoamericana**. Quito, Equador: CD-Rom, 2005.

SÁ, Carlos. Formação de hábitos sadios nas creanças. In: **Annaes do Terceiro Congresso Brasileiro de Hygiene**. Vol. I. 1929, p. 811 – 817.

SANTIAGO, Miguel. **Relatório apresentado ao Dr. Secretario do Interior**. Curitiba: Typ. D'A Republica, 1909.

SANTOS, Claudino Rogoberto F. **Relatório apresentado ao Secretário do Interior, Justiça e Instrução Publica em 1912**. Curitiba: Typ. D'A Republica, 1912.

\_\_\_\_\_. **Código do Ensino do Estado do Paraná**. Decreto n. 710. Curitiba: Typ. d'A República, 18 out. 1915.

SANTOS, Enéas Marques dos. **Relatório apresentado ao presidente do Estado**. Curitiba: Typ. D'A Republica, 1916.

\_\_\_\_\_. **Relatório apresentado ao presidente do Estado**. Curitiba: Typ. D'A Republica, 1917.

SCHENA, Denilson Roberto. **O lugar da escola primária como portadora de um prometo de nação: o caso do Paraná (1890-1922)**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2002.

SCHWARCZ, Lílian Moritz. Introdução. In: ROQUETTE, J. I. **Código do Bom-Tom, ou, Regras de civilidade e de bem viver no século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 7 – 32.

SIGWALT, Trajano. **Ofício ao Secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública**. Curitiba: AP 1646, 29 de janeiro de 1917.

SILVA, Anete Charnet Gonçalves da. **Inspecção médica escolar em São Paulo (1911-30): A escola como lugar da higiene e saúde**. 221p. Dissertação de mestrado em Educação: História, Política, Sociedade. PUC/SP, São Paulo, 2001.

SILVA, Candido Natividade da. **Relatório apresentado ao secretario dos negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública**. Curitiba: Typ. D'A Republica, 1917.

SINNS, J. H.; REZENDE, Oswaldo M. Como podem as instituições particulares contribuir para a educação hygienica do povo? In: **Annaes do Primeiro Congresso Brasileiro de Hygiene**. Vol. II. Rio de Janeiro: Officinas Graphicas da Inspectoria de Demographia Sanitaria, 1926, p. 20 - 28.

SOARES, Carmen L. **Educação Física: Raízes Européias e Brasil**. 2 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE HIGIENE. Regimento interno. In: **Annaes do Segundo Congresso Brasileiro de Hygiene**. Vol. I. Rio de Janeiro: Livraria, Papelaria e Litho-Typographia Pimenta de Mello & Cia, 1928, p. 17 – 18.

SOUZA. Gizele de. **Instrução, o talher para o banquete da civilização: cultura escolar dos jardins-de-infância e grupos escolares no Paraná, 1900-1924**. 299p. Tese de doutorado, Área de concentração História, Política, Sociedade, Pontifícia Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de Civilização: A implantação da escola primária graduada do estado de São Paulo (1890-1910)**. São Paulo, SP: Ed. UNESP, 1998.

\_\_\_\_\_. Um itinerário de pesquisa sobre a cultura escolar. In: CUNHA, M.V. (org.) **Ideário e imagens da educação escolar: polêmicas do nosso tempo**. Campinas,

SP: Autores Associados; Araraquara, SP: Programa de Pós-graduação em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP, 2000.

\_\_\_\_\_. Fotografias escolares: a leitura de imagens na história da escola primária. In: **Educar em Revista**. Curitiba, PR: Editora UFPR, n.18, 2001, p. 75-101.

SPINOLA, Colombo. Formação de hábitos sadios nas creanças. In: **Annaes do Terceiro Congresso Brasileiro de Hygiene**. Vol. I. 1929, p. 861 – 870.

STEPHANOU, Maria. Discursos médicos e a educação sanitária na escola brasileira. In: STEPHANOU, M.; CAMARA BASTOS, M. H. (orgs.) **Histórias e memórias da educação no Brasil, vol. III: século XX**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005, p. 142-164.

TABORDA DE OLIVEIRA, Marcus A.; VAZ, Alexandre Fernandez. Educação do corpo: teoria e história. In: **Perspectiva**. Florianópolis, v.22, n. Especial, jul./dez., 2004, p. 13-19.

TABORDA DE OLIVEIRA, Marcus A.; MEURER, Sidmar dos Santos. Tensões entre o prescrito e o realizado na escolarização paranaense na década inicial do séc. XX: experiências de professores primários a partir da análise dos relatórios da instrução pública. In: **VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação**. Uberlândia – MG: VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, 2006 (no prelo).

TABORDA DE OLIVEIRA, Marcus A. Existe espaço para o ensino de educação física na escola básica? In: **Pensar a Prática**. Goiânia, n. 2, jun./jul. 1998, p. 1-23.

\_\_\_\_\_. Educação física escolar e ditadura militar no Brasil (1968-1984): história e historiografia. In: **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v. 28, n. 1, jan/jun., 2002, p. 51-75.

\_\_\_\_\_. **Educação física escolar e ditadura militar no Brasil (1968-1984): entre a adesão e a resistência**. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

\_\_\_\_\_. Educando pelo corpo: saberes e práticas na instrução pública primária. In: **II Seminário de Pesquisa sobre Cultura Escolar: Perspectivas Históricas**. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2005 (no prelo).

THOMPSON, Edward P. Intervalo: a lógica histórica. In: **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p. 47-62.

\_\_\_\_\_. Introdução: costume e cultura. In: **Costumes em Comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 13-24.

TIBIRIÇÁ, Alice de Toledo. Educação da criança em relação à assistência aos lázaros e defesa contra a lepra. In: COSTA, M. J. F. et alii (org.). **I Conferência Nacional de Educação**: Curitiba, 1927. Brasília: INEP, 1997, p. 122 - 125.

TORRES, Ambrosio. Metodologia do ensino da Educação Física. In: COSTA, M. J. F. et alii (org.). **I Conferência Nacional de Educação**: Curitiba, 1927. Brasília: INEP, 1997, p. 178 - 188.

TORRES, Meneleu. O Ensino da hygiene na escola primaria. In: **O Ensino**. Curitiba: Inspeção Geral de Ensino, ano III, nº 1, janeiro de 1924.

\_\_\_\_\_. **Parecer nº 2**: referente à tese “Normas de proceder de um professor de escola isolada”. Congresso de Ensino Primário e Normal. 1926.

TRINDADE, Eteuvina M. C. **Clotildes ou Marias**: Mulheres de Curitiba na primeira república. Curitiba, PR: Fundação Cultural, 1996.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Sistema de Bibliotecas. **Normas para apresentação de documentos científicos**. Curitiba: UFPR, 2000.

VAGO, Tarcísio Mauro. **Cultura escolar, cultivo de corpos**: educação física e gymnastica como práticas constitutivas dos corpos de crianças no ensino público primário de Belo Horizonte (1906-1920). Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

VIDAL, Diana Gonçalves; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **As lentes da história**: estudos de história e historiografia da educação no Brasil. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

VIDAL, Diana Gonçalves. **Culturas escolares**: estudo sobre práticas de leitura e escrita na escola pública primária (Brasil e França, final do século XIX). Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

VIGARELLO, Georges. **O limpo e o sujo**: uma história da hygiene corporal. Trad. Mônica Stahel. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

VIÑAO, Antonio; ESCOLANO, Augustín. **Currículo, Espaço e Subjetividade**: a arquitetura como programa. Trad. Alfredo Veiga-Neto. 2. edição. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

VIÑAO, Antonio. **Innovación pedagógica y racionalidade científica**: la escuela graduada pública en España (1898-1936). Madrid – España: Ediciones Akal S. A, 1990.

\_\_\_\_\_. Historia de la educación e historia cultural: posibilidades, problemas, cuestiones. In: **Revista Brasileira de Educação**. Nº O, set./out./dez., 1995, p. 63-82.

\_\_\_\_\_. **Espacio y tiempo, educación e historia**. Morelia: IMCED, 1996.

\_\_\_\_\_. **Tiempos escolares, tiempos sociales**: la distribución del tiempo y del trabajo en la enseñanza primaria en España (1838-1936). Barcelona: Ed. Ariel, S.A., 1998.

\_\_\_\_\_. Espaços, usos e funções: a localização e disposição física da direção escolar na escola graduada. In: BENCOSTTA, M. L. A. (org.). **História da Educação, Arquitetura e Espaço Escolar**. São Paulo: Cortez, 2005, p. 15-47.

XAVIER, Lindolpho. Necessidade da pedagogia moderna. In: COSTA, M. J. F. et alii (org.). **I Conferência Nacional de Educação**: Curitiba, 1927. Brasília: INEP, 1997, p. 65 - 73.

XAVIER, Luiz Antonio. **Relatório apresentado ao presidente do estado em 31 de dezembro de 1909**. Curitiba: Typ. D'A Republica, 1909.

XAVIER, Maria da Luz Cordeiro. **Relatório do Movimento Annual do Grupo Escolar "Tiradentes" apresentado ao Inspetor Geral do Ensino**. Curitiba: (manuscrito), 1928.